

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DA
GUARDA REALIZADA NO DIA 11
DE NOVEMBRO DE 2024 -----**

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Rui Manuel da Costa Melo, Carlos Alberto Chaves Monteiro, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Vítor Manuel dos Santos Amaral e António Hermínio Carvalho Monteirinho, Vereadores.-----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram onze horas e trinta e nove minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por maioria com a abstenção da senhora Vereadora Maria Lucília Neves Pina Monteiro, por não se encontrar presente na referida reunião. -----

FALTAS

Verificou-se a falta da senhora Vereadora Maria Adelaide Veloso Lucas Queiroz de Campos, tendo a Câmara considerado a mesma justificada. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Bom dia a todas e a todos. Antes de mais, dar as boas vindas às novas chefias de divisão, senhora Engenheira Filipa Tadeu e Doutora Teresa Fernandes que assumiram funções, recentemente, na Divisão de Ambiente e

na Divisão Financeira e de Aprovisionamento, respetivamente. Votos de um bom trabalho. -----

No período Antes da Ordem do Dia, uma nota breve. Estão apurados os vencedores da 13ª edição do Concurso Transversalidades – Fotografia sem Fronteiras do Centro de Estudos Ibéricos. O júri premiou dezanove dos cerca de seiscentos concorrentes, tendo o fotógrafo espanhol *Adra Pallón* sido o grande vencedor com o portfolio intitulado 'Demothanasia', um conjunto de imagens que retrata o despovoamento e a morte lenta de muitas regiões rurais de Espanha. Entre os participantes, de mais de sessenta países, foram galardoados fotógrafos de várias nacionalidades, como Espanha, Portugal, Índia, China, Croácia, Itália, Irão e Moçambique. Os prémios especiais, para um concorrente português e para um concorrente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, foram atribuídos a Alina Zaharia e Albino Mahumana de Moçambique. O projeto Transversalidades – Fotografias sem Fronteiras teve início em dois mil e onze, com o objetivo de aproveitar o valor estético, documental e pedagógico da fotografia, para valorizar territórios com menos visibilidade e fomentar o diálogo entre territórios, pessoas e instituições que se encontram dispersas pelas amplas geografias do planeta. Os resultados desta edição de dois mil e vinte e quatro reafirmam a qualidade e o alcance que este concurso tem vindo a granjear, reconhecido como um dos principais concursos de fotografia a nível nacional. A exposição e o lançamento do catálogo desta edição terão lugar no Teatro Municipal da Guarda, no próximo dia oito de dezembro, integrados no programa do VII Encontro 'Imagem & Território'. Por agora era só. - Senhor Vereador?"-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, duas questões que gostaria de colocar. Uma está diretamente relacionada com a última reunião em que coloquei

uma série de perguntas sobre a APAL. Gostaria de saber se hoje terei uma resposta sobre as questões que foram colocadas, nomeadamente: o número de funcionários que a APAL já tem; a questão relacionada com os cargos que desempenham e também com os concursos que estão abertos e, que não sabemos que foram abertos recentemente. Para além disso, também constatar uma situação que me parece, de alguma forma, incoerente que é termos uma empresa de Águas Públicas em Altitude que tem a participação de quatro municípios e, que tem três municípios que têm um valor que é igual e há um município que tem um valor mais baixo. Não sei até que ponto é que isto terá alguma lógica de funcionamento, em termos da própria empresa, não sei como é que isso é feito em termos de cobrança das receitas, das percentagens que são atribuídas a cada um dos concelhos e, depois, as intervenções que são feitas ou se é um bocado “tudo ao monte e fé em Deus”, peço desculpa pela expressão, mas é aquilo que me ocorre. Eu não estou a ver como é que se pode fazer a distinção desses concelhos dentro da própria empresa e os seus fluxos financeiros. -----

A segunda questão está relacionada com aquilo que o senhor Vereador abordou na última reunião e, que eu acho que, de alguma forma, é necessário haver uma explicação cabal sobre aquilo que se passou relativamente ao trajeto da linha de muito alta tensão. Pelo que ouvimos dizer é que, segundo parece, as Juntas de Freguesia nem sequer estão informadas acerca do assunto. Qual é o plano que a Câmara tem para ir a correr atrás do prejuízo, porque é isso que agora que se vai fazer, não é? Fico muito admirado que a Câmara tenha disponibilidade para tudo e para mais alguma coisa, nomeadamente questões relacionadas com as idas às freguesias, a apresentação de uma Agenda 2040 e, não tenha disponibilidade para ir às Juntas de Freguesia esclarecer este assunto que fere diretamente com a própria população. Assim sendo, eu pergunto à Câmara qual é o plano que tem para

esclarecer as Juntas de Freguesia? Para esclarecer a população? Como é que vai fazer? E, qual é a atitude que a Câmara vai tomar? Sendo certo que nalgumas autarquias e, nós sabemos aquilo que se passou no Minho (que foi também uma situação semelhante, uma linha de alta tensão que iria passar sobre uma série de freguesias e de concelhos), os municípios uniram-se e fizeram uma contestação em tribunal e, portanto, neste momento, está suspensa a criação ou pelo menos a concretização dessa linha de muita alta tensão. Portanto, pergunto à Câmara: qual é o plano que tem para resolver esta situação? -----

Da APAL, eu só gostaria (eu depois vou colocar essa questão, mas uma vez que só me falta aqui uma pergunta, uma vez que me vai responder a essas questões, penso eu) de saber qual é o fluxo financeiro que está previsto, no orçamento, para a APAL para o próximo ano? Muito obrigado, senhor Presidente.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, apenas uma questão que já resulta das reuniões anteriores: o pedido de documentos que foi formulado há um mês. Há quinze dias reiterámos o pedido para ter acesso a esse conjunto de informações e, reiterava, novamente, a entrega desses documentos, para nós podermos ter maior conhecimento sobre a atividade do município nos pontos que solicitámos.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Sobre essa questão dos pedidos de documentos, das mais diversas áreas, os serviços estão a compilar isso, portanto, assim que esteja tudo informado, da forma devida, naturalmente ser-vos-á entregue.

Senhor Vereador, sobre a questão da APAL, o senhor Vereador não conhece este *modus operandi* que é feito de acordo com a Lei: cada município é responsável pelas

tarifas que pratica. A APAL tem uma tarifa única, a diferença respetiva é o município que tem que compensar a entidade sobre esses montantes. É aquilo que acontece. Deixe-me só dar aqui um outro exemplo no caso das entidades em alta: a tarifa em alta das Águas do Vale do Tejo, como outras pelo país, é compensada pelo Fundo Ambiental, porquê? Porque as Águas do Vale do Tejo têm uma determinada tarifa e para fazer o seu abaixamento, o Fundo Ambiental tem que fazer essa compensação financeira à empresa. Aqui é exatamente a mesma coisa, a tarifa da APAL é única, só que há um ou outro município que entende fazer um abaixamento. Aliás, não foi abaixamento, até houve aumento das tarifas, mas estava aquém daquilo que eram as tarifas mínimas aceitáveis para a sustentabilidade dos Serviços Intermunicipalizados. E, por isso, eles fizeram um aumento, estão a fazer aumentos graduais, portanto um plano a vários anos, mas a APAL tem que ser ressarcida desse montante e, os municípios respetivos têm que fazer essa compensação financeira. É um mecanismo que a Lei prevê e que é perfeitamente normal, dá é mais trabalho e, naturalmente, com outro tipo de contabilidade. -----

Sobre a questão da linha de muito alta tensão, o senhor Vereador diz: “ouvimos dizer e ao que parece”, nós não governamos com “ouvimos dizer e ao que parece”, por aqui ou por ali, não. Deixe-me dizer-lhe que já houve reuniões, já houve reunião com o senhor Vereador Rui Melo (que chamou todas as Juntas de Freguesia), com a Reserva Ecológica Nacional e, há uma coisa que não pode acontecer, de jeito algum, que é a politização deste processo. Porque, desde a primeira hora, os técnicos do município e está aqui o senhor chefe de divisão, portanto, foi uma análise puramente técnica e, a interação que fizeram na discussão pública, do estudo de impacto ambiental, fomos à discussão pública e houve uma Junta de Freguesia que também foi à discussão pública e, houve uma questão que nós fizemos à APA - Agência

Portuguesa do Ambiente (que é a entidade responsável pelo estudo de impacto ambiental): porque é que não foram enviados os elementos para todas as Juntas de Freguesia? Já questionámos a APA, porque a APA que é uma entidade estatal, é responsável por enviar todos os dados a todos os organismos intervenientes, sejam Câmaras, sejam Juntas de Freguesia ou outros. A APA já foi questionada sobre isso e aguardamos a sua resposta, porque as coisas têm que ser feitas, naturalmente, com a máxima transparência possível. Portanto, já houve essa reunião com as Juntas de Freguesia, com os técnicos do município (uma reunião coordenada pelo senhor Vereador Rui Melo), com a REN, para que eles possam fazer um conjunto de correções, que foi pedido nessa mesma reunião, no projeto de execução, porque o projeto de execução não está aprovado. O projeto de execução agora ainda vai ter que ser aprovado, pela DGEG, e depois é submetido a nova discussão pública, portanto, não é correr atrás do prejuízo, não senhor Vereador. Nós fazemos aquilo que legalmente estamos obrigados a fazer nesta matéria e, por isso, têm havido vários esclarecimentos às várias Juntas de Freguesia, que já depois dessa reunião, contactaram os serviços para se fazer a análise mais esmiuçada ainda. E, portanto, estamos sempre de portas abertas, apenas e tão só, para uma coisa muito simples: a salvaguarda das nossas populações, nomeadamente onde as linhas atravessam ou passam por cima de casas de habitações. Porque, aquilo que nós não queremos é que aconteça o que aconteceu quando a linha existente, porque já existe uma linha naquele corredor (mais ou menos) e não houve discussão pública, foi simplesmente imposta e está lá a linha e, passa por cima de casas e de aldeias, enfim, não queremos que isso aconteça. E, por isso, é que esta salvaguarda das populações é a nossa preocupação cimeira e, naturalmente, o processo está a ser devidamente desenvolvido até ao limite das nossas forças e, as nossas forças podem ir muito além

e, por agora não vale a pena falar mais sobre outros meandros, sobre outros fóruns a que possamos ter que recorrer.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Só para esclarecer. Já vi que em relação à APAL me faz chegar, depois, essas informações que faltam: dos números de funcionários, colocação, carreiras e por aí fora e, lugares em aberto. Muito bem. Em relação à linha de muito alta tensão, é só esclarecer uma situação que me parece óbvia: não há aqui nenhuma tentativa de politizar isso. Há aqui uma tentativa, única e exclusivamente, de obter um esclarecimento. Se a população nos contacta para saber e, nos coloca essas questões de como é que está o processo e por aí fora, nós temos que colocar a quem de direito, que é ao senhor Presidente da Câmara e ao executivo municipal. Não me parece que qualquer pergunta que se faça aqui, na tentativa de obter um esclarecimento, seja logo encarada como uma perspectiva de partidarizar algum assunto, não, nada disso. Aquilo que eu tinha ouvido dizer é que as Juntas de Freguesia não tinham reunido com o executivo. Eu aqui só quero saber uma coisa: quantas reuniões houve e quando é que foram? É só isso que se pretende saber, porque se efetivamente me passaram essa informação e, se é incorreta, eu terei o dever de explicar que não é assim, obtendo informação verdadeira de quem de direito deve facultá-la. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, eu não disse que o senhor politizou ou partidarizou, eu não utilizei essa expressão. O que eu disse foi, em tese geral, que estes assuntos não devem ser politizados. Eu não disse que o senhor politizou ou deixou de o fazer, para que fique muito claro. A reunião foi a algumas semanas atrás, a primeira reunião com as Juntas de Freguesia e foi presidida pelo senhor Vereador Rui Melo. Senhor Vereador, foi em que dia?” -----

- **Leonel Grilo, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:** “Foi dia dezasseis.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Dezasseis de outubro, certo, muito bem. Sobre a Ordem do Dia, aquele e-mail que nós enviámos, pedimos para colocar aquela outra proposta que depois falaremos no final, se concordarem? A proposta que nós enviámos por e-mail na passada sexta-feira, para poder ser colocada na Ordem de Trabalhos, uma proposta de adjudicação de um concurso público. Depois falaremos no final da Ordem de Trabalhos. Muito bem, muito obrigado.”-----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

– Auto de Receção Provisória Referente à Empreitada: “Pavimentação e Reposição de Pavimentos na Sequência de Avarias/Prolongamentos de Infraestruturas Hidráulicas”.-----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda Para o Ano de 2025 - Discussão e Votação e Posterior Envio à Assembleia Municipal. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor:

“Proposta VPCM n.º 164/2024

(2021-2025)

Atendendo a que: -----

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, contém as disposições no domínio da gestão de pessoal e disciplina relativa ao Mapa de Pessoal, a saber: artigos 28.º, 29.º, 30.º e 31.º.-----

Reflete o Mapa proposto a política municipal, em matéria de recursos humanos, que se pretende implementar, traduzida em ajustes necessários à prossecução das

atribuições e desenvolvimento das competências e atividades adstritas às diversas unidades da Estrutura Orgânica interna da Câmara Municipal da Guarda.-----

Mantém-se, na sua generalidade, o número de postos de trabalho contemplados no anterior Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2024. -----

Salienta-se, ainda, o previsível esvaziamento no Mapa de Pessoal ora apresentado de postos de trabalho ocupados dos/as trabalhadores/as que transitarão para a APAL-SIM – Águas Públicas em Altitude, para além da previsão de cerca de 74 aposentações, no decurso do próximo ano, assim como uma previsão de cerca de 144 aposentações até ao ano de 2028. -----

Assim, e em cumprimento do disposto no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, indicam-se a seguir os principais termos de referência do Mapa de Pessoal: -----

1. As atribuições e competências das unidades orgânicas, bem como os recursos humanos e financeiros disponíveis, orientaram a elaboração do documento previsional;-----
2. No Mapa de Pessoal estão identificados o número e o perfil dos recursos humanos considerados essenciais para assegurar a realização das atividades e dos projetos delineados; -----
3. A conceção técnica do mapa obedece ao preceituado no citado artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;-----
4. No Mapa de Pessoal são discriminados os postos de trabalho ocupados, cativos, vagos e os lugares propostos, com indicação da relação jurídica de emprego público com referência a 04 de novembro de 2024;-----

5. O Mapa de Pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica. -----

A estrutura do Mapa de Pessoal contempla as diversas modalidades de relação jurídica de emprego público existentes no Município da Guarda, nomeadamente, os contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, as designações (membros de gabinetes) e as comissões de serviço, atenta a sua natureza, assim como os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, estes relativos ao Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no âmbito do quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, não incluindo as prestações de serviço. -----

Traduz o Mapa de Pessoal uma previsão anual para a prossecução das atribuições e atividades do Município. -----

Mantendo a matriz dos últimos anos, é feita uma descrição genérica das competências das várias carreiras/categorias e das áreas de formação académica ou profissional, discriminando, ainda, os postos de trabalho, Ocupados, Vagos, Cativos e Previstos. -----

O Mapa de Pessoal para 2025, encontra-se organizado da seguinte forma: -----

- **ESTRUTURADO E ORGANIZADO QUANTOS ÀS CARREIRAS EXISTENTES DA SEGUINTE FORMA:** -----

Quadro I - Carreiras Existentes no Mapa de Pessoal no Município da Guarda -----

| Carreiras | | Categoria/cargo |
|------------------|--------------------|----------------------|
| -- | -- | Cargos de Dirigentes |
| Carreiras Gerais | Técnico Superior | Técnico Superior |
| | Assistente Técnico | Coordenador Técnico |

| | | |
|----|------------------------|---|
| | | Assistente Técnico |
| | Assistente Operacional | Encarregado Geral Operacional |
| | | Encarregado Operacional |
| | | Assistente Operacional |
| | Carreira Especial | Técnicos de Sistemas e Tecnologias da Informação |
| | Carreira Especial | Fiscais |
| | Subsistentes | Fiscais de Águas e Saneamento |
| | | Chefe de Serviços Administração Escolar |
| -- | -- | Técnico de Atividades de Enriquecimento Curricular / Outras Atividades de Apoio Educativo |

- GLOBALMENTE, APRESENTA OS SEGUINTE VALORES: -----

Quadro II – Valores Globais para 2025 -----

| | N.º Trabalhadores |
|----------------------------|--------------------------|
| Postos de Trabalho – Total | 884 ⁽¹⁾ |

(1) Dos quais 194 Postos de trabalho relativos à Transferência de Competências para o Município do Pessoal não Docente. -----

- ENCARGO FINANCEIRO COM O PESSOAL ESTIMADO PARA 2025: ---

A despesa prevista com pessoal representa o encargo máximo com os postos de trabalho indicados no Mapa, todavia, a despesa efetiva dependerá da concretização dos processos de recrutamento e do conseqüente preenchimento dos lugares vagos, bem como do eventual recurso ao mecanismo de mobilidade nas diversas formas. -

Nos termos do disposto no n.º(s) 2 e 3 do artigo 28.º conjugado com o n.º 4 do artigo 29.º ambos do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o Mapa de Pessoal integra o Planeamento Orçamental para 2025.-----

Considerando o supra vertido e ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se ao digno Órgão Executivo que se digne aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2025, para que este Órgão Deliberativo, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, o aprove.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sobre o ponto um, alguma questão?” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, a questão sobre este assunto é a seguinte: sabemos que tem havido um fluxo significativo da entrada de novos funcionários com a justificação de que haverá um número, também significativo, de funcionários que vai atingir a reforma, portanto, com todo o direito. E, que tem havido um fluxo de entrada, significativo, na ordem das centenas de funcionários. Na última informação que o senhor Presidente prestou, que foi à Assembleia Municipal, disse que entraram cento e doze funcionários, mais três funcionários em mobilidade, mais vinte e sete lugares em aberto, portanto, estamos aqui a falar em qualquer coisa como cerca de cento e quarenta e dois lugares. Sei que há a abertura de mais, não sei quantas, vagas para funcionários nesta autarquia, a questão que eu coloco é, única e exclusivamente, qual é o estudo financeiro, qual é o impacto financeiro que isso vai ter no funcionamento da autarquia? -----

Em termos orçamentais, já lá vamos falar sobre o impacto financeiro que vai ter.

Quero é saber se a Câmara realizou algum estudo onde pudesse obter, agora, uma

informação para nós, livremente, avisadamente e sustentadamente podermos expressar a nossa opinião. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nesta matéria, o grupo dos Vereadores do PSD tem a referir o seguinte: vemos a previsão de cento e quarenta e sete novos trabalhadores, portanto, vagas para afetar a possibilidade de cento e quarenta e sete novos trabalhadores para dois mil e vinte e cinco.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Deixe-me só corrigir, não aumenta o quadro de pessoal.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nós temos aqui, previsão...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, mas não aumenta.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “O total são mil cento e vinte e um, certo?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas, não aumenta o quadro de pessoal.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Agora não tenho aqui, mas mil cento e vinte e sete no total.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, eram mil cento e vinte e nove até, no ano passado.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sendo que se prevê para dois mil e vinte e cinco, aumentar cento e quarenta e sete postos de trabalho, ou seja, pelo menos estão as vagas, o mapa de pessoal tem que contemplar, à partida há essa abertura com a aprovação deste documento para contratar novos...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu já explico.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo. Nessa medida, senhor Presidente, nós temos assistido nos últimos anos a um abrir de portas, completo, da Câmara Municipal a novas contratações, contratos de trabalho a trabalhadores que vêm desenvolver a sua

atividade aqui no próprio município. Ao mesmo tempo, vemos um aumento crescente de serviços externos da Câmara Municipal da Guarda, portanto, parece-nos que não há aqui um verdadeiro planeamento, uma verdadeira estratégia, pelo menos uma coerência e um planeamento estruturado para aquilo que são as novas e futuras necessidades da Câmara Municipal da Guarda. Ok, fala-se aqui que vai haver um conjunto de pessoas que vão ser reformadas, sim, mas, quer dizer, prevê-se que vão ser reformadas, mas não sabemos se vão passar à aposentação ou não. E, portanto, o que sabemos é que o senhor corre o risco, aliás, a oposição (o Partido Social Democrata) já o referiu várias vezes que existe na Câmara Municipal da Guarda quase um corredor, uma passadeira vermelha, para muitas contratações de pessoas ligadas ao Movimento Independente. E, portanto, quer dizer, cento e quarenta e sete é mesmo um documento em branco assinado pelo executivo e, que dá de “beber” aqui à oposição, coincidindo com a sua estratégia, para abrir a possibilidade de mais cento e quarenta e sete pessoas. E, lá fica esta dúvida se, de facto, o Movimento necessita ou não de mais gente na Câmara Municipal da Guarda. Nós temos uma visão clara nesta matéria, a Câmara Municipal da Guarda não é um centro de emprego. A Câmara Municipal da Guarda deve criar condições para investimento e, através desse investimento da economia privada criarmos e, o município cria emprego e não deve ser criado, a par de uma situação crítica que é anómala, que é prejudicial para os interesses do município, que é continuar a aumentar a dependência de serviços externos, apesar da contratação avolumada de recursos humanos. O que nos permite concluir, efetivamente, que a Câmara da Guarda se tornará no maior império de encaixe humano da história da democracia, ou seja, desde o vinte e cinco de abril a Câmara da Guarda nunca conseguiu chegar a uma dimensão de contratação como está a fazer e, resulta exatamente do

documento que nos está a dar para aprovar. E, portanto, nessa medida, porque (estamos no último ano do mandato, vamos entrar no último ano do mandato) a posição do Partido Social Democrata tem sido para contrariar um bocado aquela ideia de que o senhor não faz mais porque a oposição corta as bases, não, vamos abster-nos nesta matéria. Mas, claro que vemos com preocupação esta contratação avolumada e avultada de recursos humanos, sem ter uma visão clara, de futuro, daquilo que é a salvaguarda de necessidades concretas do município e, que estes cento e quarenta e sete para dois mil e vinte e cinco sejam, efetivamente, necessários para melhorar os serviços e a prestação de serviços na Câmara Municipal da Guarda. Obrigado.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Posso? Bom dia a todos. Deixe-me só acrescentar aqui uma nota relativamente a isto. Senhor Presidente, complementando o que o meu colega disse e especificando só na área da Cultura, por exemplo, aqui no Teatro Municipal da Guarda (que, evidentemente, é uma estrutura que se exige bastante qualificada relativamente ao perfil e às categorias dos seus funcionários) tem aqui uma proposta de oito novos colaboradores: assistentes técnicos e assistentes operacionais. Reporto também para a biblioteca, penso que é isso, se eu estiver errado corrija-me, bibliotecas municipais também quatro novos colaboradores, entre eles, também, assistentes técnicos e operacionais com a escolaridade básica ou 12º ano. Aquilo que lhe pergunto é, se estas são as necessidades identificadas pelos respetivos equipamentos face às necessidades concretas dos respetivos equipamentos? É só esta nota. Obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Muito obrigado. Senhor Vereador, o impacto financeiro está devidamente reportado na proposta do orçamento. É esse o impacto financeiro, as contas que são feitas pelos serviços é o impacto financeiro

dos colaboradores atuais, dos concursos que estão em aberto, portanto é esse o estudo. É tão simples quanto isso, é só fazer as contas e colocar, precisamente, no orçamento municipal.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Qual é o valor?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, se eu tiver que lhe dizer os valores todos, de cor, que aqui estão não saímos daqui nem amanhã por esta hora. Temos que ser realistas e temos que ser objetivos e não demagogos nessa matéria, senhor Vereador, estamos entendidos? Senhores Vereadores sobre a questão que colocam, o quadro de pessoal até reduz duas vagas, é praticamente igual ao do ano passado, até reduz dois em relação ao do ano passado e, as previsões são similares às do ano passado. E, a previsão que nós temos aqui é que, ainda para mais depois saindo os colaboradores da APAL ou para a APAL, digamos assim, ainda vai reduzir mais, portanto, é um processo que está a ser devidamente tratado e acautelado. E, eu devo recordar aquilo que eu já referi há um ano, que a saída de cerca de mais de duzentos colaboradores nos últimos anos da autarquia e, a previsão para os cinco anos seguintes, incluindo este onde estamos (isto foi dito há um ano), de cerca de duzentos colaboradores. Nós estamos a ter um colaborador a reformar-se, em média um por semana, é normal que assim seja, é um ciclo da vida, das pessoas. E, por isso, a nossa preocupação neste momento é acautelar que todas as funções, algumas já vamos correr contra o prejuízo, porque as pessoas já saíram e algum *know-how* já se pode ter perdido, mas tentar minimizar, digamos, a vacatura no lugar para que haja aqui alguma coabitação entre os mais velhos e os mais novos para que esse *know-how* possa ser transmitido e, entretanto, vão para a reforma. Senhor chefe de divisão, este ano a previsão de quantas pessoas se reformam até ao final do ano? Números redondos, no ano de dois mil e vinte e quatro.”-----

- **Sérgio Cruz, Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos:**

“Cinquenta e um.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Cinquenta e um. Estão a ver, só somando um ano com outro, logo o número que dá, são quase cento e trinta pessoas entre este ano e o próximo e vai continuar, sucessivamente, a nossa preocupação é precisamente esta. É claro que temos aqui um esforço financeiro durante o próximo ano para esta coabitação, digamos assim, mas ela é fundamental para podermos ter aqui o equilíbrio, naturalmente, dos colaboradores que têm que desempenhar as suas tarefas. E, nessa senda há trabalhos que, já temos falado com as chefias sobre isso, alguns deles têm sido recorridos a serviços externos, mas tendencialmente isso é para reduzir com estas pessoas novas que entraram e com a formação que, naturalmente, estão a receber. Aliás, todas as semanas, para não dizer todos os dias, nós recebemos pedidos de formação de colaboradores, que são devidamente analisados, não é? Para que possam efetivamente estar preparados para desempenhar as suas funções. Senhor Vereador, agora, há uma coisa que eu não posso admitir e tenho que refutar, completamente, aquilo que o senhor disse. Estes concursos não são para pessoas do Movimento Independente Pela Guarda, aliás, eu desafio-o a ver a lista, de uma ponta à outra, quantos é que são do Movimento pela Guarda, quantos é que são do PSD, quantos é que são do PS, quantos é que são do CDS, do Bloco de Esquerda, do Chega e aqueles que não são de partido nenhum e, vai lá verificar que há de tudo e, ainda bem, porque assim quer dizer que as coisas são feitas de uma forma absolutamente plural e democrática, limpa e transparente e, é por isso que nós todos devemos pugnar.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, se me permite, só para concretizar melhor. Perguntou ao senhor chefe de divisão quantos funcionários é que estavam em situação de reforma...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Este ano, sim.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Ora bem, qual é o pressuposto deste número de cinquenta e um, ou seja, são pessoas que já pediram a aposentação, a reforma?”----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já, já.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Que já têm idade? Quer dizer, qual é o critério de...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já pediram, já pediram a aposentação.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Cinquenta e um já pediram.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Estas setenta e quatro que aqui estão referidas são pessoas que atingem os sessenta e seis anos e mais uns meses.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “A pergunta é: se atingiram já a idade ou se já pediram a aposentação?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, é pela idade. Deste ano já pediram a aposentação. Devo dizer-lhe que houve um concurso que abriu, só foi preenchida uma vaga, já vamos ter que abrir outra vez, porque a outra vaga não foi preenchida e já saíram duas pessoas, dessa área, para a reforma e são áreas muito importantes, em termos operacionais para a autarquia. Depois temos este problema: em algumas áreas sistematicamente concorrem poucas pessoas ou não concorre ninguém, porque há concursos desertos. A previsão destas setenta e quatro aposentações e as cento e quarenta e quatro até dois mil e vinte e oito são pessoas que atingem, efetivamente, a idade da reforma nessas alturas. Foi esse o princípio em que foi feito esse estudo.”

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “O princípio é a idade da reforma, certo. A minha dúvida tem a ver, o senhor Presidente referiu que o mapa de pessoal de dois mil e vinte e cinco até tem uma redução, vamos lá ver se consigo compreender. Então, em dois mil e vinte e quatro nós tínhamos aqui cento e quarenta e sete, o senhor Presidente disse que eram menos dois ou três, vamos admitir...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu estou a falar da totalidade dos mil cento e vinte e nove, porque o total do quadro de pessoal da Câmara da Guarda entre tudo o que aqui está, porque estão cá baixas, estão mobilidades, enfim, está cá tudo: os cativos, os vagos, são mil cento e vinte e sete este ano, o ano passado eram mil cento e vinte e nove.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Entre os ocupados, os vagos, os cativos, os provisionais, portanto, é neste número, na totalidade, que nós nos devemos cingir.”

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo, estou esclarecido. Obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Teve um abaixamento de duas pessoas, não é significativo, no próximo ano a expectativa é que sairá muito mais gente.”-----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Posso, senhor Presidente? Em relação a essa matéria, só dizer o seguinte: o Partido Socialista discorda dessa sua visão sobre o critério gestor e, porquê? Eu explico. Aquilo que normalmente se faz é criar bolsas de recrutamento nas diversas áreas. Eu não acredito que um assistente operacional tenha que ser ensinado a fazer o seu trabalho, muito sinceramente. E, portanto, não compreendo como é que entra um assistente operacional este ano, considerando que para o ano vão sair dois ou três, não compreendo isso. Vou só, aqui, dar um exemplo que é para percebermos aquilo que está em causa. A questão, por exemplo, de um hospital: não entra nenhum funcionário sem sair o funcionário

para a reforma. O funcionário que sai para a reforma no dia trinta e um, o outro funcionário que entra só entra no dia um e, estamos a falar da saúde, onde, com toda a certeza, há uma necessidade premente de preencher logo essa vaga. Portanto, nós estamos aqui a ter e, agora vamos aqui ouvir qual é que é o impacto financeiro que tem, que o senhor Presidente não quis dizer e que é importante as pessoas saberem. Nós estamos a falar num impacto financeiro superior a 3 milhões de euros. Repare bem, estamos a falar em previsões, estamos a falar do orçamento, não estamos a falar em dados concretos, em termos de contas. Estamos a falar que no último orçamento apresentado estavam previstos 16 milhões 376 mil e para este ano estão previstos 19 milhões 454 mil. Só para termos a noção da grandeza destes números, reparem bem, vamos aqui ouvir quanto é que a Covilhã gasta com o pessoal. A Covilhã tem mais habitantes logo, conseqüentemente, deveria ter mais funcionários para satisfazer as necessidades e, estamos a falar em 14 milhões 516 mil para a Covilhã. Para Castelo Branco estamos a falar em 16 milhões 456 mil. Portanto, nós estamos aqui a falar que a Câmara da Guarda, apesar de ter menos habitantes, podemos ter aqui um critério que me pode levar a admitir uma necessidade maior, que é o número de freguesias, ok. Essa satisfação e a necessidade de estar junto das escolas e de preencher estes passos todos, mas mesmo assim, nós estamos a falar em mais de 3 milhões de euros. Portanto, nós estamos a dizer que em vez de estarmos a investir no setor privado ou pelo menos a alavancar a economia do nosso concelho, nós estamos a colocar esse dinheiro para os funcionários. Eu não estou contra os funcionários, eu estou aqui a questionar a opção gestonária deste executivo. E desculpem lá, no meu entender e no entender do Partido Socialista, é questionável, porque gastar mais 3 milhões de euros é, sem dúvida alguma, uma opção estratégica

desta Câmara que retira 3 milhões de euros para o investimento. Portanto, senhor Presidente, se quiser dizer alguma coisa, faça favor. Muito obrigado.”-----

- Sérgio Costa, Presidente: “Senhor Vereador, só devo esclarecer, em abono da verdade, aqui duas coisas. O senhor citou aí o caso da Covilhã, devemos comparar o que é comparável. Se o senhor não sabe, passa a saber, a Covilhã não tem serviços próprios de transportes escolares, é tudo contratado fora. Segunda situação, tudo o que é águas a Câmara tem externalizado a empresas municipais, só aqui são centenas de funcionários e podemos ir a outros serviços externalizados que a Câmara da Covilhã tem entre empresas municipais. E, portanto, não devemos comparar o que não é comparável, senhor Vereador, temos que ser sérios nessa matéria. E, devo dizer também, porque tudo isto, todas estas contas que são feitas nas provisões que havia do ano passado (o orçamento que os senhores também não aprovaram), não havia tantas chefias de divisão contratadas como agora já há a provisão de contratar, porque já estão mais duas chefias de divisão contratadas e, há outras chefias que o concurso ainda está a decorrer. Tem a ver com o acelerador do SIADAP que foi feito, com a atualização salarial e, tudo isso é que é o impacto. E, nós quando vemos os impactos financeiros, devemos olhar a tudo o que concorre para o impacto financeiro, não devemos atirar com areia aos olhos das pessoas, senhor Vereador. Não me interrompa faz favor! Não me interrompa faz favor! E, portanto, nós devemos ser muito objetivos nesta análise, para depois não andarmos aqui a dizer coisas que não correspondem à verdade. Colocando a votação: alguém vota contra? Alguém se abstém?”-----

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos a favor do senhor Presidente Sérgio Costa e dos senhores Vereadores Amélia Fernandes e Rui Melo

e quatro abstenções dos senhores Vereadores Carlos Monteiro, Lucília Monteiro, Vítor Amaral e António Monteirinho. -----

Ponto 2 - Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Guarda Para o Ano de 2025 - Discussão e Votação e Posterior Envio à Assembleia Municipal.

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 936/2024

(Mandato 2021/2025)

Considerando que: -----

- O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2025 foram elaborados em cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais determinadas pelo normativo contabilístico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. -----

- A Norma de Contabilidade Pública 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, e a Lei de Enquadramento Orçamental – Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, ambas na sua redação atual, regulam a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidade gerais bem como as componentes principais de relato orçamental;-----

- Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Orçamento e as Grandes Opções do Plano; -----

- De acordo com o n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte;---

- Já se encontram inscritos no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, todos os projetos abaixo referenciados: -----

✓ “Intervenções em Infraestruturas Danificadas pelos Incêndios de 2022 nas Freguesias do Vale do Mondego – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 650/2024, aprovada por unanimidade em 29/01/2024 – 706 447,61€; -----

✓ “Contratação de Empréstimo Longo Prazo para Aquisição de Autocarros” – Proposta n.º 675/2024, aprovada por maioria em 09/02/2024 e aprovada por maioria em Assembleia Municipal em 27/02/2024 – 1.155.769,50€; -----

✓ “Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Casal de Cinza, Meios, Sobral da Serra, Vila Cortês do Mondego e a União de Freguesias de Pousade e Albardo e posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação” – Proposta n.º 664/2024, aprovada por maioria em 09/02/2024 e aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal em 27/02/2024 – 89 750,00€ -----

✓ “Aquisição de Serviços – Elaboração de Projetos de Execução de Diversos Equipamentos Escolares – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 677/2024, aprovada por unanimidade em 09/02/2024 – 305. 643,62€; -----

✓ “Manutenção e Conservação de Jardins e Espaços Verdes na Zona Urbana da Guarda – Ratificação da decisão de adjudicação” – Proposta n.º 689/2024, aprovada por unanimidade em 11/03/2024 – 918.019,26€; -----

✓ “Elaboração de Projetos para as Obras de Edificação em Edifícios Destinados à Habitação e Reabilitação Coletiva Propriedade do Município da Guarda, no âmbito do Programa 1.º Direito – ratificação da decisão de adjudicação” – Proposta n.º 717/2024, aprovada por unanimidade em 08/04/2024 – 364 080,00€; -----

- ✓ “Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Aldeia Viçosa, Avelãs da Ribeira, Jarmelo São Miguel, João Antão, Maçainhas e União de Freguesias de Mizarela, Pero Soares e Vila Soeiro e posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação” – Proposta n.º 737/2024, aprovada por unanimidade em 22/04/2024 e aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal em 30/04/2024 – 108 750,00€;-----
- ✓ “Regeneração e Mobilidade Urbana do Vale do Cabroeiro – Aprovação do Projeto de Execução” – Proposta n.º 744/2024, aprovada por maioria em 22/04/2024 – 8 870 610,00€; -----
- ✓ “Intervenções em Infraestruturas danificadas pelos incêndios de 2022 na freguesia de Gonçalo – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 797/2024, aprovada por unanimidade em 24/06/2024 – 715 207,97€;-----
- ✓ “EM233 até à PLIE – Melhoria de Acessibilidades à PLIE da Guarda – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 799/2024, aprovada por unanimidade em 24/06/2024 – 433 415,91€;-----
- ✓ “Alteração e Ampliação de um Edifício para Alojamento de Estudantes do Ensino Superior – Abertura de procedimento” – Proposta n.º 743/2024, aprovada por unanimidade em 22/04/2024 – 4 406 632,00€;-----
- ✓ “Reparação, conservação e manutenção de estradas no Concelho da Guarda _ Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 767/2024, aprovada por unanimidade em 13/05/2024 – 286 094,00€;-----
- ✓ “Requalificação dos acessos ao terminal rodoferroviário da Guarda – 1.ª fase – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 770/2024, aprovada por unanimidade em 13/05/2024 – 1 058 881,59€;-----

- ✓ “Intervenção em Infraestruturas e Equipamentos Danificados pelas Intempéries 2022/2023 na Freguesia de Panoias – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 832/2024, aprovada por unanimidade em 29/07/2024 – 544 199,44€;-----
- ✓ “Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Castanheira, Marmeleiro, Santana da Azinha, Vela, Vila Franca do Deão e a União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida e posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação” – Proposta n.º 800/2024, aprovada por unanimidade em 24/06/2024 e aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal em 28/06/2024 – 108 500,00€ -----
- ✓ “Requalificação de Ruas no Bairro N.ª Sra. dos Remédios e Bairro da Luz – Abertura de procedimento” – Proposta n.º 903/2024, aprovada por unanimidade em 14/10/2024 – 526 608,00€;-----
- ✓ “Intervenções em Infraestruturas danificadas pelos Incêndios de 2022 nas Freguesias de Arrifana, Gonçalbocas e Jarmelo – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 942/2024, será submetida à Reunião de Câmara do próximo dia 11 de novembro de 2024 – 762 882,00€-----
- ✓ “Requalificação da Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro – 2.ª Fase – Abertura de procedimento” – Proposta n.º 943/2024, será submetida à Reunião de Câmara do próximo dia 11 de novembro de 2024 – 790 775,48€;-----
- ✓ “Reparação dos danos provocados pelas cheias e inundações registadas nos meses de dezembro de 2022 e/ou janeiro de 2023 no Município da Guarda – Edifícios e Construções Municipais – 1.ª Fase – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 924/2024, aprovada por unanimidade em 28/10/2024 – 614 870,44€;

- ✓ “Intervenção em Infraestruturas e Equipamentos Danificados pelas Intempéries de 2022/2023 nas Freguesias de Guarda, Maçainhas, Aldeia do Bispo e Vale de Estrela – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 902/2024, aprovada por unanimidade em 14/10/2024 – 693 021,06€;-----
- ✓ “Intervenção em Infraestruturas e Equipamentos Danificados pelas Intempéries de 2022/2023 nas Freguesias da Zona Nascente do Concelho – Abertura de procedimento” – Proposta n.º 917/2024, aprovada por unanimidade em 14/10/2024 – 699 936,26€;-----
- ✓ “Remodelação e Adaptação do Edifício Sede da Antiga Associação Comercial – Abertura de procedimento” – Proposta n.º 859/224, aprovada por unanimidade em 26/08/2024 – 790 089,09€;-----
- ✓ “Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia Adão, Aldeia do Bispo, Arrifana, Codesseiro, Faia, Pêga, Pera do Moço, Porto da Carne, Vale de Estrela, União de Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo e União de Freguesias de Corujeira e Trinta e posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação” – Proposta n.º 886/2024, aprovada por unanimidade em 23/09/2024 e aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal em 30/09/2024 – 201 500,00€ -----
- ✓ “Aquisição de serviços de conceção, implementação e fornecimento do conjunto de soluções que integram o ecossistema digital do “Bairro Comercial da Guarda – Zona Alta – Abertura do Procedimento” – Proposta n.º 894/2024, aprovada por unanimidade em 23/09/2024 – 489 089,86€; -----
- ✓ “Intervenção em Infraestruturas e Equipamentos Danificados pelas Intempéries de 2022/2023 nas Freguesias da Zona Norte do Concelho – Abertura de

procedimento” – Proposta n.º 932/2024 será submetida à Reunião de Câmara do próximo dia 11 de novembro de 2024 – 580 339,40€;-----

✓ “Requalificação da Av. São Miguel – 1.ª Fase – Abertura de procedimento” – Proposta n.º 896/2024, aprovada por unanimidade em 23/09/2024 – 1 679 765,31€;

✓ “Museu dos Sabores da Beira Interior – Aprovação do projeto de execução” – Proposta n.º 892/2024, aprovada por unanimidade em 23/09/2024 – 1 893 785,82€;

“Reabilitação Urbana da Rua Vila de Manteigas – Aprovação do projeto de execução” – Proposta n.º 893/2024, aprovada por unanimidade em 23/09/2024 – 1 559 484,47€;-----

✓ “Construção de 51 Fogos – Bairro da Fraternidade – Guarda – Decisão de Adjudicação” – Proposta n.º 945/2024, será submetida à Reunião de Câmara do próximo dia 11 de novembro de 2024 – 9 073.380,34€;-----

✓ “Reparação dos danos provocados pelas cheias e inundações registadas nos meses de dezembro de 2022 e/ou janeiro 2023 no Município da Guarda – Edifícios e Construções Municipais – 2.ª Fase – Abertura do procedimento” – Proposta n.º 916/2024, aprovada por unanimidade em 14/10/2024 - 594 945,65€; -----

✓ “Segurança Rodoviária – Sinalização Horizontal no Concelho – Abertura do procedimento” – Proposta n.º 921/2024, aprovada por unanimidade em 28/10/2024 – 282 140,20€;-----

✓ “Requalificação da Estrada da Pocariça – Rua Tiago Gonçalves – Decisão de adjudicação” – Proposta n.º 923/2024, aprovada por unanimidade em 28/10/2024 – 1 143 104,00€;-----

✓ “Centro de Empresas Startups – Aprovação do Projeto de Execução” – Proposta n.º 925/2024, aprovada por unanimidade em 28/10/2024 – 1 303 500, 82€;-----

✓ “Requalificação de Ruas no Bairro das Lameirinhas e Rio Diz – Abertura de procedimento – Abertura de procedimento” – Proposta n.º 935/2024 – será submetida à Reunião de Câmara do próximo dia 11 de novembro de 2024 – 574 368,95€; -----

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove: -----

- Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2025; -----

- Norma de Execução Orçamental para 2025 que contem as medidas para orientar a execução orçamental.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Senhor Vereador?”-----

- António Monteiro, Vereador: “Senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores funcionários. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que este orçamento peca por falta de clareza e de organização. As diversas áreas de investimento parecem dispersas e desconexas, sem uma verdadeira articulação entre elas e, constantes nos diversos orçamentos anteriores, sem qualquer desenvolvimento. Vou só aqui dar três exemplos: no orçamento de dois mil e vinte e dois e no orçamento de dois mil e vinte e três já constavam as obras que se mantêm eternamente sem qualquer avanço: Quarteirão das Artes do Museu e Centro de Arte Contemporânea, desde o orçamento de dois mil e vinte e dois que existe, não há uma única concretização, isto na área da Cultura. Na área do Desporto, o Centro Náutico de Lazer da Barragem do Caldeirão e o Pavilhão Desportivo de Gonçalo. Depois, em termos económicos: Caminho de

Acesso ao Maciço Central da Serra da Estrela, a chamada Estrada Verde (mantém-se); Requalificação do Espaço da Feira (desistiram, não desistiram); Áreas de Localização Empresarial (outro dos chavões apresentados em termos de campanha eleitoral) desapareceram agora deste novo orçamento. Assim, não existe um plano coeso para o desenvolvimento económico e social da cidade, o que dá a impressão que estamos perante um orçamento trapalhão, onde as despesas são alocadas de forma improvisada, bem como o pedido de empréstimos, sem qualquernexo ou estratégia. Já lá vamos aos empréstimos. Em vários casos, as iniciativas parecem corresponder mais a pressões momentâneas dos interesses pontuais, do que a um diagnóstico profundo das necessidades reais da cidade. Senão vejamos: depois da entrega dos documentos ainda recebemos uma alteração para o orçamento que é para incluir (que eu acho que são estas três folhas que é para colocar aqui na folha de entrada do orçamento), eu pergunto: há alguma errata para nos entregar? Há alguma errata? Fico a aguardar pela resposta. Depois, neste orçamento não consta nada acerca das duas maiores instituições públicas desta cidade, zero palavras. Se olharem para o orçamento não fala uma única vez no Instituto Politécnico da Guarda, nem na Unidade Local de Saúde da Guarda, ou seja, a Guarda está isolada, o seu orçamento vive para dentro de si, não é capaz de se externalizar, seja ele na obtenção de protocolos, seja ele no relacionamento com estas duas instituições. Parece-me um orçamento trapalhão e isolacionista. Depois, relembro aquilo que era, também, um projeto apresentado por este executivo, que era o projeto da recuperação do antigo Pavilhão Rainha Dona Amélia da ULS da Guarda, que desapareceu também de dentro deste orçamento. Mas, existe também outra coisa que me parece importante e, que também não consta nenhuma vez dentro deste orçamento que é o Porto Seco. Todos consideram que o Porto Seco é um projeto capaz de dinamizar,

em termos económicos, o nosso tecido empresarial. Falámos na última reunião sobre as questões das transações económicas, nomeadamente as exportações. Verificámos que a maior parte das empresas desta cidade, deste concelho, estão muito bem posicionadas a desempenhar essas funções. O Porto Seco faria parte dessa estratégia, não consta uma única palavra, neste orçamento, sobre o Porto Seco. Assim sendo, a falta de estratégia é clara, a longo prazo, que envolve a melhoria das infraestruturas e a modernização da cidade. Eu aqui vou dar três exemplos, que me parecem óbvios, de que não há uma visão estratégica, vive-se para o dia a dia, vive-se para o momento, vive-se ao curto prazo. No meu entender e no entender do Partido Socialista, existem, dentro da cidade, serviços públicos ou infraestruturas públicas que já não são dignas de uma cidade moderna e, eu refiro-me concretamente à questão do Mercado Municipal e da Central de Camionagem. Já o dissemos na última reunião, voltamos hoje aqui a reafirmar, tem que haver uma estratégia global, tem que haver uma intervenção, tem que criar uma nova centralidade. É necessário isso e, essa parte parece-me óbvio que não está acautelada. Depois, incompreensivelmente, passados doze anos desta governação, porque nós não nos podemos esquecer que estamos perante um Presidente de Câmara que está há doze anos no executivo municipal (não chegou nos últimos três anos, está há doze anos), não se consegue compreender como é que passados estes anos todos não existe um Pavilhão Multiusos. Consta agora a possibilidade de fazer um estudo para um Pavilhão Multiusos. A nossa sociedade, as nossas coletividades desportivas, sociais, associativas, culturais, há muito que reclamam uma infraestrutura destas. Não se consegue fazer qualquer tipo de evento nesta cidade (sabemos as condições que existem na cidade em termos climatéricos) e, portanto, necessitaríamos disso há muito tempo, doze anos era tempo suficiente para fazer essa infraestrutura. O arranjo

do Centro Histórico e toda a envolvente não dignifica a área, nem dignifica esta cidade. Evidentemente que eu não digo isto satisfeito, não, digo isto com tristeza, porque eu também quero a minha cidade melhor do que o que ela está e, eu penso que o senhor Presidente e todos os Vereadores que aqui estamos também querem. Agora, é prioritário fazer uma rotunda na Avenida Cidade de Béjar ou era prioritário investir no Centro Histórico e transformar toda a envolvente do Centro Histórico e o próprio Centro Histórico? Era prioritário avançarmos com um conjunto de infraestruturas que, no meu entender, podiam aguardar mais alguns anos e avançaríamos para um Pavilhão Multiusos (há muito tempo necessitado) e, isso iria beneficiar a cidade e iria trazer poupanças significativas, porque cada vez que fazemos um evento há necessidade de alugar equipamentos. Isto é a questão que eu coloco. Eu penso que estaremos todos dentro da mesma perspetiva. Gera a sensação que os fundos estão a ser aplicados em projetos que não garantem resultados significativos nem duradores. Em segundo lugar, a crítica mais evidente a este orçamento e às GOP's é a sua natureza claramente eleitoralista, senão vejamos: o orçamento parece elaborado para satisfazer tudo e todos e, é um somatório de promessas vãs e inviáveis. Mais de 70% daquilo que está aqui neste orçamento era aquilo que constava nos orçamentos anteriores e, aquilo que nós vimos é que durante três anos não foram capazes de concretizar estas obras, mas durante nove meses vamos ter estas obras todas, possivelmente, concretizadas. -----

É um orçamento voltado para atender os interesses eleitorais ou os interesses da manutenção do poder, onde se inscreve o impossível para angariar o maior número de votos possível. Este orçamento é um engano e um engodo, um roteiro para uma fábula que já, tão bem, nós conhecemos. A apresentação de projetos com grande apelo popular, mas que não são acompanhados por uma análise custo-benefício real,

denota uma abordagem eleitoralista onde a preocupação com os resultados eleitorais se sobrepõe ao verdadeiro bem-estar da população a médio/longo prazo. Este orçamento promete fazer em nove meses aquilo que não foi feito em três anos. Terceiro lugar, é um orçamento despesista, com crescente tendência para o endividamento. A palavra empréstimos surge vinte e três vezes no orçamento, portanto, está claro qual é que é a intenção deste executivo. O executivo apresenta uma série de projetos que exige elevados investimentos, mas sem uma visão clara sobre a sustentabilidade financeira a médio/longo prazo. O aumento da despesa sem análise rigorosa (já vimos agora, entretanto) da sua real necessidade ou do seu retorno, coloca em risco a saúde financeira da Câmara no futuro. Falámos agora na questão, e a título de exemplo, dos gastos com o pessoal. Este orçamento dá-nos uma mensagem clara: esta gestão é doente, é doentia, na medida em que se rege pela loucura dos gastos sem ambição para alguns e, que não aprecia nem é para o bem comum, apenas com a ambição de conquistar o eleitorado e atender a favores, até que os dinheiros públicos o permitam. Em suma, este orçamento municipal e as Grandes Opções do Plano revelam-se um conjunto de escolhas desarticuladas, cujo foco parece estar mais em satisfazer as expectativas eleitorais do que o planeamento eficaz e sustentável para o futuro da cidade. Mais facilmente, o Partido Socialista votava um orçamento em que dissesse que nenhuma obra seria feita nos próximos nove meses, mas que estaria planeado para os próximos quatro anos e, teria o voto favorável do Partido Socialista. É assim que se governa, não é a pensar naquilo que não fez durante três anos e quer fazer em nove meses e, aquilo que não é capaz de fazer e projetar para daqui a quatro anos. A falta de um compromisso com o desenvolvimento económico e social equilibrado, aliado a uma tendência para um orçamento empolado nas receitas e uma despesa desenfreada, tornam este orçamento

um reflexo da má gestão pública que prioriza os interesses do momento em detrimento da responsabilidade financeira e do bem-estar a longo prazo da comunidade. -----

Por fim, também faço e realço um aspeto positivo. O senhor Presidente e este executivo municipal desde o último orçamento, conseguiu evoluir positivamente e refletir sobre como é que poderia aprovar o orçamento para dois mil e vinte e cinco. E, aí, surgem umas reuniões com o Partido Social Democrata e, eu aí tenho que louvar a atitude, porque o senhor Presidente deixa claro qual é que é o partido que prefere para a governação. Porque, o ano passado, quando o Partido Socialista apresentou três medidas simples de aplicar (e que ainda hoje não estão aplicadas, por isso é que o Partido Socialista votou contra), que era a questão do estudo da Cidade Desportiva que, mais uma vez, o PSD também já apresenta e está aqui num acordo; a questão da Atratividade dos Jovens com a possibilidade da isenção de taxas na construção da habitação (que mais uma vez continuamos a ser diferentes das cidades que nos rodeiam e do contexto que está à nossa volta) e, por fim, a Salubridade e Higiene. Eu não sei se agora, aos fins de semana, não limpam a cidade, mas ainda hoje tive oportunidade de passar em vários locais e verificar que não foi recolhido o lixo durante o fim de semana, portanto, o Partido Socialista tinha razão em relação a essa situação. Em relação a esta postura que tem com o PSD, que não teve com o PS, evidentemente é uma opção do senhor Presidente da Câmara e do seu executivo municipal, mas ela encerra em si mesmo aquilo que está subjacente à sua família política. A sua família política sempre foi o Partido Social Democrata, nunca foi o Partido Socialista e assim sendo, eu acho que está no caminho certo. O PSD, hoje, vem dizer que vai ser a muleta do Partido dos Independentes na cidade da Guarda e, é isto que é importante salientar neste aspeto. Mas, eu alerto o PSD, como aconteceu

em relação ao Partido Socialista, já que foi dito e há aqui um conjunto de propostas que o PSD apresentou (estão cá todas esclarecidas), e muito bem para negociar com o executivo municipal, chegarem a um entendimento e aprovarem este orçamento, acho muito bem. Há no final um conjunto de propostas que eu gostaria de obter uma resposta. Acho que a população, no meio destas conversas que são feitas no recato dos gabinetes, como o senhor Presidente gosta de falar, tem que existir aqui também uma transparência para a opinião pública, a opinião pública tem que saber aquilo que efetivamente se passa no meio dessas conversas. E, para além dos elogios ao PSD, diz mesmo no orçamento (uma coisa que eu nunca tinha visto é um orçamento falar dos partidos políticos e dessa sua visão), mas não discordo, antes pelo contrário já elogiei, evoluiu, o executivo evoluiu, não conseguiu aprovar o orçamento que podia ter, na altura, logo falado e ter ido ao encontro das oposições, não o fez, fez agora muito bem, esteve muito bem em relação a isso. Elogios ao PSD, visão colaborativa e fortalece a democracia. Foi pena que não tivesse, há dois anos ou pelo menos o ano passado, feito isso em relação ao PS. Mas, para que conste e isso está refletido aqui, eu acho que o PSD devia ter aqui algumas garantias, que é pelo menos quantificar três aspetos que me parecem importantes: o aumento do orçamento para o TMG (que foi uma das exigências do PSD), mas não consegui detetar aqui, não é detetável aqui ou se é tenho a certeza que me vão dizer qual é que é o aumento; a construção de um Campo de Ténis e de Pádel no Parque Polis, o Partido Socialista fará tudo aquilo que tiver ao seu alcance para impedir que o Parque Polis seja desvirtuado, mais uma vez. Aquilo que é uma infraestrutura belíssima, onde as pessoas possam livremente passear, cada vez tem mais obstáculos, cada vez mais está impeditiva, essa não é a visão que nós queremos para a cidade, essa não é a visão que queremos para aquele Parque. Peço desculpa, mas qualquer dia estará como o Jardim José de Lemos,

que teremos que andar a fazer S's para nos desviarmos das diversas esculturas que lá estão a ser colocadas, eventualmente no Parque Polis é essa a ideia que têm; e, o Incentivo à Natalidade. Reparem, o Partido Socialista apresentou na Assembleia Municipal o Incentivo à Natalidade, uma proposta aberta para discussão e, qual foi a posição do Partido Independente? Foi votar contra. Mas, agora negociou com o PSD, e bem, as populações não têm que ficar impedidas de ter acesso a estes benefícios só porque foi o PS que as apresentou, não. Acho bem, negociou com o PSD. E, portanto, senhor Presidente, as questões estão colocadas, a análise que nós fizemos a este orçamento é que é um orçamento trapalhão, eleitoralista e despesista, salientando, no final, esta postura positiva de ir ao encontro do seu partido “mãe”, digamos assim, daquele com quem tem afinidades para projetar o futuro deste orçamento e aprovar o orçamento. Eu só pergunto, mais uma vez, é se tem alguma errata para entregar em relação ao orçamento? Muito obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, da análise que fizemos ao orçamento, de facto, se tivéssemos que dar um título, teríamos que dizer algo do género: “Agora é que vai ser”. Agora, de facto, temos aqui um investimento que ultrapassa os 40 milhões de euros no concelho, temos a possibilidade, ao nível das candidaturas, de angariar cerca de 18 milhões de euros de fundos comunitários e, portanto, há um elenco abrangente e diversificado de projetos. Desde logo, nós ficamos otimistas nesta base: é que, de facto, a matriz do senhor Presidente não é tanto destes quatro anos que teve a possibilidade de identificar a sua imagem àquilo que é a sua estratégia para o concelho e, avançar com um conjunto de projetos que são diferenciadores, que de alguma forma identificam a sua estratégia para o desenvolvimento municipal, mas baseia-se estruturalmente em projetos que vêm há

dez anos a esta parte, naquilo que foram os executivos do Partido Social Democrata. O senhor Presidente fala, nos últimos anos, que a Guarda tem sido palco de investimento muito significativo nas áreas urbanas e rurais, com mais de 20 milhões de euros de investimento entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e quatro, a saber: Ecovia, um projeto que vinha detrás, pensado também por si, pensado em conjunto pelos elementos que constituíram, durante dez anos, a governação deste município. Os Passadiços, sim há 20 milhões de investimento, mas o senhor praticamente acabou 10% que faltava deste obra, mas está a chamar a si a conclusão destes projetos, destes investimentos, boa, é natural. Não é tanto da sua ação destes quatro anos, mas é exatamente dos livros, dos textos que leu, das reuniões que teve, para caracterizar aquilo que é a sua governação, para praticamente assentar naquilo que vem detrás. Falar da terceira fase da Plataforma Logística, é falar também da segunda fase, do aumento da terceira na sequência da segunda. O Pavilhão Desportivo da Escola Secundária da Sé estava em execução. O senhor refere como um grande investimento o Polidesportivo da Escola das Lameirinhas, sim é outro que vinha detrás, o senhor também fez, participou dessas reuniões, onde efetivamente este projeto era também mobilizador. Os quatro Parques Infantis da cidade, com avanços e recuos, era também um projeto relevante e que o senhor tem insistido, e bem, que tem concretizado uma parte, quer concretizar a restante, vamos lá. O Mercado Municipal de São Miguel está praticamente concluído, estava lançado. O Espaço Tecnológico do Centro Histórico mudou de nome, já era um espaço para receber empresas, o senhor Presidente quer reforçar esse projeto, sim, mas carece de uma coisa, quer dizer, uma coisa é dizer que temos mais seiscentos postos de trabalho novos, mas é preciso perceber, a Guarda tem que ter essa noção, os Vereadores do Partido Social Democrata têm que conhecer, efetivamente, onde

estão esses quatrocentos, seiscientos postos de trabalho novos, é que continuam a ser, praticamente, as mesmas pessoas a entrar no Espaço Tecnológico do Centro Histórico. A compra dos autocarros, sim senhor, é uma decisão sua, apoiada também pelos Vereadores da oposição, mas é o primeiro neste elenco de projetos. Vejo aqui a primeira iniciativa deste executivo: comprar cinco autocarros para o município. A Santa Clara, aos anos que se falava dos balneários da Santa Clara, aos anos. Quer dizer, eu também fiz parte desse executivo, quase inexplicavelmente, tenho que o dizer, como é que nunca se executou isto logo num ano, dois anos, a partir do momento em que nós percebemos que era uma necessidade estratégica daquela escola. O senhor também fazia parte desse executivo, tinha essa responsabilidade dos equipamentos e, portanto, só peca por defeito, atrasado. Em boa hora nós vemos que ainda se alicerça na valorização de um orçamento, naquilo que são as suas estratégias futuras, basicamente 95% dos projetos que aqui estão são de um posicionamento que o Partido Social Democrata teve nos anos anteriores e, que, no fundo são a sua orientação, são a sua guia, são a sua luz, para defender um orçamento para dois mil e vinte e cinco. -----

Claro que a Requalificação do Campo de Futebol do Gonçalo, o Pavilhão Multiusos de Maçainhas, a Reabilitação das Linhas de Água, a Estabilização das Encostas, sim tem feito trabalho. São candidaturas que aconteceram na sequência dos incêndios de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, muito bem, mas muito do que é dito aqui ainda são promessas por cumprir. Há coisas feitas, mas ainda há muita coisa por executar, portanto, tudo isto vale, de facto, 20 milhões de euros. Depois, conclui que será um compromisso da Câmara Municipal da Guarda e, garantia de um concelho mais moderno, coeso, preparado para os desafios vindouros, não senhor Presidente, isto são ideias já velhas, toda a gente as conhece. Importantes os investimentos? Sim,

mas queríamos ver inovação, queríamos ver criatividade, queríamos ver ambição no orçamento para dois mil e vinte e cinco. O senhor também apresenta aqui projetos já para dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e sete, quais são as coisas novas para dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e sete? O que demonstra é que quer, já tem ideias velhas, mas mesmo assim, não consegue concretizar até dois mil e vinte e cinco que é o período que o senhor tem no seu mandato. Dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete, não sabemos se cá estamos, mas para concretizar ideias velhas, ainda precisa de dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete. Não, para dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete, senhor Presidente, devia dizer, efetivamente, o que é que quer concretizar de novo, porque a realidade muda constantemente. Ora, em três anos que o senhor tem de governação (fora toda a experiência que adquiriu nos dez anos anteriores), a verdade é que havia ideias que o senhor e o seu executivo tinham que transportar para o orçamento. Não temos visibilidade dessas ideias novas que seriam estruturantes, desafiantes para o futuro próximo. Depois, claro, a força das palavras. De facto, a vontade que o senhor tem, eu até poderia considerá-la na força das palavras do texto do orçamento, mas não consigo considerar na força de execução do orçamento, porque, de facto, se olharmos depois nas GOP's, nós temos um orçamento indiciário, não um orçamento de execução. Indiciário, porque sinaliza grande parte do que aqui está e, nós já devíamos estar a concluir a grande parte do que aqui está, mas ainda estamos a indiciar. A saber, por exemplo: as casas da Praça Velha – 100 mil euros. Senhor Presidente, quer dizer, a ver se resolvíamos isto de vez, punha aqui 400, 500 mil euros para resolver, definitivamente, em dois mil e vinte e cinco este projeto, este como outros e, não sinalizar no orçamento coisas que sendo antigas, não é por isso que perdem atualidade, têm a sua importância, mas nós gostaríamos de ver a

matriz desse orçamento que resultasse, efetivamente, do tempo de governação que o senhor tem ao longo destes três anos.-----

Depois, o orçamento de dois mil e vinte cinco é garantir a resposta eficaz e estratégica aos desafios e oportunidades que se apresentam à Guarda. Este compromisso traduz-se na implementação de soluções robustas e sustentáveis, apoiadas por uma visão de longo prazo que alinha o desenvolvimento local, com metas definidas nos novos ciclos de financiamento Europeu. Primeiro: soluções robustas e sustentáveis, quais são essas soluções robustas e sustentáveis que não sejam as soluções que o senhor tem mantido nestes três anos? Depois, apoiadas numa visão de longo prazo, era isso, essa visão de longo prazo, queríamos saber qual é o caminho, porque já sabemos o ponto de partida. O ponto de partida é esta matriz que o senhor, tal como eu e os meus colegas de executivo, também “bebemos”, discutimos, desenvolvemos ao longo de dez anos. Mas, queríamos algo mais, queremos aqui um upgrade desse conhecimento. Não resulta. Portanto, apesar das soluções serem as mesmas, não são robustas, são as mesmas. E, do ponto de vista da sustentabilidade, das contas, são as normais, esta visão de longo prazo nós não conseguimos vislumbrar. Depois, também, quando diz que temos aqui as metas definidas pelos novos ciclos de financiamento Europeu, nós fizemos esse esforço e louvamos o senhor Presidente, já o dissemos. Na verdade, debatemos em duas reuniões vários temas que consideramos estratégicos para a ação do município, mas verdadeiramente, se olharmos para a agenda europeia e, principalmente para o programa de investimento 2030, nós queremos é que as decisões e as opções estratégicas de futuro deste município estivessem exatamente em articulação com essa agenda. Porque, senhor Presidente, a maioria dos investimentos que aqui tem é continuar a fazer a Requalificação dos Caminhos, a Reestruturação das Estradas, a

Requalificação dos Equipamentos, isso acabou. O senhor assenta este orçamento em fundos comunitários (basicamente de 18 milhões), mas na verdade o senhor não vai ter um tostão, sabemos bem, e o senhor também. Nesse executivo anterior a dois mil e vinte e um, nós sabemos que o que havia em termos de Requalificação de Caminhos, de Pavimentação e de Betuminoso era *last mile*, portanto isso acabou. Aquela fase de criar estruturas na cidade, aquela fase de criar equipamentos na cidade acabou. É muito difícil ter acesso a esses fundos comunitários que não sejam exatamente os da sustentabilidade ambiental; os da transição energética; o das comunidades digitais e energéticas; ao nível também do apoio aos mais carenciados, aos idosos; à qualidade de vida que os idosos têm que ter nas acessibilidades urbanas. São áreas que necessitam, efetivamente, de valorização e desenvolvimento e, nisso o senhor trata de uma forma, até no nosso entendimento, de subordinação à visão da obra, do projeto, da estrutura, quando essa não é a agenda europeia. E, quando nós vemos o orçamento e vemos que a agenda Europeia está articulada com a estratégia futura que este município tem, não é, é a nossa visão, porque dificilmente o senhor a construir um orçamento que assenta em fundos comunitários e, a agenda Europeia não integra propriamente as suas opções, temos alguma dificuldade em considerar que este orçamento é um orçamento equilibrado. O senhor tem que encontrar outros mecanismos de financiamento, tem que gerir a Câmara de outra forma, para conseguir fazer mais Caminhos, mais Requalificação de Caminhos Rurais, mais Arranjos de Estradas, Ruas e Vias por este concelho fora. -----

Depois, dar também nota, senhor Presidente, sobre o investimento nas freguesias e fortalecer a coesão territorial e a qualidade de vida. O senhor tem, como no passado (se calhar até lhe dou esse benefício, com mais ênfase ainda) o investimento no território, porque o território é composto pelas freguesias urbanas e rurais, embora a

urbana, seja apenas uma e as restantes sejam rurais. Mas, a verdade é que o senhor Presidente tem previsto 6.3 milhões de euros nas zonas rurais do concelho da Guarda, nas freguesias, mas avança também, para além deste montante, que está em execução o Plano de Investimento nas Freguesias de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e cinco, com um valor de mais dez milhões. Acha equilibrado senhor Presidente? É a prioridade das prioridades? Gostaríamos de ver isto mais dissecado, mais concretizado e perceber o quê? Porquê? Porque é que colocamos esta interrogação? Nada contra o investimento nas freguesias, mas por cada euro que fazemos nas freguesias rurais ou na urbana, nós queremos ver reproduzido em 3 euros ou 2 euros, queremos esse raciocínio, essa lógica no orçamento, que resulta num ganho, numa mais-valia no desenvolvimento e na qualidade de vida de todas as freguesias do concelho da Guarda. Isso não resulta, não tem resultado, ou seja, nós vemos, por exemplo, um grande investimento que foi feito em cinco ou seis freguesias rurais do concelho, que são os Passadiços do Mondego, mas quantos restaurantes? Quantos alojamentos locais? Quantos museus etnográficos? Quantas associações que promovem passeios da natureza, que promovem o *slow* turismo? Nós não temos visto essa dinâmica implementada nas freguesias rurais. E, se virmos, de facto, investimento, apoio às freguesias rurais que vá integrar-se naquilo que é uma estratégia global do turismo da Câmara Municipal da Guarda, claro, aí apoiamos 100%. Agora, dar dinheiro por dar dinheiro sem fazer a avaliação e a consequência prática, por cada investimento numa pessoa, nós conseguimos ter duas numa freguesia rural, isso sim. Agora cria um vazio aqui no orçamento, designadamente, consideramos desequilibrados estes valores que são atirados para aqui, mas nós não percebemos bem que tipo de concretização de 16 milhões de euros em dois mil e vinte e cinco nas freguesias, ou seja, uma coisa é dizer, vamos gastar 16 milhões de

euros no território do concelho da Guarda, mas quando se distingue freguesias urbanas e rurais, estamos a falar do território. Um investimento de 16 milhões de euros no território, mas fala em freguesias rurais e urbanas, então temos que perceber qual é o objetivo e o desenvolvimento que pretende dar também ao tecido rural e territorial do nosso concelho. Portanto, há que questionar e nós questionamos, exatamente, para onde vão estes 16 milhões? Que medidas concretas? Não resulta no orçamento. Vamos às GOP's, também não resulta. Esse vinculismo, essa visibilidade de que vamos seguir este caminho em dois mil e vinte e cinco e, para seguir este caminho não tinha que estar descrita a rubrica de forma difusa, tinha que estar descrita, a rubrica, de uma forma precisa e concreta, o que não acontece. -----

Depois, avaliando as obras em curso de dois mil e vinte e quatro a dois mil e vinte e cinco - 3.3 milhões. Vamos ver a Avenida Cidade de Béjar, sim senhor uma obra, um projeto anterior (que o senhor também esteve na base dele, sabemos bem, tinha o pelouro) não se fez, entendeu fazê-lo agora. Era um projeto que inicialmente custava 600 mil euros, hoje custou 800 mil euros, como sabemos. Vamos acreditar que vai melhorar a circulação e a acessibilidade naquele espaço e na cidade da Guarda, é um projeto seu na concretização, já vinha detrás. O Bairro do Torrão já fez intervenções, eu próprio enquanto Presidente, também fiz intervenções no Bairro do Torrão, como sabe, portanto, nada de novo. A Requalificação do Acesso à Plataforma Logística, sim, ok, é uma via, é preciso requalificá-la. As Paragens de Autocarro, a Repavimentação e Diversos Arruamentos. Lá está, as Paragens de Autocarro um projeto, principalmente na definição dos horários e na tradução da plataforma digital, já era um projeto que vinha detrás. As Paragens de Autocarro são uma aquisição sua, aliás, nós até pedimos custos deste projeto. Depois, o novo Órgão para a Sé Catedral da Guarda, isto já tem barbas, eu já nem sei como é que me hei

de referir a este assunto, mas ainda está aqui como um investimento da maior importância para dois mil e vinte e cinco. Senhor Presidente, estas matérias já nem deviam constar, salvo o devido respeito, não deviam. Quer dizer, recordamos a primeira vez que isto foi falado e os avanços e recuos que existiram, mas aqui continua com um alto grau de visibilidade, como se não houvesse outras coisas com as quais nós nos devíamos comprometer e definir. A rua da Treija, a rua dos Caminhos de Ferro, é verdade, temos investimentos e também sabemos as negociações com as Infraestruturas de Portugal. O senhor Presidente e o seu executivo também se comprometem, exatamente na rua da Corredoura a fazer todo aquele arranjo, mas sabemos, também, das negociações que houve consigo (lá atrás), vários anos que já decorreram e a concretização tem sido muito pouca, mas em dois mil e vinte e cinco temos, efetivamente, aqui a projeção quer da rua da Treija quer da rua dos Caminhos de Ferro, muito alinhados com essas negociações que existiram no passado em que o PSD era governação. O Bairro da Luz, a Requalificação dos Polidesportivos, designadamente no Bairro do Pinheiro, o senhor concluiu, mas já vinha detrás. O Museu da Guarda, espera fazer também Requalificações no Museu da Guarda e noutros espaços culturais, como reforço e compromisso de bem-estar, muito bem, mas vemos aquelas janelas do Museu que é preciso..., houve trabalho, houve Requalificação do Museu da Guarda, mas evidentemente precisa da recuperação, designadamente também ao nível energético. Lá está, uma área, a transição energética, reforçar, quer dizer, a diminuição e a dependência das energias que têm na sua base o carbono em energias alternativas. Os fotovoltaicos nos edifícios da Câmara são, de facto, uma urgência para dar mais sustentação também neste processo de transição energética e, aí sim, não temos dúvidas que a articulação desses projetos com a agenda Europeia é uma irmandade plena. O que não acontece

nestas estratégias, obras em concurso em dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis de 15 milhões de euros. Lá está rua Tiago Gonçalves – Estrada da Pocariça e Avenida Francisco Sá Carneiro segunda fase, são projetos, projeções que já vêm detrás, o senhor quer concretizar. A Avenida de São Miguel, a Requalificação do edifício da Antiga Associação Comercial, aos anos que se tem falado, que foi comprada no anterior executivo. A Proteção Civil adotou com a conveniência da Câmara Municipal que lidera este espaço como o adequado, mas quer dizer é o *déjà vu*. A Residência de Estudantes da rua António Sérgio, importante, mas há quantos anos se fala, quer dizer, posso dizer que estamos a falar há nove anos sobre esta requalificação. Projetos de execução aprovados entre dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis - mais 3.5 milhões. Solar dos Sabores sinalizado com 100 mil euros; as casas da Praça Velha é um projeto que já vem detrás; a Nova Área Empresarial no Mercado Municipal, ok vamos agora lançar projetos de execução aprovados (está aprovado e vamos agora ver a sequência que vai ser dada); a rua Vila de Manteigas é uma necessidade urgente já detetada há muitos anos. A Requalificação do Bairro do Bonfim, também temos dito, desde as canalizações em lusalite, os milhões que se têm gasto em requalificação das infraestruturas urbanas e nas freguesias rurais (temos uma rua do Bairro do Bonfim ou várias ruas no Bonfim onde a água ainda chega a casa das pessoas com lusalite), portanto, já foi falado demasiadas vezes e continuamos com esta obra por fazer. A Requalificação da rua Miguel Unamuno e rua Carvalho Rodrigues está no seu projeto eleitoral, está no projeto eleitoral do PSD. A Requalificação do Estrada dos Galegos, os Parques Infantis do Pópis, já falámos, uma necessidade, há quantos anos falamos disto? O Parque de Campismo já foi reabilitado uma vez, consigo também, agora está prevista uma nova requalificação, ok. Os vinte e seis apartamentos de habitação acessível. O Bairro da Fraternidade é

aqui um eixo, ainda hoje estamos aqui a discutir, ao fim de oito anos, as conversas que houve com diferentes governos nacionais, o senhor participou delas, aqui está. O novo Parque de Leilão do Gado na ACRIGuarda bem, já houve um protocolo assinado enquanto eu era Presidente, também já há um novo protocolo assinado pelo senhor Presidente do atual executivo, nada de novo, faça-se, é verdade. As Comunidades Energéticas também eram uma estratégia que já estava definida anteriormente e, não me vou alongar muito mais. Na verdade, estamos aqui a falar de projetos, muitos assentes em obra física, estruturantes, mas não há aqui projetos mais da visão idealista que a agenda Europeia tem. A primeira estratégia que devia acontecer naquilo que é a gestão do executivo é: primeiro, olhar para projetos que se integram de forma plena na agenda Europeia de Investimento para 2030 e tê-los aqui todos, essa é uma visão de futuro. Isso não aconteceu e olhámos para todos os projetos que estavam em curso, muito fixados em obra física, que já estão desfasados desse investimento, dessa Agenda Europeia, ainda assim é crucial e, essa é a sua estratégia. Depois, uma dificuldade que nós também aqui entendemos, já agora a Estrada Verde de Videmonte, falou-se sempre; o Centro Interpretativo da Água da Montanha, o Vereador Vítor fartou-se de trabalhar nesta matéria; o Cobertor de Papa, o que é que é feito da Carta de Paisagem onde estava o Cobertor de Papa de Maçainhas? O Centro Interpretativo da Judiaria, são matérias, sim, são importantes, vamos executá-las. Mas, senhor Presidente, não há aqui um nome para a gente dizer assim, não, há aqui cinco nomes que são deste executivo, identificam a visão de futuro. E, portanto, percebemos claramente a matriz e, o senhor foi “beber”, e bem, porque trabalho feito, conhecimento adquirido, vamos usá-lo, ganhamos tempo, ganhamos eficácia nas decisões e, é este o orçamento que, de facto, o senhor nos apresenta, que tem muito de familiar e, é com uma visão até muito positiva, que nós

olhamos para este orçamento. Tem um lado negro: o Vereador António Monteiro falou em nove meses, eu diria sete (de janeiro a 30 de julho), porque depois temos o mês de agosto e não há obra, porque os trabalhadores vão de férias, no mínimo, e todos sabemos que em dois mil e vinte e cinco vamos ter todas as câmaras a querer fazer obra, portanto, vai ser aqui uma disputa a ver quem paga mais, não é quem paga menos, quem paga mais para ter um empreiteiro para executar obra. E, portanto, o senhor Presidente vai ter sete meses para executar um orçamento de 74 milhões de euros, por isso é que pegando no título: “Agora é que é”, senhor Presidente não acha que perdeu tempo nestes três anos? Isso é que nos preocupa, porque o que o senhor tem aqui é, de facto, ambicioso, mas não vai conseguir, nós queremos que consiga e vamos lhe dar esse benefício da dúvida, queremos que consiga. É pena é que no último ano do mandato, o senhor nos apresente este orçamento, mas, ainda assim, nós estamos disponíveis para colaborar consigo, disponíveis na sequência da abertura e, é verdade que não poderemos deixar de o dizer que o lugar e a posição de arrogância do executivo deram lugar ao diálogo demonstrado neste último ano e, por isso, tem também o nosso beneplácito neste orçamento. Não é o nosso orçamento, é um orçamento que conhecemos bem, em termos daquilo que são as projeções que aqui estão definidas, mas sabemos também que não existe essa articulação devida como o senhor aqui apresenta, de que esta visão global e de planeamento futuro assenta estrategicamente nos fundos comunitários, não. Há muita obra aqui que pretende executar que não assenta nessa agenda. Vamos ver o que é que o senhor consegue em termos de fundos comunitários, espero que consiga o máximo possível de fundos comunitários, mas, sinceramente, o tempo escasseia e há aí um certo desfasamento, no nosso entendimento, entre a agenda Europeia e as opções que são transmitidas neste executivo. É verdade a visão eleitoralista deste

orçamento, nós não sabemos bem onde é que o documento técnico e as opções que estão plasmadas no orçamento terminam e, começa, efetivamente, essa visão eleitoralista que o senhor no fundo dá também e, permite alcançar com a leitura do orçamento. É um programa eleitoral e de propaganda do PG a anunciar para 2040. Qual é a agenda de marketing político barato, com a maior transformação de que há memória nos últimos vinte anos? Nós não conseguimos captar essa grande transformação dos últimos vinte anos e, o senhor usa muito essa visão. Dos últimos vinte anos existem aqui valores, existe aqui a força das palavras, mas que não tem concretização clara naquela que vai ser a execução para dois mil e vinte e cinco e, por isso, espero que o engodo eleitoralista não seja superior à objetividade e à racionalidade das opções que estão no orçamento e, alertamos para isso. Mas, ainda assim, como já o referi e não querendo também ser mais exaustivo, dizemos que, efetivamente, há obras que já deviam ter acontecido nestes três anos e não aconteceram. Devíamos ter visto aqui, de uma forma clara, e até em fruto dessa estratégia de diálogo com as freguesias para definir essa visão em dois mil e quarenta, não há ainda nenhuma ideia nova que resultasse da auscultação da população, para trazer para o orçamento já para dois mil e vinte e cinco? Ou então nessa articulação dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e sete? Poderia resultar, de acordo até com a auscultação que tem sido feita nos últimos dois, três anos na estratégia de dois mil e quarenta: há esta medida e esta que já resulta, exatamente, de ouvir as pessoas e, as pessoas, no fundo, a ajudarem a construir uma visão de futuro para o concelho. Também aí, não podemos auscultar nem reportar algo de positivo para o orçamento nessa parte. E, portanto, senhor Presidente, também uma nota, chamamos a atenção, já foi aqui focado, as despesas de pessoal que representam 25% do orçamento, as despesas com a aquisição de bens e serviços que

representam no total do orçamento 28%, quero-lhe dizer que estas duas juntas representam 53% do valor do orçamento. Há uma desproporção, continua a aumentar, essa questão já foi focada, mas resulta, efetivamente, dos números que estão também no próprio orçamento, em que 53% se esgotam nestas duas rubricas: a de pessoal e também na aquisição de bens e serviços. Sabemos bem que há bens que têm que ser adquiridos, temos dúvidas que alguns serviços (e a aposta clara em serviços externos com o aumento dos encargos com o pessoal na Câmara da Guarda) não possam trazer a médio prazo, porque esgotam dinheiro que poderia ser investido em riqueza reprodutiva para o concelho e fica no fundo alocada a despesas correntes do próprio município. E, aí chamamos a atenção desse facto para que possa, de alguma forma, ser esbatido este peso que estas duas rubricas têm no orçamento global e, que a ação do executivo consiga, ainda assim, melhorar estes números, tornando-os mais capazes e mais eficazes. E, portanto, senhor Presidente, nesta matéria, aquilo que temos a acrescentar é dizer, efetivamente, que vai ter, não porque não é o nosso orçamento, mas porque também tem algumas virtualidades, como eu referi, muitas das obras é pena que sejam agora, mas têm que ser construídas, são velhas, antigas, mas são, ainda assim, necessárias. Também a postura dialogante que deu, de facto, lugar a uma postura mais arrogante no passado e, nós vemos isso com bons olhos, viabilizaremos, com a nossa abstenção, o orçamento. Muito obrigado.”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Senhor Presidente, peço desculpa, tenho que dizer alguma coisa, apetece-me dizer alguma coisa apesar de ser uma da tarde, mas estamos cá para isso. Além daquilo que o meu colega Carlos já referiu, vou-me só cingir, se me permite senhor Presidente, à área da Cultura e, naquilo que já é público, na sequência daquilo que foi dito aqui. Efetivamente nós tivemos juntos em duas

reuniões, nós mostrámos essa vontade de uma forma construtiva, acima de qualquer tática política, pensar na Guarda, no futuro da Guarda. Lendo este documento, também, já ia dizer relatório ou dissertação de mestrado e perdoem-me, se eu vou ter aqui uma espécie de posição quase como se fosse esse o meu papel aqui, mas não é, é de Vereador, vou-me cingir à substância e não à forma. Mas, foi a forma, o conteúdo e a narrativa que me levou, porque as palavras contam e o que elas significam, a forma como estão escritas e, organizacionalmente este documento, no que diz respeito à parte da Cultura com o Turismo, é confrangedor, tenho que o dizer, senhor Presidente. E, portanto, dá ideia que isto ou é escrito pela inteligência artificial ou por alguém que, efetivamente, não pensa no território, não conhece, sequer, verdadeiramente o que está em causa e, portanto, não vou cingir-me a isso, embora, tenha para aqui tanta coisa que mudava tudo, mas pronto. Ora, o que é que eu acho que falta aqui, senhor Presidente, quando se fala na área da Cultura, embora depois há aqui o Turismo que também vai fazer cultura, não percebo. Quer dizer, quando estamos aqui a falar de Turismo, há aqui um Mar de Ideias, Festival de Arte Urbana, isto é o setor do Turismo que vai promover? É o substituto do SIAC? Isto é o quê? Bom, isto a mim revela-me uma clara desarticulação, enfim, eu não sei se é crónica, também sei do que estou a falar. Mas quando, já agora só uma nota, se pensou aquela agenda cultural de cidade, que o senhor Presidente concretizou, não era apenas um documento informativo que se juntam as partezinhas e alguém no design monta e está feita a visão da Cultura da cidade, não é isso. Havia, de facto, uma exigência de entrosamento metodológico, havia diálogo, havia exigência de visão de conjunto, uma cidade o que é se quer como capital de Distrito no panorama nacional e até europeu? E, portanto, não eventos avulsos e não ao sabor de egos isolacionistas (uma palavra que o senhor Vereador há pouco usou para outra coisa),

não. Isso era uma tarefa difícil, exigente, que estava a ser feita e, portanto, é confrangedor que o texto e a arrumação de tudo isto seja, de facto, aquilo que é. Senhor Presidente, eu pergunto, alguém leu? Eu já tinha falado aqui nisto, mas enfim, alguém o arrumou numa gaveta. Alguém leu a versão que eu tenho aqui, que é um documento de sessenta páginas - Plano Estratégico Municipal Cultura Guarda 2030 - alguém leu este documento para se informar para este documento tão estratégico, para o seu último orçamento de mandato? É confrangedor, Senhor Presidente, quer dizer este documento foi pago pelos impostos de todos nós. É a primeira vez que na Guarda se faz um trabalho consistente de duas fases em dois mil e vinte e um, em que houve observação direta, houve auscultação de quinhentas e setenta e duas pessoas em grupos de discussão, em entrevistas semiestruturadas, em inquéritos, houve sessões de trabalho, gerou-se um documento fundamental com setenta e cinco forças, noventa debilidades, sessenta e nove metas, oitenta objetivos, ancorava os principais documentos estratégicos da política europeia e nacional, não há aqui uma única referência a ele, nem sequer à Carta do Porto Santo. Faz-se aqui uma referência à UNESCO, que é uma referência clássica do Wikipédia em que se fala da difusão da Cultura, pois o problema é esse, senhor Presidente, é que este documento no que diz respeito à Cultura, nem se faz a distinção entre democracia cultural e democratização cultural. Eu tenho que o dizer, senhor Presidente, e é com algum entusiasmo, não é entusiasmo, enfim, custa-me isto, quando estivemos a falar, mas para mim era claro que, quando sugerimos o que sugerimos, era preciso colocá-lo nesta visão integrada, não era arrumar as nossas ideias aqui para o fundo e ok, estão cá. Ok, cá estão, mas parecem letra morta, com pouca expressão na questão orçamental, que já se disse. Bom, de facto, isto merecia outra profundidade e, quando se fala aqui de democratização no acesso a bens culturais (na página trinta e um),

pois é, há aqui, de facto, apenas uma noção, isto é passado, porque é o modelo dos anos cinquenta em que a Cultura é hierarquizada de cima para baixo: vamos oferecer às pessoas a Cultura numa visão erudita, mas não é bem isso, mesmo que seja popular, essa mistura toda. Mas, de facto, a Carta do Porto Santo (que é o último documento do Governo Português) onde, de facto, há um mapa orientador de princípios e recomendações para aplicar e desenvolver no paradigma cultural europeu. Isso não está cá, senhor Presidente, isto é quase o Wikipédia. É o que eu digo aos meus alunos quando estão a defender a tese de mestrado ou até o relatório de estágio, quer dizer, desculpem. Isto é brincar connosco, isto não é uma visão para uma capital de Distrito relativamente àquilo que deve ser o Plano da Cultura. E, depois, como eu li aqui, quer dizer, o Turismo faz eventos culturais, isto é o quê senhor Presidente? Ponha ordem na casa, diga aos técnicos que não podem ser eles, cada um com os seus egos, a fazer o que querem, porque estão zangados uns com os outros ou não há visão integrada disto tudo. Quer dizer, isto não pode ser, custa-me imenso senhor Presidente. Depois, claro que as sugestões de Cultura que foram dadas estão aqui e não eram para aqui, era entrosá-las dentro do próprio orçamento com essa visão integrada, não é estarem aqui assim, arrumadas no fim de linha e, claro, não se sabe muito bem se vão ser ou se não vão ser integradas. É evidente que isto me custa imenso, não é? Custa-me imenso e, portanto, o Plano Estratégico Municipal Cultura foi um documento enviado para a gaveta, o senhor ouviu bem aí um conhecido dirigente associativo que lhe disse isso: senhor Presidente esqueça esse Plano e, o senhor esqueceu. Até para o texto, estava lá tudo direitinho, bem feito, com consistência, com cientificidade, com metodologia e, foi deitado para o lixo o contributo de dezenas de pessoas neste concelho, associações culturais que foram ouvidas, agentes culturais, o território foi todo ouvido e, onde é que está este Plano

Estratégico? Não está, não está cá. É um conjunto de ideias misturadas, vãs, frases feitas, sem visão, eu percebo disto, sem visão nenhuma, consistência nenhuma, é um amontoado. E, eu fiquei mesmo preocupado quando diz, senhor Presidente, aqui na parte do Turismo este novo evento, Mar de Ideias, isto é o quê? É um Festival de Arte Urbana para substituir o SIAC, que foi uma coisa que deu tanto trabalho e deu tanta projeção à Guarda e que foi abandonado? Quer dizer, está a ver? Eu fico com pena, mas é evidente, o meu colega Carlos já disse o que disse em relação ao nosso..., eu não ando cá para dizer uma coisa nas costas e fazer outra aqui, eu assumo, assumimos isso, que houve, de facto e apesar de tudo, essa abertura dialogante, como é evidente é tática nesta altura do campeonato, mas enfim. Apesar de tudo estão lá vertidas, apesar do que o senhor Presidente disse há coisas que estão lá diluídas, oxalá, que nessa diluição, que não é explícita no texto, esteja lá o Plano Estratégico Cultura Municipal, mas pelo que vi, pelo que li, não está, não o vejo, não há uma única referência, não era citar a UNESCO. Quem fez o texto, diga lá à pessoa que fez ou às pessoas que fizeram, os seus assessores ou quem foi, que nem sei se foram os técnicos da Cultura (também não perguntei a ninguém, não preciso de perguntar), mas não me parece, é que isto, de facto, não basta fazer referências bonitas e, depois não terem, de facto, esta consistência e estar casado. Isto é uma manta de retalhos que, na minha opinião, não orgulha uma cidade que foi Capital Europeia da Cultura, que foi não, que gostava de ter sido. Que fez uma candidatura e, uma candidatura que foi um processo e um caminho robusto, embora todas as classificações, toda a diabolização que lhe fizeram, ao ponto quase de querer dizer que quem trabalhou nela, política e tecnicamente, foram todos incompetentes, é pena que não se tenha aproveitado isso. -----

Já agora, o Plano da Montanha era um projeto, e bem, senhor Presidente, parabéns, porque pelo menos eu sublinhei-o ali, pelo menos alguém foi buscar ao Plano da Capital, ao caderno, que esqueceram também, mas o caderno da candidatura é muito bom sob o ponto de vista das sugestões de futuro. E, esse era um projeto para o qual se trabalhou bastante, no sentido de o inscrever no futuro desejado, numa visão integrada e, portanto, está lá, desejo mesmo que avance com ele, porque é um projeto estruturante e muito importante.-----

Para terminar, para não estarmos a alongar, eu teria aqui muito, muito para dizer, a começar até pela capa deste orçamento. Senhor Presidente, isto é uma imagem virtual, salvo erro, a não ser que esta Guarda seja uma Guarda que eu não conheço. Este edifício com motas e carros, quer dizer, isto é apenas, enfim, para quebrar o gelo, porque é que não pusemos aqui uma fotografia real da Guarda não é de uma coisa imaginada que é gerada virtualmente. A Guarda não quer ser virtual, quer ser real e devia ter aqui uma fotografia (vocês têm tantos fotógrafos e vão integrar mais fotógrafos), qualquer fotógrafo fazia uma fotografia belíssima, inspiradora relativamente à realidade da Guarda, não à sua virtualidade. Teria muito mais a dizer, mas fico por aqui, senhor Presidente, obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado.”-----

- **Lucília Monteiro, Vereadora:** “Só um bocadinho, senhor Presidente. Bom dia a todos. Eu vou ser muito mais sucinta e rápida, porque já disseram tudo. Relativamente à educação, porque sem educação não há desenvolvimento, não há cultura e, por isso, só queria um esclarecimento na página dezassete do orçamento. Fico muito satisfeita que se diga aqui que vai haver um investimento significativo na educação e, depois cada uma das escolas com os seus projetos. E, eu queria aqui um esclarecimento da escola secundária da Sé, a terceira fase vai incidir novamente na

eficiência energética? Primeiro ponto. E na acessibilidade? E, depois, o Centro Escolar da Sequeira, escola da Guarda Gare, escola da Santa Zita, Centro Escolar do Vale do Mondego e escola de Maçainhas, todos estes centros serão equipados com novos pavilhões desportivos. Eu pergunto todos estes centros vão ter um novo pavilhão desportivo? Obrigada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Então começando por aí que é simples. Todos estes projetos estão a ser desenvolvidos, em estreita articulação com as direções dos Agrupamentos de Escolas. No caso concreto da escola secundária da Sé, tudo está a ser revisitado para a terceira fase, para que seja efetivamente a conclusão de tudo aquilo que aquela escola necessita e merece. Houve a primeira fase, a segunda fase, todo o edifício administrativo, enfim, esse projeto está a ser todo feito em estreita articulação com a direção do Agrupamento. O mesmo é dizer em relação às escolas que irão ter os equipamentos desportivos, porque irão ser utilizados, naturalmente são os Polidesportivos que existem em cada uma das escolas para que possam ser transformados em pequenos pavilhões desportivos. No caso concreto da escola da Sequeira, não é o Polidesportivo existente, mas é aquele espaço lateral que está desaproveitado e que, portanto, será transformado precisamente neste espaço dito desportivo, digamos assim, tudo o resto são os Polidesportivos que irão sofrer essa alteração.” -----

- **Lucília Monteiro, Vereadora:** “A escola de Maçainhas, também?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A escola de Maçainhas também, o projeto está a ser desenvolvido nesse sentido. -----

Bom, tentarei ser breve. O orçamento de dois mil e vinte e cinco da Câmara Municipal da Guarda lança as obras que impulsionam um futuro mais inclusivo e sustentável, seja na reabilitação urbana, no desporto, na educação, no apoio social e,

fiscalmente amigo das famílias guardenses. É um orçamento que revela a estratégia centrada em cinco áreas principais, no equilíbrio financeiro, o investimento em infraestruturas, a captação de fundos comunitários, o reforço das áreas sociais, a promoção das atividades económicas, sem esquecer naturalmente a cultura, o património e o desporto. Sintetizando um pouco aquilo que este orçamento prevê, naturalmente a manutenção dos apoios a associações culturais, desportivas, sociais, juvenis, enfim. A quantidade do apoio também às associações humanitárias de bombeiros voluntários do nosso concelho, aliás, há até aqui algum reforço, função da evolução dos vencimentos, o salário mínimo nacional, das equipas de intervenção permanente. A continuidade das bolsas de estudo, ou seja, os 160 mil euros. Vamos para o quarto ano da sua concretização com essas cerca de cinquenta bolsas que anualmente nós estamos a atribuir. O início de um novo Regulamento e já com algum montante previsto. As parcerias para criar um verdadeiro sistema de incentivos para apoiar os proprietários na reabilitação de edifícios degradados nos Núcleos Históricos e, com o financiamento já previsto, suportando parte dos custos de reabilitação das coberturas e fachadas. E claro, esta questão muito importante em termos de impostos, porque vamos discutir isso nos pontos a seguir. Mas, é importante referenciar que mantemos a manutenção da taxa de IMI, mantemos a taxa mínima reduzida na Derrama para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapassem os 150 mil euros e a redução da participação variável de IRS para 3.75, o que significa uma descida de 0,75% em relação a dois mil e vinte e um. Só o impacto financeiro desta descida poderá chegar a ser qualquer coisa como cerca de meio milhão de euros. -----

Bom, mas foram faladas aqui outras necessidades, aliás, agradeço ao senhor Vereador acabou por me poupar aqui um pouco de tempo a falar na resenha dos

investimentos previstos, aqueles que estão em curso, aqueles que irão arrancar e aqueles que se irão concluir. Começando pelas Juntas de Freguesia, senhor Vereador, os 6,3 milhões de euros é o montante entre tudo aquilo que é transferido do Município da Guarda no final do mandato, ou seja, até ao ano dois mil e vinte e cinco, serão 6,3 milhões de euros, entre a delegação de competências, entre os acordos Interadministrativos da proteção civil, entre os acordos Interadministrativos para a execução das obras. Aliás, tudo isso que nós já fomos aprovando, aos poucos, nesta Câmara Municipal da Guarda. Aliás, aquela proposta que vos foi enviada na passada sexta-feira, senhor Vereador não há qualquer errata, o orçamento é exatamente o mesmo. O senhor, se bem leu aquilo que os colaboradores tiveram o cuidado de enviar é para substituir apenas a folha de rosto e nada mais. Não há qualquer errata no orçamento, porque isto que aqui está, aliás, até faltam aqui duas coisas que eu vou pedir aos serviços para depois acrescentar e enviar aos senhores Vereadores, que tem a ver com a aprovação do projeto de execução da área empresarial do Mercado Municipal e também a aprovação do projeto de execução da Regeneração e Mobilidade Urbana do Vale do Cabroeiro, a Variante da “Ti Jaquina”. Isso também foi aprovado e também devia estar aqui nesta proposta que resume aquilo que foram as aprovações desta Câmara Municipal da Guarda, que nós agradecemos, ao longo deste ano. Poderíamos ter ido mais para trás, mas apenas ao longo deste ano. -----

E, o orçamento de dois mil e vinte e cinco tem que considerar tudo aquilo que os senhores Vereadores aprovaram nesta Câmara, que agradecemos, é assim mesmo que tem que ser. Não podemos estar a fazer a aprovação das coisas e depois deitá-las para o caixote do lixo, não. E, por isso são cinco páginas densas de informação, densas de muito trabalho técnico, densas de muito trabalho político, de muita

execução financeira e que, naturalmente, nós hoje estamos também a colocar em cima da mesa. Mas, voltando à questão das Juntas de Freguesia, já referi onde estão os 6,3 milhões de euros e os mais de 10 milhões de euros, dos incêndios, das intempéries, tudo isso que está a ser investido no mundo rural, nas quarenta e duas freguesias rurais e também na parte rural da freguesia urbana, que também foi afetada. Este é um orçamento efetivamente muito ambicioso, ora se estamos a falar em cerca de 16 milhões de euros só no mundo rural, digamos assim, estamos a falar em 47 milhões de euros para arrancarmos as coisas, algumas que já estão em curso e outras para dar continuidade só na nossa cidade. -----

Claro, a Cidade de Béjar, que está quase concluída, O Bairro do Torrão, faltam apenas pequenos pormenores, o acesso à Plataforma Logística, o novo Órgão da Sé Catedral. Senhor Vereador, já se fala há quase trezentos anos, há duzentos e cinquenta, pelo menos, que se fala no Órgão da Sé da Guarda, pois é, mas nunca estivemos tão próximo de ele estar concluído. Se nós não colocássemos no orçamento, não estava no orçamento, como está no orçamento já é uma coisa velha, pois é uma coisa velha, já tem só duzentos e cinquenta anos e nunca se conseguiu. Esta é a oportunidade para se executar o Órgão da Sé Catedral da Guarda, porque será efetivamente mais um ponto de atração e uma grande riqueza cultural da nossa cidade, da nossa diocese, da nossa região e estamos todos certos quanto a este espírito. -----

Claro, a melhoria contínua da Segurança Rodoviária no concelho e depois outras obras adjudicadas em curso, como a Requalificação da rua da Treija, da rua dos Caminhos de Ferro, das ruas do Bairro Nossa Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, da rua Tiago Gonçalves, também conhecida como Estrada da Pocariça, a Francisco Sá Carneiro, a antiga Associação Comercial, a Avenida de São Miguel, a

Residência de Estudantes. Senhor Vereador, já se falou muito, tal como as habitações sociais nas Lameirinhas, pois é, mas é agora que nós estamos a concretizar, senhor Vereador, foram muitos anos. Aliás, eu posso dizer, no caso das habitações das Lameirinhas, nos últimos trinta anos, não houve um executivo municipal que não tivesse querido acabar com aquele problema, com aquele flagelo. Tenho a certeza absoluta do que estou a dizer, mas nunca ninguém conseguiu, e nós agora estamos a conseguir, aliás, até vamos votar o ponto precisamente para tudo isso. -----

Entre as outras obras ou os projetos de execução já aqui aprovados e que estão neste momento em fase de revisão do projeto, seja o Museu dos Sabores da Beira Interior, seja a rua Vila de Manteigas, seja a nova área empresarial do Mercado Municipal e, claro, um grande conjunto de projetos em curso, porque sem projetos não há obra, como bem sabemos, uns sabem, outros não, sem projetos não há obra e sem fundos, também não à obra. E, por isso, nós estamos a trabalhar muito, agradeço muito aos colaboradores da autarquia, mas também aos consultores externos, às equipas de projeto externas também, a todos, porque de facto este é um trabalho, e que nunca para, quando um projeto está pronto, temos que começar a fazer logo outro, porque, de facto, os próximos anos obrigam a que nós estejamos preparados precisamente para isso. Hoje mesmo vamos lançar aqui um dos projetos que estava em curso, já está concluído, a Reabilitação de algumas ruas do Bairro das Lameirinhas, no Rio Diz. Haveremos de lançar também os Parques Infantis, no caso concreto do Pópis e da cidade, o projeto está a ser finalizado também na autarquia. As Habitações Acessíveis que estão aprovadas e, portanto, aguardamos que o

IRHU nos aprove o projeto para depois vir aqui a esta Câmara e fazermos a sua aprovação, tal como, a comunidade de energia renovável do Parque Industrial da Guarda e, a tão bem-dita Variante da “Ti Jaquina”, o nome que aqui está é Regeneração e Mobilidade Urbana do Vale do Cabroeiro. Esta obra já vai ter que ter, obrigatoriamente, execução financeira durante o ano de dois mil e vinte e quatro. É essa a realidade, é para isso que nós estamos a trabalhar. Os senhores não falaram, mas é importante falarmos sobre essa obra que custará qualquer coisa como cerca, número redondos, de 12 milhões de euros na sua totalidade, esperemos que não ultrapasse esse montante. E, por isso, vamos precisar de financiamento para essa obra tão importante que a Guarda ambiciona há mais de trinta anos e, que todos os executivos municipais que por aqui passaram (eu tenho a certeza do que estou a dizer) também a tentaram fazer, mas pelas mais diversas razões, sejam técnicas, sejam financeiras não a conseguiram fazer e, estamos agora, efetivamente, perto, muito próximos de ela poder ser uma realidade. -----

Claro que podíamos falar aqui em tantos outros projetos de execução que estão em curso, mas eu devo aqui resumir meia dúzia deles que contamos que sejam lançadas as obras ou os concursos da empreitada durante as próximas semanas, assim, esses projetos sejam entregues, como sendo: o Pavilhão Desportivo no Centro Escolar do Vale do Mondego; a escola de Maçainhas, da mesma forma; o campo sintético Carapito de São Salvador; o campo sintético de Casal de Cinza; as bancadas do campo do Zambito, enfim, um conjunto de obras muito importante para os quais foi preciso encontrar

financiamento e foi preciso fazer projeto, porque nada disto existia, nem existia financiamento, nem existia projeto. E, por isso, é preciso trabalhar, porque isto não é estalar os dedos e as coisas aparecem, é preciso trabalhar muito e agradeço aos colaboradores do município, na pessoa das chefias de divisão, terem trabalhado muito ao longo dos últimos tempos para que isto pudesse ser uma realidade. -----

Mas, claro, podemos falar de outras coisas, de outras concretizações, de outros projetos que estão em plena execução: a Rede Cultural e Criativa da Guarda; o Bairro Comercial, hoje mesmo vamos fazer aí mais uma aprovação; a nova creche de Gonçalo, que está praticamente concluída; a reconstrução dos muros nas freguesias que é uma coisa que, infelizmente nunca para (nos últimos trinta dias já apareceram mais um conjunto de muros que caíram), enfim, é norma. E, para isto não há qualquer financiamento, nós não queríamos ter que despender de verbas para tudo isso, mas nós temos mesmo que o fazer, porque está em causa a segurança das pessoas e dos bens. -----

Senhor Vereador, o senhor fez aí uma análise de professor sobre o texto do orçamento, permita-me falar assim, no bom sentido, naturalmente. Senhor Vereador cada um tem o seu estilo e o que importa é que o conteúdo esteja lá e, o conteúdo está lá. Agora, escrever de uma forma, escrever da outra, olhe se tudo isto fosse escrito daqui a quinze dias ou se tivesse sido escrito há trinta dias, seria escrito exatamente da mesma forma ou de uma forma completamente diferente. Não sabemos como é que as coisas podiam ter evoluído, mas o importante é que o conteúdo está todo lá bem vertido. Senhor

Vereador no que diz respeito ao Plano Estratégico Municipal da Cultura, já falámos sobre isto, ninguém o colocou na gaveta. Aliás, tanto que algumas das iniciativas, sob o ponto de vista cultural, nós já implementámos, outras podem vir a ser implementadas no futuro, falámos há poucas Reuniões de Câmara sobre essa análise técnica, sobre aquele conteúdo e, assim que essa análise técnica estiver efetuada, falaremos aqui sobre isso e, sobre a necessidade de esse Plano ser analisado e discutido no Conselho Municipal da Cultura, que está em criação, que é absolutamente fundamental, onde estão todos os *players* da Cultura, digamos assim, no Conselho, onde tudo aí deve ser discutido, analisado sob o ponto de vista macro. Depois, caberá aos decisores políticos, naturalmente, a sua execução ou não, tendo em vista aquilo que depois nós abordaremos nessa reunião magna. -----

Falou-se aí sobre as despesas de pessoal e aquisição de bens. Bom, as despesas de pessoal aumentaram a percentagem dos 25%, digamos assim, estamos a falar em 22%, não chegam a 25%, mas devo dizer que a aquisição de bens e serviços teve uma redução de mais de 12% em relação ao orçamento do outro ano, que depois acabou por não ser aprovado. E, portanto, se de um lado há os aumentos por força daquilo que eu acabei de referir há pouco, por outro lado, também há a redução que nós perspetivamos precisamente na aquisição de bens e de serviços. -----

Bom, dando aqui continuidade à análise e daquilo que aqui foi proferido, a posição do senhor Vereador, o senhor está aqui enquanto Vereador, é bom que não confunda as coisas, o senhor está aqui enquanto Vereador eleito não

está aqui enquanto representante de um partido, é um Vereador eleito. Não se esteja a rir, não goze com esta Câmara, o senhor tem essa mania e tem esse vício de gozar, o senhor ao rir está a gozar com esta Câmara e não deve gozar, deve respeitar todos os Vereadores eleitos, as chefias de divisão e os demais colaboradores que aqui estão. Senhor Vereador não faça isso, fica-lhe mal, sabe? Fica-lhe mal, senhor Vereador, mas é o seu estilo, já sabemos que é o seu estilo. Senhor Vereador, aquilo que aqui utilizou foi uma argumentação completamente populista e impreparada da verdadeira política, não me interrompa, faz favor! Não me interrompa! Eu não o interrompi, faça o favor de não me interromper. Estamos entendidos? Uma argumentação completamente populista e impreparada. O senhor falou aí na falta de clareza, no trapalhão, bom, são palavras suas, são adjetivos que saem da sua boca e só a si o vinculam, porque o senhor ao dizer isso está a brincar, está a gozar, está a mal dizer do trabalho feito nesta casa, sob o ponto de vista técnico, de muitas chefias, de muitos colaboradores e naturalmente, sob o ponto de vista político. Eu lamento que essa seja a sua postura. O senhor falou aí de alguns projetos sem evolução, o senhor, de facto, não sabe o que são fundos comunitários, não sabe! Não sabe o que era o 2020, não sabe o que é o 2030, não sabe o que é o PRR, não sabe o que é o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, o senhor não sabe. Sabe, é que para eles terem execução temos que ter candidaturas aprovadas, projetos efetuados e tudo devidamente aprovado, porque se nós não colocássemos no orçamento aqui d'el Rei que já deixaram cair estes projetos, mas como está no orçamento, fala-se mal

porque..., ou seja, o que importa é falar mal de alguma coisa. O que importa é falar mal de qualquer virgula que aqui esteja colocada. -----

Depois, senhor Vereador, eu só vou esclarecer uma coisa, o orçamento não fala, nem tem que falar, como nunca falou, nem em obras para o Politécnico, nem em obras da ULS, nem em obras do Porto Seco, nem em outras, que são da responsabilidade dos serviços desconcentrados ou das instituições dependentes do Estado central. É pena o senhor não dizer do investimento que nós vamos ter que fazer, muito próximo de 1 milhão de euros, para a Residência de Estudantes, para entregar ao Instituto Politécnico da Guarda, tal qual foi aqui aprovado nesta casa, o projeto e o protocolo, quase 1 milhão de euros, sem termos qualquer responsabilidade nessa matéria. Mas, é pena também, o senhor não leu bem o orçamento, olhe que está lá o CINE para a Reabilitação do Pavilhão Rainha Dona Amélia, o Centro de Investigação Nacional de Envelhecimento continua lá, portanto deve ter faltado, como as letras são pequeninas, eu acredito que a passarmos com a réguazinha possa ter passado, mas continua lá, coisa que a Administração do Hospital, até hoje, nunca elaborou o projeto. Está cativa a verba, salvo seja, tanto quanto possível no nosso orçamento, está lá e nunca foi feito. Senhor Vereador, o Porto Seco, então o senhor não sabe, já lhe disse isto da última vez, vou-lhe continuar a dizer, a concessão do Porto Seco foi entregue à APDL que é responsável por executar a obra do Porto Seco, pouco mais de 4 milhões de euros, entre 4 e 5 milhões de euros. A última informação da CCDR, vou voltar a dizer, é que estará para breve a aprovação da Comunidade Europeia e da União Europeia

para que a APDL seja elegível no Centro 2030, no programa Operacional Regional, para poder avançar com a obra que está em ponto de adjudicação. Agora não vale a pena andar aqui a atirar com areia para os olhos das pessoas, senhor Vereador, porque isso não leva a lado nenhum e, de facto, a verdade deve ser dita. Este orçamento não tem que falar em obras que são da responsabilidade do Estado central ou das organizações que dele dependem. Depois, o senhor fala na natureza eleitoralista que agora faz tudo, eu convidoo a ler bem o orçamento, nomeadamente os 20 milhões investidos desde dois mil e vinte e dois, só são 20 milhões. Olhe, senhor Vereador, eu sei do que estou a falar, porque tenho os números, nunca foi feito tanto investimento, nos últimos vinte anos, em tão pouco tempo. Se o senhor quiser estudar os números, estude melhor os números, mas olhe que são estes números, o senhor pode apontar, se quiser apontar, eu sei que o senhor gosta de apontar as coisas e faz muito bem. São mais de 20 milhões de euros de investimento durante este mandato nos primeiros dois anos e pouco de mandato.-----

Depois, o senhor falou aí de uma forma absolutamente populista, que fala vinte e três vezes na palavra empréstimos. O senhor também pode apontar, também fala cerca de vinte vezes na amortização dos empréstimos anteriores, sabe quem é que os contratou? Sabe quem contratou os empréstimos anteriores? Foi o Partido Socialista, foram as governações do Partido Socialista, se fez bem ou se fez mal? Fez muito bem. O Partido Socialista quando esteve na Câmara da Guarda, fez muito bem em contratar os empréstimos para fazer obras tão importantes como os Centros Escolares,

entre outras obras, fez muito bem, pois é, mas nós neste próximo ano teremos que amortizar mais cerca de 2,3 ou 2,4 milhões de euros desses empréstimos e, bem. Foi feito investimento naquela questão do PAEL que depois teve que ser feito mais um empréstimo, aí os investimentos já eram um bocado dúbios, mas, enfim, não quero entrar por aí. Portanto, o senhor não pode atirar, “cuspir” para o ar, desculpe a expressão mais brejeira, porque pode-lhe cair em cima. Sabe, senhor Vereador custou muito pensar estrategicamente este orçamento com os fundos europeus, com os fundos que estão à nossa disposição, coisa que o senhor não sabe ou não conhece a fundo e, portanto, prepare-se. Aquilo que eu o aconselho: prepare-se melhor para essas matérias. O senhor tentou fazer aí uma chico-espertice política, uma colagem, agora o PG com o PSD. Lamento que seja essa a sua postura, senhor Vereador, quando o senhor tem outras responsabilidades. Nós, no dia trinta de agosto de dois mil e vinte e quatro enviámos (foi em dois mil e vinte e um, vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro) pela quarta vez consecutiva, um e-mail a todas as forças políticas para poderem apresentar contributos e, durante três anos o Partido Socialista apresentou. No quarto ano, o Partido Socialista nada apresentou e depois, ainda muito antes de se iniciar as discussões, o Partido Socialista emite comunicados. Está aqui o comunicado, bem escrito (senhor Vereador este está bem formatado, está bem formatadinho) e, depois, tem aqui umas conclusões que só dizem respeito a vós mesmos, ao Partido Socialista. -----

Eu lamento, lamento mesmo que essa seja a vossa postura, porque vocês não estão a honrar o vosso passado, o senhor Vereador com essa postura, não está a honrar o passado do Partido Socialista. Mas mais, eu tive o cuidado de ligar à senhora Vereadora eleita, a Doutora Adelaide Campos, a dizer-lhe que se entendessem apresentar aqui alguma sugestão, alteração, disponível, tal como fizemos com o Partido Social Democrata, para analisar, para incluir. Eu lamento que a vossa postura seja única e simplesmente a política do bota abaixo, tudo está mal, só se fala daquilo que se quer falar mal do que falar bem, tem sempre ali alguma palavra mais para dizer algo que no final seja para destruir o trabalho feito e, eu tenho que lamentar. -----

Por último, o senhor, falou aí nas questões da União Europeia e da OCDE, enfim, tudo isso, todas ou grande parte destas intervenções, estão todas elas aprovadas ou via PRR, no caso concreto da cidade, ou na ITI - Intervenção Territorial Integrada das Beiras e Serra da Estrela. Portanto, estamos bem cientes do trabalho que fizemos, do resumo que fizemos para que elas possam ser executadas e concluídas ao longo dos próximos anos, não estas, mas outras que estão lá previstas até dois mil e trinta, dois mil e trinta e três consoante este ciclo de fundos, a data do seu término. -----

Bom, e era isto que eu tinha para dizer aos senhores Vereadores.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Se me permite, senhor Presidente, há pouco referiu que todos os executivos anteriores tentaram fazer obras, designadamente também o Cabroeiro, mas eu quero só lembrar o senhor Presidente, que nós, como Vereadores, estamos aqui e toda a sua

concretização também depende do voto favorável e dependeu do voto favorável da oposição, que aqui está representada pelos dois partidos. Portanto, deve tirar louros, mas perceber a circunstância em que tira esses louros, é minoritário e os partidos da oposição têm favorecido essa concretização. Chegámos a este momento, sim senhor, ao fim de três anos para o quarto ano, temos este grau de concretização e, portanto, há aqui uma responsabilidade partilhada por parte do executivo, que é o seu, mas também é constituído pelos Vereadores da oposição. Só isso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão?” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Sim, senhor Presidente, se me permite...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Uma pequena réplica, sim.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Estava a falar na errata e vou começar por aí. Ora então vamos lá ver, se isto não é um orçamento trapalhão, vamos começar, então, aqui a ver: faça favor de emendar as páginas setenta e três e setenta e cinco que é para termos as coisas acertadinhas. Quando não se consegue ver que o mapa das receitas não é igual ao mapa das despesas, está tudo dito, ponto número. Parece-me que, então, há razão para dizer que é trapalhão, porque a preocupação deste executivo foi apresentar um conjunto de obras que foram aprovadas, não foi olhar para este documento e ver que nem sequer foram capazes de verificar essa situação, o que me deixa extremamente preocupado, eu diria, da competência que é destinada a este executivo. -----

Bom, não vou descer ao nível do impreparado, nem vou dizer que Vossa Excelência, senhor Presidente, é incompetente, não vou dizer nada disso. Sabe o que é que eu lhe digo que merecia da sua parte um tratamento diferenciado, sabe porquê senhor Presidente? Porque eu tratei as coisas de uma forma política, não foi de uma forma pessoal e, Vossa Excelência pensa que pode diminuir os Vereadores com essa sua linguagem do impreparado. Senhor Presidente sobre essas questões de candidaturas, vou-lhe só dizer o seguinte: deixei a ULS preparada para ter um investimento de 22 milhões de euros a fundos comunitários e ao PRR, portanto, Vossa Excelência quando diz isso, que sou impreparado e que não sei, eu diria que o senhor Presidente tem que aprender muito, porque eu geria um orçamento de 120 milhões e era responsável, Vossa Excelência tem aqui previsto 74 milhões, portanto ainda tem que aprender um bocadinho mais e, aprender sobre o ponto de vista educacional, porque acho que era muito importante isso. -----

Bom, mas voltamos aqui, então, às questões sobre aquilo que falámos do orçamento. Eu disse aqui, para além daquilo que são as críticas políticas que eu acho que são legítimas, eu peço desculpa, vamos analisar aqui dois factos concretos que o Partido Socialista relatou e fez em momento oportuno. A candidatura à DGARTES, o Partido Socialista disse claramente que o atual executivo deixou cair aquela candidatura, fez, de alguma forma, alguma pressão e, foi isso que motivou o atual executivo correr e ter um programa cultural diferente daquilo que tinha. Porque, é a oposição que faz muitas vezes a gestão de um executivo municipal, porque se não houver oposição e se ela

não for acutilante, senhor Presidente, eu sei que a democracia é uma chatice, Vossa Excelência vir aqui a justificar o que é o seu projeto em termos de candidatura ou em termos da feitura do orçamento é uma chatice, mas não é uma chatice para a oposição, porque nós fomos eleitos para estar aqui a questionar e a falar sobre esses assuntos, portanto, nesse momento DGARTES. -----

Segundo momento muito importante e que faz com que hoje se reflita aqui e, que a Guarda sabe que foi isso que aconteceu. Sabe qual foi esse segundo momento, senhor Presidente? Foi quando deixou passar a candidatura a fundos do PRR, nomeadamente na questão da habitação social e da habitação a custos acessíveis, no 1º Direito. Esse momento fez com que o senhor Presidente, quando dispusemos publicamente essa situação, fez com que o executivo corresse atrás do prejuízo, correu ou não correu? Temos hoje dinheiro ou não temos? E, então, senhor Presidente, o que é que o Partido Socialista votou quando está relacionado com questões estruturantes para a cidade? Vota favoravelmente. Agora, também, é preciso dizer o seguinte e, eu já o disse, mas vou voltar a repeti-lo. Sobre esta matéria eu pensei que o PSD agora negociasse, pelo menos, a possibilidade, que foi uma proposta que apresentou o PSD, de expormos publicamente as Reuniões de Câmara, sinceramente, pensei que pudesse, de alguma forma, ter negociado, porque eu acho que era muito importante as pessoas assistirem a esta discussão. Senhor Presidente, quem é que tem a ganhar? Não é o executivo quando esclarece a população inteira? Não é assim a democracia? Nós vemos os debates, o que

é que nós vemos? Há algum debate que seja secreto entre os partidos políticos? Não, são expostos, para as pessoas decidirem livremente, não percebo de que é que tem medo senhor Presidente? De que é que tem medo, diga lá? Não percebo, mas pronto. É esse seu nervosismo que faz com que, de vez em quando, perca as estribeiras e aponte o dedo e fale com uma educação, eu diria, um bocadinho mais baixa para não dizer outra coisa. ----

Portanto, eu acho que o Partido Socialista disse-o neste orçamento vou voltar a repetir, se apresentasse um orçamento que dissesse: nenhuma destas obras se vai fazer, mas que durante estes sete meses, como disse bem o senhor Vereador do PSD, vamos aqui planificar todas essas obras para ter os projetos preparados, ter tudo preparado em termos de candidatura e depois concretizá-los já lhe disse, senhor Presidente, teria o voto favorável do PS. Não era abstenção, era o voto favorável do PS. Não é isso que acontece, aquilo que é o conjunto de obras aqui plasmado..., sabe, o senhor Presidente pensa que isto aqui é importante, porque vai ficar aqui no orçamento? Eu também considero que é muito importante e vou-lhe dizer porquê? Porque fica comprometido com isto, é que daqui a sete meses, quando chegarmos à campanha, nós todos vamos mostrar aquilo com o que o senhor se comprometeu e, vamos ver o que é que é capaz de executar. Por isso, é que eu não me opus à introdução deste documento, acho que sim, isso vincula este executivo e depois nós estaremos cá para falar sobre essa matéria. Senhor Presidente, eu acho que alguns argumentos que utiliza, na sua perspetiva os meus também podem ser de baixo nível, eu acredito, infelizmente não sou

superdotado, nem tenho ambições de o ser como Vossa Excelência tem e o demonstra em utilizar argumentos que, se calhar, não são os mais plausíveis. Mas, quero-lhe dizer o seguinte: eu não falei em obras a concretizar pelo IPG. Quando nós falamos num documento que é estratégico, eu penso que frisar que a estratégia também passa por uma colaboração ativa com o Instituto Politécnico da Guarda é o mínimo exigível. Eu pergunto se alguém e, eu não sei, mas a questão que eu coloco, na minha humilde opinião, é se as outras autarquias que, efetivamente, têm instituições de ensino superior, seja Universitário ou sejam, Institutos Politécnicos frisam isso ou não? A questão da ULS, a estratégia de desenvolvimento, senhor Presidente, há questões prementes relacionadas com a falta de extensões ou a falta de médico para as extensões, a Câmara não devia exercer a sua magistratura de influência junto da ULS e, exigir que de alguma forma houvesse médicos, houvesse esse serviço disponibilizado aos cidadãos das freguesias? Não constar absolutamente nada deixa-me um bocadinho perplexo. Como é que se faz um documento que se diz que é estratégico e, ao fim ao cabo, duas das maiores instituições não constam. -----

A terceira instituição que eu estava a frisar é o Porto Seco, não é instituição, mas é a obra mais importante. Dizer que tudo faria, todas as pressões possíveis e imaginárias para que a obra avançasse o mais depressa possível. Não sei se sabe, mas eu penso que tem acesso a isso, há muita pressão para que determinados concelhos neste país tenham acesso também ao Porto Seco e, tenham, de alguma forma, também essa infraestrutura. Nós sabemos o que é

que significa. Eu sei muito bem que é difícil passar esta mensagem para a população, explicar o que é que é o Porto Seco, mas quando se trata de uma zona franca isso, por si só, diz logo o que é que temos ali e aquilo que deveria ser a pressão realizada por este executivo para se concretizar essa obra. -----

E termino, senhor Presidente, dizendo o seguinte: o Partido Socialista, disse-o uma vez, mas eu vou voltar a repetir. Quando eu falei sobre o orçamento, nós transmitimos aquilo que era a nossa opinião, em primeiro lugar. Eu acho que há uma política incorreta e que foi feita pelo PS, pelo Partido Socialista, que é tentar que sejam os Vereadores eleitos ou os membros ou os líderes das bancadas da Assembleia Municipal a propor junto do executivo municipal aquilo que são as propostas para incluir no orçamento, seja aquilo que for. Está completamente errado, não é isso que se faz. Em termos de democracia quem está a representar são os partidos políticos, eu estou aqui eleito por um partido político, eu não estou aqui individualmente, não é o António Monteiro, claro que a representatividade, mas que em parte é o partido político, foi nessas listas que eu fui eleito. E, são os partidos políticos que devem ser convidados a participar, mas não foi isso que fez com que a gente não participasse. Aquilo que fez com que nós não participássemos foi aquilo que eu acho, eu diria que era fantochada, mas não vou utilizar esse termo, vou dizer que da parte do executivo camarário é uma situação menos correta que foi: sentámo-nos à mesa, falámos sobre três assuntos simples que era um estudo para a Cidade Desportiva, continua cá para se fazer. O senhor Presidente disse nós vamos fazer o mais rapidamente possível, continua cá.

Depois, a questão da atratividade dos jovens, uma coisa simples que a única coisa que tem impacto, em termos de orçamento, é em termos financeiros. E, depois, a terceira situação tinha a ver com a Salubridade e Higiene da cidade. Ainda hoje reportei, não sei o que é que se passou, mas não passaram a retirar o lixo, os resíduos sólidos urbanos da cidade, para ser mais concreto. Não sei se agora é assim a prática, gostaria de saber se ao fim de semana não passa por isso.-----

Agora, o Partido Socialista só pretende uma coisa: o melhor para a Guarda, não tenha a menor dúvida disso. O Senhor Presidente se tem dúvidas disso está completamente enganado, é o Partido Socialista e são todos os que aqui estamos. O senhor Presidente fala aí nos funcionários, que eu insultei os funcionários, praticamente só faltou dizer que eu insultei os funcionários. Senhor Presidente, eu tenho tanta estima pelos funcionários como o senhor Presidente e, há uma diferença: é que eu não mando neles e, o senhor Presidente é que manda neles. Portanto, a diferença é substancial, ou seja, eu quando faço uma crítica ao orçamento, faço uma crítica política e faço ao executivo, nenhum funcionário alguma vez me ouvirá alguma palavra nestas funções de Vereador e, noutras funções isso o futuro o dirá. -----

Termino dizendo o seguinte, eu compreendo que o senhor Presidente também dá o seu melhor, eu compreendo, tentará dar o seu melhor e, dar o seu melhor não significa que não tenha que ouvir os Vereadores e as suas críticas, que é isso que faz a democracia. E, aquilo que está a acontecer é que o senhor Presidente não considera isso, desconsidera. Acha que os Vereadores vêm

aqui maltratar, dizer coisas sem nexos, porque fazem uma crítica ao orçamento e porque sustentam aquilo que pretendem sustentar. Senhor Presidente, termino dizendo o seguinte: nestas duas reuniões em que estive presente, se me permite, eu diria uma coisa muito simples, eu acho que a arte de argumentar e de ouvir em termos de democracia é o mais importante e, Vossa Excelência não deve ouvir isto sempre numa perspectiva de que é contra si. Não é contra si senhor Presidente, é contra aquilo que são as ideias que estão implementadas ou que estão em execução ou que se projetam em termos de futuro, está a ver? Quando eu falo em questões eleitoralistas, quando eu falo em trapalhão e despesista está perfeitamente justificado. Já lhe disse: errata, não viram, não mudaram, vão mudar, muito bem, está correto, mas lembraram-se de colocar este documento. A questão do eleitoralismo vimos: três anos, não executaram as obras, em nove meses estão as obras todas preparadas para avançar, muito bem. Eu espero sinceramente, a bem da cidade da Guarda, não há aqui ninguém, nem o senhor Presidente, nem os senhores Vereadores, nem os senhores funcionários que não queiram que estas obras estejam todas concretizadas em sete meses. E, digo-lhe mais, se Vossa Excelência conseguir concretizar 50% destas obras, o Partido Socialista nem sequer se candidata, senhor Presidente, deixa-o livremente com o tapete vermelho estendido para que Vossa Excelência possa, de alguma forma, fazer um brilharete. Sabe porquê? Quem iria beneficiar era a cidade da Guarda, quem iria beneficiar eram os guardenses, certo? E, essa matéria é

que eu acho que era muito importante que o senhor Presidente metesse na cabeça. -----

Termino, senhor Presidente, e agradeço a sua amabilidade de me deixar falar durante este tempo, porque acho que é importante este debate de ideias e estas críticas, porque eu sei que da próxima vez, tanto as críticas que foram feitas pelo PSD, como as críticas que foram feitas pelo PS, tenho a certeza que na próxima construção dum orçamento ou na construção de algum documento o senhor Presidente se vai lembrar disso. E, vai dizer com mais atenção, porque se tivesse havido essa atenção, não estaria aqui aquele erro ou então, senhor Presidente, já que olhou, estava tão bem preparado e olhou para os documentos, tinha visto isso. Muito obrigado senhor Presidente.”-----

- Sérgio Costa, Presidente: “Senhor Vereador, duas notas. O senhor traz aqui à coação assuntos que nada têm a ver com o orçamento, mas já que o fez convém, não é esclarecer, é voltar a dizer, porque uma mentira dita várias vezes (há assim um ditado popular) ao fim de algum tempo, tende a querer parecer verdade, nunca o será. Sobre a candidatura da habitação acessível e social ao PRR. A social nunca se colocou em causa, o caso da estratégia local de habitação que existia e que nós fizemos a revisão e que fizemos as candidaturas respetivas, primeiro ponto. -----

Segundo ponto, a habitação acessível, aquilo que estava no acordo inicial da CIM era, um logro para os municípios, um verdadeiro logro e, só assinava aquilo de cruz quem não soubesse aquilo que andava a fazer, porque as câmaras é que tinham que suportar..., eu vou recordá-lo aquilo que eu disse

aqui na Câmara, à época, e na Assembleia Municipal, mas o senhor na altura, noutras funções, achou por bem mandar um folheto para a população a criticar o Presidente da Câmara. Já se esqueceu do folheto que o senhor lançou? Pois bem, ainda bem que nós na altura não assinámos, não compactuámos com aquilo que estava em cima da mesa, porque as autarquias é que tinham que fazer toda a gestão do processo, isso aí é “dar de barato”, mas tinham que suportar os custos de aquisição de imóveis ou em parte, tinham que suportar projetos, fiscalização, custos administrativos, revisão do projeto, era o que estava em cima da mesa e, nós jamais o faríamos. E, por isso, e bem, depois da minha intervenção e de outros autarcas da região, a pasta governamental à época emendou a mão, e bem. E bem, até porque depois de emendar a mão, na nossa região, na nossa comunidade intermunicipal, fez outros protocolos em outras CIM's, particularmente da região centro e outra fora da região centro. Por isso, é bom que se diga a verdade dos factos e não se tente ludibriar com qualquer outra mensagem mais deturpada. Sabe, senhor Vereador, porque às vezes a sua linguagem não parece ser a do Partido Socialista que eu conheço e que eu respeito, mas cada um tem o seu estilo e o senhor terá o seu estilo próprio. Muito obrigado, passando a votação. Quem se abstém? Quem vota contra?” -----

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos a favor do senhor Presidente Sérgio Costa e dos senhores Vereadores Amélia Fernandes e Rui Melo, três abstenções dos senhores Vereadores Carlos Monteiro, Lucília Monteiro e Vítor Amaral e um voto contra do senhor Vereador António Monteirinho. -----

**Ponto 3 - Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis -
Discussão e Votação e Posterior Envio à Assembleia Municipal. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 938/2024

(Mandato 2021/2025)

Considerando que:-----

O Código de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), estabelece na alínea c), n.º 1 do artigo n.º 112, como taxa máxima de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para prédios urbanos 0,45%; -----

O n.º 1 do artigo n.º 112-A do CIMI, na redação atual, estabelece que os Municípios podem fixar reduções de taxa de IMI a aplicar a prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar; -----

O IMI é nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, uma receita própria dos Municípios, o qual incide sobre o património situado na sua jurisdição territorial;-----

É nossa intenção continuar a aplicar uma taxa de IMI que torne o concelho da Guarda amigo das famílias e empresas, colocando os cidadãos no centro da sua decisão e das suas políticas, mantendo a taxa de IMI para as famílias generalizando a mesma como forma de melhorar a seus rendimentos e promover a seu bem-estar social, criando condições para a aquisição de casa própria e fazer face à perda de rendimentos. ----

Deste modo, será aplicada uma taxa de IMI de 0,375% colocando as finanças da autarquia ao serviço da coesão social. Protegendo as famílias e as empresas do

concelho da Guarda da incerteza em que vivemos derivada da atual situação económica. -----

Propõe-se a manutenção da taxa de IMI, assim como, a atualização, de acordo com a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, das minorações em função do número de dependentes, abrangendo assim um maior número de proprietários de imóveis; ----

Do mesmo modo, manter-se-á a majoração imputável a prédios urbanos degradados e a atualização, de acordo com a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, aos rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, uma vez que a requalificação e regeneração do território tem sido um designo abraçado por este Município pelo qual não podemos deixar de pugnar. -----

Nesta conformidade, proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do artigo n.º 33 e alínea d) do n.º 1 do artigo n.º 25, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos seguintes termos: -----

1. A taxa do IMI, a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, seja de 0,375%, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo n.º 112 do CIMI; ----

2. A redução da taxa do IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 1 do artigo n.º 112-A do CIMI, na sua redação atual: -----

a) Em 30€ para famílias com 1 dependente a cargo; -----

b) Em 70€ para famílias com 2 dependentes a cargo; -----

c) Em 140€ para famílias com 3 ou mais dependentes a cargo; -----

3. Majoração em 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não

cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, estando ou não ocupados, de acordo com o n.º 8, do artigo n.º 112 do CIMI;

4. Majoração para o triplo da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono não podendo, da aplicação desta majoração, resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido de acordo com o n.º 9 do artigo n.º 112 do CIMI, na sua redação atual;

5. As taxas aprovadas sejam comunicadas por transmissão eletrónica de dados à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro de 2024 nos termos do n.º 14 do artigo n.º 112 do CIMI.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Se entenderem entre o ponto três e o ponto seis, estes quatro, discutimos tudo ao mesmo tempo e depois votamos em separado, naturalmente. O três, quatro, cinco e seis, se entenderem, sintetizamos a discussão, a análise, enfim, o que quiserem dizer sobre eles. Tem tudo a ver com impostos.” --

- **António Monteiro, Vereador:** “Estava só a ver se consigo fixá-los a todos para me referir a todos. Sobre a questão da proposta da taxa do IMI, nós, o Partido Socialista discutiu e analisou aquilo que se passa também à volta da Guarda. E, se nós formos a ver, nós temos uma situação em que temos duas das principais cidades, que têm mais ou menos o mesmo número de habitantes e que têm maior proximidade da Guarda, que têm o IMI no mínimo: 0,3 - a questão da Covilhã e a questão de Castelo Branco. Considerando que os impostos diretos iriam aumentar (ou pelo menos prevê-se), porque é preciso termos algum cuidado entre aquilo que são as receitas empoladas e despesas, também diria que não muito coerentes, mas prevê-se um aumento de cerca de 2 milhões de euros em impostos diretos, é isso que está refletido neste orçamento e está refletido no orçamento anterior. -----

Assim sendo, o Partido Socialista considera que este valor..., e não é uma questão de eleitoralismo, nem ir atrás das pessoas a dizer que: agora o Partido Socialista está a afirmar isso porque queria os votos, não. Há duas justificações prementes, a primeira é em termos comparativos com as cidades que nos rodeiam, nós não vivemos isolados e, ao não vivermos isolados, temos que ter isso em consideração. Hoje os habitantes que querem vir para o Interior já olham para estes indicadores, por muito que se pense que não, não corresponde à realidade, olham para esses indicadores, olham para outros indicadores de desenvolvimento e, os impostos é um deles. Portanto, primeiro a questão das cidades existentes, que estão no mínimo: 0.3 e, também o aumento previsional que consta no orçamento. Assim sendo, o Partido Socialista considera que este executivo municipal podia ir mais longe. -----

Em relação ao ponto quatro, a proposta da taxa de Derrama para o ano de dois mil e vinte e quatro é perfeitamente plausível e, aqui, já vamos ao encontro daquilo que são as cidades que estão na mesma área geográfica e, portanto, que podem ser de alguma forma rivais em relação à Guarda, têm as mesmas taxas aplicadas. Há aqui um pequeno pormenor que eu gostaria de salientar: a questão da Derrama nas receitas, de um ano para o outro prevê-se a duplicação - 600 mil (agora estou a falar um bocadinho de cor), 650 mil para 1 milhão e 100 ou 1 milhão e 200, o que me parece que esta receita é empolada, mas pronto tudo bem. Estamos aqui a falar sobre esta questão, só para que conste depois na ata.-----

A proposta de fixação da participação variável no IRS, aqui não vamos defender uma redução, porque, efetivamente, olhamos para as cidades que estão em nosso redor e verificamos que elas até têm um valor mais alto, mas se olharmos para alguns concelhos limítrofes têm um valor mais baixo. No entanto, achamos que aqui a participação variável do IRS, o senhor Presidente falou em cerca de meio milhão de

euros, dividindo isso por aqueles que pagam IRS, eu diria que dá para uma dúzia de cafés no final do ano, já será muito, mas pronto. Senhor Presidente, eu sei porque é que fez isto: a questão é que depois irá apresentar, dizendo que pelo menos esta taxa baixa e, portanto, tem aqui matéria de facto para apresentar. Não, não há crítica nenhuma, está a fazer o seu caminho, o nosso caminho também é criticar, por amor de Deus. ----- Depois, o ponto seis, a proposta da taxa municipal de direitos de passagem, não há nada a dizer, estamos de acordo. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, relativamente a estes três pontos dizer que víamos com bons olhos baixar o IMI e atribuir uma parte da taxa variável do IRS às famílias. A questão fiscal foi um tema discutido nas reuniões que tivemos para o orçamento, levou em linha de conta, em parte foi mais além, suponho, quanto à devolução da parte variável do IRS. O IMI colocámos até em alternativa uma hipótese ou a outra, mas eu penso que se há vantagem em ter as contas públicas equilibradas, também há em ser amigo das famílias. E, ser amigo das famílias, deu-se um passo em frente que nós sinalizamos e consta do próprio orçamento, mas, evidentemente, não deveríamos esquecer também a taxa do IMI, porque sabemos que é preciso também, de alguma forma, potenciar a construção, atrair casais novos e, não atraímos, como já foi dito. Se olharmos para o panorama que envolve a região da Guarda, na verdade também temos que fazer aqui a utilização do método comparativo. E, portanto, para sermos competitivos e termos aqui uma discriminação também positiva, temos que nos aproximar, efetivamente, de taxas mais baixas, quer do IMI, quer também do IRS. Avançámos este ano no IRS, mas eu penso que não deveríamos ter esquecido também uma parte do IMI. Ainda assim,

aprovamos as decisões tomadas por este executivo nos três pontos que nos submete à apreciação. Obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Colocando à votação, alguém vota contra? Alguém se abstém?”-----

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com seis votos a favor do senhor Presidente Sérgio Costa e dos senhores Vereadores Amélia Fernandes, Rui Melo, Carlos Monteiro, Lucília Monteiro e Vítor Amaral e uma abstenção do senhor Vereador António Monteirinho. -----

Ponto 4 - Proposta de Taxa da Derrama Para o Ano de 2024 - Discussão e Votação e Posterior Envio à Assembleia Municipal. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 937/2024

(Mandato 2021/2025)

Considerando que: -----

• Nos termos da alínea c) do artigo n.º 14 da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na redação vigente, constitui receita dos municípios o produto de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º do mesmo diploma; -----

• De acordo com o disposto n.º 1 do artigo n.º 18 da referida lei, os municípios podem deliberar lançar, uma derrama de duração anual, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território; -----

• Conforme disposto no n.º 24 da citada lei, e até à aprovação do regulamento de isenções ou taxas reduzidas nos termos do regulamento previsto no n.º 2 do artigo 16.º da RFALEI, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2023 que não ultrapasse 150.000,00€; -----

• A receita da cobrança da derrama constitui, no âmbito dos poderes tributários conferidos aos municípios, uma importante fonte de financiamento que contribui para o reforço da sua capacidade financeira e para assegurar a realização de projetos e investimentos constantes das opções traçadas; -----

• A questão orçamental e fiscal do Município da Guarda é delineada com vista a uma estratégia política que visa a promoção do crescimento económico, coesão social e competitividade territorial; -----

• A gestão financeira sustentável, que tem pautado o Município da Guarda, permite que se possa apresentar uma proposta de derrama que se mantém em consonância com o que vinha a ser cobrado. -----

Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos conjugados do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo n.º 33 e alínea d) do n.º 1 do artigo n.º 25, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente, e da alínea c) do artigo n.º 14, e do artigo n.º 18 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na redação vigente, o seguinte: -----

1. O lançamento em 2024 de uma Derrama de 1% (de um limite máximo de 1,5%) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, que corresponda à proporção de rendimento gerado na área geográfica do Município da Guarda, por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam a título principal uma

atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;-----

2. O lançamento em 2024 de uma taxa reduzida de 0,01% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2023 que não ultrapasse 150.000,00€; -----

3. Que as deliberações a que se referem os pontos anteriores sejam comunicadas por via eletrónica pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) até ao dia 31 de dezembro de 2024, conforme dispõe o n.º 17 do artigo n.º 18 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 5 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - Discussão e Votação e Posterior Envio à Assembleia Municipal. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 939/2024

(Mandato 2021/2025)

Considerando que:-----

• O artigo n.º 26 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação vigente, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, com as devidas alterações, estabelece que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5%, no Imposto sobre o rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo n.º 78 do Código do IRS; -----

• A participação supramencionada depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município;-----

• A taxa fixada deve ser comunicada, por via eletrónica, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos, conforme n.º 2 do referido artigo n.º 26 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;-----

• Face ao n.º 3 do artigo n.º 26 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, a ausência de deliberação ou de comunicação à AT, o Município tem direito a uma participação até 5% no IRS. -----

Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo n.º 33 e alínea b) e c) do n.º 1 do artigo n.º 25, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente e o n.º 2 do artigo n.º 26 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas alterações, a participação em 3,75% na taxa variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial; -----

2. Que, após a aprovação pelo órgão deliberativo municipal, seja feita comunicação via eletrónica à AT, até ao dia 31 de dezembro de 2024.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 6 - Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem Para o Ano de 2025 - Discussão e Votação e Posterior Envio à Assembleia Municipal. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 940/2024

(Mandato 2021/2025)

Considerando que:-----

A alínea n) do artigo n.º 14, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais com as devidas alterações, prevê que entre as receitas dos municípios expressamente consagradas nas alíneas anteriores possam existir “outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios”;-----

A Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, na sua redação atual, que veio revogar a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas, estabelece no n.º 2 do artigo 169.º, os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento dos domínios público e privado municipal por sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, podem dar origem ao estabelecimento de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);-----

Nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 169.º da citada lei, a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;-----

A Taxa Municipal de Direitos de Passagem é aprovada anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25%.-----

Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as devidas alterações, aprovar e submeter à Assembleia Municipal

para que este órgão, nos termos da alínea b) e c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma lei, conjugado com a alínea n), do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, aprove o valor percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar em 2025.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 7 - Aprovação da Revisão do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda - Discussão e Votação e Posterior Envio à Assembleia Municipal. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor:

“Proposta VPCM n.º 163/2024

Considerando que: -----

1. A Câmara Municipal da Guarda, ao abrigo do previsto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), em sua reunião ordinária do dia 29 de julho de 2024, deliberou aprovar o projeto de revisão do “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda”, tendo então também sido deliberado, entre os demais aspetos previstos legalmente, que a constituição de interessados e a apresentação de contributos deveria processar-se no prazo de 30 dias úteis contados a partir da publicação em Diário da República, por meio de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, por carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, neste caso endereçado para geral@mun-guarda.pt .-----

2. Decorrido aquele período, constatou-se a ausência de qualquer constituição como interessado e, concomitantemente, a ausência de apresentação de contributos externos.-----

3. Pelo que também não houve lugar à audiência de interessados, na medida em que aquela pressupõe a existência destes, pelo que a participação esteve acessível mediante a realização de consulta pública. -----

4. Por se tratar de regulamento externo e de execução continuada, cujo objeto reveste importância para uma quantidade significativa da população em geral e da população estudantil do Ensino Superior em particular, está-se perante matéria cuja natureza exigiu a realização da consulta pública do projeto regulamentar, nos termos plasmados no artigo 101.º do CPA. -----

5. A nota justificativa que acompanha o Regulamento, e que o integra, contém a necessária ponderação dos custos e benefícios, espelhando a bondade do mesmo, do ponto de vista legal, mas também do ponto de vista do seu mérito, como previsto no artigo 99.º do CPA. -----

6. Decorrido o prazo legal não houve sugestões ou outras contribuições além das propostas pelos técnicos que, em sede de revisão, propuseram ajustamentos que se refletem na versão que se propõe para aprovação.-----

Nesta conformidade, -----

Considerando todo o exposto, reunidas que estão as condições para proferir decisão, e atento o poder regulamentar conferido aos municípios pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto no n.º 7 do seu artigo 112.º, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo para apreciação e aprovação a versão revista do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda, em, anexo e posterior submissão do mesmo a aprovação da Assembleia Municipal, no

uso da competência que lhe é conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

Regulamento do Município da Guarda para atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior

Preâmbulo

Nota justificativa

A constituição da República Portuguesa define, no n.º 2 do Artigo 73.º, que o “Estado promove a democratização da educação e as demais condições para a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.”-----

Refere o n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual que “constituem atribuição do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações [...]” e refere o seu n.º 2 que “os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios [...] da educação, ensino e formação profissional (alínea d) e da ação social (alínea h)”.

Conscientes das dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares do Concelho, as quais constituem verdadeiros obstáculos ao início ou prosseguimento de estudos dos seus educandos, e no sentido de concretizar princípios de equidade, de justiça social e de igualdade de oportunidades, pretende o município da Guarda, com o presente regulamento, proporcionar apoio aos jovens com dificuldades socioeconómicas, no sentido de lhes dar possibilidade de aceder ou prosseguir os seus estudos superiores.-----

O regulamento pauta -se pelos princípios da transparência e proporcionalidade na atribuição de bolsas de estudo, definindo critérios gerais para a concessão das bolsas de estudo em condições de igualdade a todos os potenciais beneficiários e o acompanhamento e monitorização das bolsas concedidas.-----

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento estabelece as normas aplicáveis à atribuição de bolsas de estudo, por parte do município da Guarda, a estudantes do ensino superior público, cujo agregado familiar seja natural e/ou resida, há pelo menos três anos no concelho da Guarda, que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior públicos no país, tendo como objetivo a comparticipação nos encargos com a sua frequência. -----

Artigo 2.º

Definições

Tendo por finalidade a aplicação do presente regulamento, entende -se por: -----

- 1) Estabelecimento de Ensino Superior — aquele que ministra cursos superiores homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, aos quais seja conferido o grau académico de licenciado e mestre;-----
- 2) Bolsa de Estudo — prestação pecuniária anual para comparticipação nos encargos com a frequência de um curso, sempre que o agregado familiar em que o estudante se integra não disponha de um nível adequado de recursos financeiros;-----
- 3) Agregado familiar do estudante — conjunto de pessoas constituídos pelo próprio e pelos que com ele vivem em comunhão de habitação e rendimentos;-----

4) Rendimento Bruto Anual — soma dos rendimentos auferidos por todos os elementos do agregado familiar, durante um ano; -----

5) Rendimento mensal per capita — rendimento bruto anual dividido por doze meses e pelos elementos do agregado familiar; -----

6) Família numerosa — família constituída por três ou mais filhos coabitantes. ----

Artigo 3.º

Princípios

A atribuição das bolsas de estudo rege -se pelos princípios gerais da atividade administrativa conforme o capítulo III do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 4.º

Bolsas de Estudo

1 — A bolsa de estudo é atribuída anualmente e tem uma duração de 10 meses, correspondente ao ano escolar. -----

2 — Por ano letivo são atribuídas entre 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) bolsas de estudo, podendo o número aumentar mediante aprovação da Câmara Municipal excecionalmente, em casos devidamente fundamentados. -----

3 — As bolsas revestem natureza de um apoio pecuniário, cujo valor mensal é definido caso a caso, tendo em consideração outras bolsas de estudo ou subsídios eventualmente atribuídos aos estudantes em causa, por forma a que o somatório das mesmas não ultrapasse a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) em vigor no ato de avaliação das candidaturas.-----

Artigo 5.º

Montante das Bolsas

1 — A bolsa de estudo é suportada integralmente pelo município da Guarda. -----

2 — As bolsas de estudo serão no valor de até 9× o Indexante de Apoios Sociais (IAS) conforme atualização do ano civil em curso, podendo o valor ser menor se aumentar o número de candidatos elegíveis -----

3 — A bolsa pode ser majorada para 11× o Indexante de Apoios Sociais (IAS) nos casos de candidatos que, cumulativamente, sejam pessoas com deficiência igual ou superior a 60 %. -----

Artigo 6.º

Forma de Pagamento das Bolsas

As bolsas de estudo serão pagas diretamente ao estudante, através de transferência bancária para a conta com o número de identificação bancária indicada aquando da candidatura, em 6 tranches. A primeira tranche será paga em janeiro e é correspondente aos meses de setembro a janeiro. De fevereiro a junho o pagamento é efetuado mensalmente -----

CAPÍTULO II

Do Procedimento de Atribuição das Bolsas de Estudo

Artigo 7.º

Condições de candidatura

1 — Poderão candidatar -se os estudantes que cumulativamente reúnam os seguintes requisitos: -----

a) Nacionalidade Portuguesa, ou autorização de residência em Portugal emitida pelas autoridades competentes; -----

b) Agregado familiar residente na Guarda há pelo menos três anos; -----

c) Aproveitamento escolar; -----

d) Não ser titular de qualquer curso superior até ao grau de mestrado integrado; ----

e) Não possuir, por si ou através do seu agregado familiar, um rendimento máximo mensal per capita superior à Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para o ano a que reporta o rendimento auferido. -----

f) Não ter reprovado nos últimos três anos letivos, salvo por motivo de doença prolongada ou situação análoga, devidamente comprovada. Não se aplica aos alunos que ingressam no 1º Ano do Ensino Superior; -----

g) Alunos que ingressem ou frequentem estabelecimentos de Ensino Superior Público no país. -----

2 — Situações excepcionais, devidamente fundamentadas, poderão ser apreciadas pela Câmara Municipal da Guarda. -----

Artigo 8.º

Formalização e instrução da candidatura

1 — Os procedimentos de candidatura à atribuição de bolsas de estudo iniciam -se mediante requerimento, também disponível na página eletrónica do Município), dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda. -----

2 — Sempre que não seja possível ao candidato entregar todos os documentos exigidos deverá subscrever declaração anexa à candidatura, esclarecendo os motivos que condicionam a entrega do(s) referido(s) documento(s), comprometendo -se a fazê-lo em tempo útil, sob pena de ser excluído do procedimento. -----

3 — O requerimento é submetido exclusivamente online, por intermédio da plataforma, acessível através do sítio na Internet do Município da Guarda -----

4 — O requerimento é acompanhado dos seguintes elementos:-----

a) Fotocópia, ou exibição, do Cartão de Cidadão; -----

b) Atestado da Junta de Freguesia, comprovativo da composição do agregado familiar e o tempo de residência no concelho da Guarda;-----

- c) Certificado de matrícula do Estabelecimento de Ensino Superior, com menção ao aproveitamento escolar relativamente ao ano anterior. Para os alunos que ingressam pela primeira vez no ensino superior é suficiente o certificado de matrícula;-----
- d) Declaração comprovativa dos rendimentos do agregado familiar (nota de liquidação da declaração de IRS — modelo 3) do ano anterior, ou certidão de isenção de apresentação da declaração, emitida pela repartição de finanças, referente a todos os membros do agregado familiar a viver em economia comum; -----
- e) Certidão do teor matricial dos bens imóveis de todos os elementos do agregado familiar, ou certidão negativa; -----
- f) Documentos comprovativos dos encargos anuais com a habitação (renda e/ou empréstimo bancário para aquisição de casa própria); -----
- g) Quando o rendimento do agregado familiar é proveniente de trabalho por conta própria, participações sociais, ou outros, o candidato deve juntar obrigatoriamente o IES — Informação Empresarial Simplificada, declaração sob compromisso de honra de cada titular dos rendimentos indicativos da proveniência e respetiva estimativa mensal, nota de liquidação do IRS do ano anterior, bem como anexar declaração da Segurança Social comprovativa da realização dos respetivos descontos;-----
- h) Se for o caso, fotocópia dos últimos três recibos de vencimento dos elementos do agregado familiar do candidato/a, se exercerem atividade profissional há menos de um ano; -----
- i) Se for o caso, apresentação do documento comprovativo do valor da Prestação Social para a Inclusão (PSI) e/ou pensão dos elementos do agregado familiar do/a candidato/a; -----

- j) Se for o caso, apresentação de declaração de rendimento Social de Inserção, emitida pela Segurança Social, onde conste a composição do agregado familiar, e o valor da prestação recebida;-----
- k) Se for o caso, declaração emitida pela Segurança Social da área de residência, comprovando a situação de desemprego ou doença, da qual conste o montante do subsídio auferido, data de início e termo; -----
- l) Documento comprovativo de requerimento de bolsa de estudo no estabelecimento de ensino que frequenta e do valor atribuído -----
- m) Se for o caso, apresentação de documento comprovativo da regulação das responsabilidades parentais e pensão de alimentos; -----
- n) Quando existam outros elementos do agregado familiar a frequentar o Ensino Superior, o candidato deverá apresentar declaração de matrícula dos mesmos; -----
- o) Certidão comprovativa em como todos os elementos do agregado familiar têm a situação contributiva e tributária regularizada, não se considerando como irregulares as dívidas prestativas à segurança social ou as situações que não lhe sejam imputáveis;-----
- p) Considera -se que se encontra regularizada a situação tributária quando esteja preenchido um dos requisitos: -----
- i) Inexistência de dívidas de contribuições, quotizações, juros de mora e de outros valores do contribuinte; -----
- ii) Situações de dívida cujo pagamento em prestações tenha sido autorizado e enquanto estiverem a ser cumpridas as condições dessa autorização, ainda que o pagamento prestacional tenha sido autorizado a terceiro ou a responsável subsidiário;

iii) Situações em que o contribuinte tenha reclamado, recorrido, deduzido oposição ou impugnado judicialmente a dívida, desde que tenha sido prestada garantia idónea; -----

q) Atestado Médico de Incapacidade Multiúso, passado pela junta médica do Centro de Saúde da área de residência comprovando o grau de incapacidade, superior a 60%.

4 — O candidato e/ou os elementos do seu agregado familiar deverão completar a minuta de declaração de honra que se anexa ao Boletim de Candidatura, sempre que se encontre a receber pensão de alimentos (com o valor mensal), caso não seja estipulada pelo Tribunal ou no caso de incumprimento das Responsabilidades Parentais por parte do progenitor. -----

5 — As candidaturas devem, ainda, ser instruídas com os seguintes documentos:---

a) Certificado de matrícula com especificação do curso e das unidades curriculares em que se inscreve e ano;-----

b) Certificado das disciplinas realizadas no ensino superior, com a classificação final.

Artigo 9.º

Prazo de apresentação das candidaturas

O prazo para apresentação das candidaturas à atribuição das bolsas de estudo decorre de 1 a 31 de outubro de cada ano. -----

Artigo 10.º

Apreciação liminar

1 — Compete ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, ou ao Vereador com competência delegada, decidir as questões de ordem formal e processual que obstem ao conhecimento das candidaturas. -----

2 — Compete ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda decidir sobre o prazo útil mencionado no n.º 2.º do artigo 8.º, sendo o candidato notificado do mesmo.---

Artigo 11.º

Dever do bolseiro

1 — Constituem obrigações dos bolseiros: -----

a) Havendo mudança de curso, de estabelecimento de ensino, do programa de estudos a desenvolver ou interrupção de estudos, comunicar tal situação por escrito, no prazo de 8 dias úteis, à Câmara Municipal da Guarda;-----

b) Comunicar à Câmara Municipal da Guarda todas as circunstâncias supervenientes à data da candidatura, que alterem a sua situação económica ou de residência do agregado familiar;-----

c) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos solicitados pelos serviços competentes da Câmara Municipal da Guarda no âmbito do processo de atribuição ou renovação da bolsa;-----

d) Usar de boa fé em todas as declarações prestadas. -----

2 — O bolseiro do grau de mestre deve apresentar, até 60 dias após o termo da bolsa, um relatório final das atividades desenvolvidas, incluindo as comunicações e publicações daí resultantes, acompanhado pelo parecer do orientador ou responsável pelas mesmas. -----

Artigo 12.º

Seleção das Candidaturas

1 — Só podem requerer a atribuição de bolsas de estudo estudantes que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições: -----

a) Residir no Concelho da Guarda há mais de três anos; -----

b) Encontrar -se matriculado/a em cursos aos quais seja conferido o grau académico, de licenciado ou mestre, designadamente: -----

i) Universidades; -----

ii) Institutos Politécnicos; -----

iii) Institutos Superiores; -----

iv) Escolas Superiores. -----

c) Não ter reprovado nos últimos três anos letivos, salvo por motivo de doença prolongada ou situação análoga, devidamente comprovada. -----

2 — A ordenação das candidaturas será feita de acordo com a seguinte fórmula: ---

$P = C + CC + (FF - FA)$ -----

P = Pontuação Final; -----

C = Pontos atribuídos ao rendimento mensal per capita (RM) — (Anexo I); -----

CC = Pontos atribuídos à classificação curricular — (Anexo II); -----

FF = Pontos atribuídos aos fatores favoráveis; -----

FA = Pontos atribuídos aos fatores adversos; -----

3 — A média de classificação curricular será calculada com base na seguinte fórmula: -----

$CC = \Sigma CUC / N.^{\circ} UC$ -----

CC = Classificação curricular; -----

CUC = Classificação das unidades curriculares; -----

UC = Unidades curriculares. -----

4 — Fatores adversos à atribuição de Bolsa: -----

a) Se os titulares de rendimentos do agregado familiar, forem titulares de pequenas e médias empresas (– 0,50 pontos) por cada elemento do agregado familiar que se enquadre nesta situação; -----

- b) Se os rendimentos do agregado familiar forem provenientes, cumulativamente, de trabalho por conta de outrem e trabalho liberal de duas ou mais origens (– 0,25 pontos) por cada elemento do agregado familiar que se enquadre nesta situação; ---
- c) O valor patrimonial dos bens imóveis pertencentes ao agregado familiar, comprovado através da Certidão de Bens Imóveis emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira — (conforme Anexo III); -----
- 5 — Fatores Favoráveis à atribuição de Bolsa: -----
- a) Ter o agregado familiar um ou mais elementos desempregados de 6 a 12 meses, ou mais de 12 meses – (Anexo IV) -----
- b) A existência de outros membros pertencentes ao agregado familiar do candidato que estejam matriculados no Ensino Superior ou venham a ingressar no mesmo ano a que o candidato está a concorrer à Bolsa — (Anexo IV); -----
- c) Os estudantes com deficiência e com um grau de incapacidade calculado nos termos do Decreto Lei n.º 352/07, de 23 de outubro (Tabela Nacional de Incapacidade), igual ou superior a 60 %, aferido através de Atestado Médico de Incapacidade Multiuso, (0,50 pontos); -----
- d) Morte, doença prolongada ou invalidez que determine incapacidade para o trabalho (comprovado através de atestado médico), por parte de um elemento do agregado familiar, de quem o candidato dependa economicamente — (Anexo V);
- e) Alunos que frequentem cursos superiores ministrados em estabelecimentos de ensino na Guarda ou território da CIM -BSE /Anexo VI); -----
- f) Candidato trabalhador estudante (+ 0,25 pontos); -----
- g) Candidato que pertença a agregado familiar monoparental (+ 0,25 pontos). -----

Artigo 13.º

Cálculo do rendimento mensal per capita

1 — O cálculo do rendimento mensal per capita do agregado familiar é efetuado em conformidade com a seguinte fórmula:-----

$$RM = [R - (C + I + H + S)] / (X \times N)-----$$

RM = Rendimento mensal per capita;-----

R = Rendimento bruto anual do agregado familiar, sendo constituído pela totalidade dos rendimentos auferidos no ano civil anterior, a qualquer título, por todos os elementos do agregado familiar;-----

C = É a totalidade das contribuições pagas para regimes obrigatórios da segurança social, que corresponde ao valor respetivo inscrito na declaração de IRS/IRC ou de documento comprovativo desse pagamento na situação de trabalho independente; -

I = É o total dos impostos pagos, que corresponde ao valor da retenção na fonte anual inscrita na declaração de IRS/IRC;-----

H = Corresponde aos encargos anuais com a habitação, até um valor máximo de cinco vezes a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG); -----

N = Número de pessoas que compõem o agregado familiar; -----

S = o valor das despesas comprovadamente resultantes de encargos extraordinários resultantes de doença, deficiência, decisão judicial ou outro motivo atendível; -----

X = Corresponde ao número de meses a que respeitam os rendimentos. -----

2 — Caso se verifique no momento da candidatura uma situação de alteração à situação socioeconómica do agregado familiar, o rendimento mensal do agregado familiar per capita será calculado com base nos rendimentos médios dos meses decorridos naquele ano, devendo para tal serem apresentados os documentos comprovativos dos rendimentos de todos os elementos do agregado familiar desde o dia um de janeiro do ano em curso até ao dia trinta do mês anterior à data da

candidatura. O rendimento mensal do agregado familiar per capita será o resultado do cálculo na fórmula prevista no n.º 1. -----

Artigo 14.º

Ordenação dos candidatos

1 — Os candidatos serão ordenados em lista, por ordem decrescente, depois de aplicados os critérios de seleção, sendo o primeiro da lista o candidato com pontuação mais elevada. -----

2 — Em caso de empate e para efeitos de seleção atender -se -á por ordem preferencial, aos seguintes critérios: -----

a) Menor rendimento mensal per capita do agregado familiar; -----

b) Estatuto de pessoa com deficiência; -----

c) Atividades extracurriculares do candidato, tendo prioridade candidatos que sejam membros de associações socioculturais, de solidariedade e desportivas do Concelho; -----

d) Agregado familiar com residência permanente no Concelho. -----

Artigo 15.º

Rejeição das candidaturas

As candidaturas serão rejeitadas: -----

a) Quando não observem as condições de admissão; -----

b) Quando a instrução do processo estiver incompleta; -----

c) Quando não forem prestadas dentro dos prazos fixados, por razões imputáveis ao requerente, as informações complementares solicitadas; -----

d) Quando for entregue, incluindo os documentos que o devam instruir, fora do prazo. -----

Artigo 16.º

Análise das Candidaturas

1 — A análise das candidaturas será efetuada por uma comissão constituída para o efeito. -----

2 — A comissão é constituída pelos seguintes membros: -----

a) Presidente da Câmara ou um seu representante, na qualidade de presidente da comissão; -----

b) Técnico Superior da Câmara Municipal, indicado pelo Vereador da Educação; --

c) Um docente do Ensino Secundário representante de cada um dos Agrupamentos de Escolas do Concelho; -----

d) Um representante de Associação de Pais com assento no Concelho Geral de cada um dos Agrupamentos de Escolas do Concelho; -----

e) Um representante do Instituto Politécnico da Guarda: -----

f) Um representante da Escola Profissional da Guarda – ENSIGUARDA -----

Artigo 17.º

Aprovação das candidaturas

A competência para aprovação e rejeição das candidaturas é da Câmara Municipal da Guarda, nos termos do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

Artigo 18.º

Lista provisória

1 — A comissão de análise elabora as listas provisórias de candidatos não admitidos e admitidos procedendo à seriação dos admitidos e justificando a não admissão dos restantes; -----

2 — As listas provisórias são divulgadas na página eletrónica do município. -----

Artigo 19.º

Audiência dos interessados

1 — Os interessados dispõem do prazo de dez dias úteis, contados da data da publicação da lista provisória para reclamarem, nos termos do Código de Procedimento Administrativo. -----

2 — Findo o referido prazo de reclamação, a comissão de análise analisará as reclamações e elaborará proposta de lista definitiva da ordenação dos candidatos, para que nos termos do artigo 17.º seja tomada deliberação final. -----

Artigo 20.º

Cessação das Bolsas de Estudo

Constitui fundamento de cessação da bolsa de estudo: -----

- a) Prestação de falsas declarações, inexatas ou omissão de informação no processo de candidatura; -----
- b) Incumprimento das disposições constantes no presente regulamento; -----
- c) Desistência, não motivada por razão de força maior, da frequência do curso superior. sobre o qual foi atribuída bolsa. -----

Artigo 21.º

Sanções

1 — Sempre que se verifique a cessação da bolsa de estudo, o Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competência delegada, pode ordenar a restituição ao Município das quantias indevidamente recebidas pelo bolseiro. -----

2 — A ordem de restituição a que se refere o número anterior é antecedida de audiência ao interessado, dispondo este de 10 dias úteis a contar da data de notificação para se pronunciar sobre o conteúdo da mesma; -----

3 — As falsas declarações, para além de fazerem incorrer o bolseiro em responsabilidade criminal e de implicar a perda do direito à bolsa no ano letivo correspondente, determina a interdição a candidatura no ano letivo seguinte. -----

Artigo 22.º

Fiscalização

1 — A fiscalização do cumprimento das normas constantes do presente regulamento compete ao Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação no Vereador da Educação.-----

2 — No exercício da sua atividade de fiscalização, o Presidente da Câmara Municipal é auxiliado pelos serviços competentes da Autarquia.-----

Artigo 23.º

Publicitação

Serão publicitados através de Edital e da página eletrónica do Município:-----

a) O prazo para apresentação das candidaturas para atribuição das bolsas; -----

b) O aviso da lista definitiva dos candidatos e respetiva deliberação. -----

CAPÍTULO III

Disposições Específicas

Artigo 24.º

Cumprimento das obrigações regulamentares

1 — O desconhecimento deste Regulamento não pode ser invocado para justificar o não cumprimento das obrigações do estudante candidato ou bolseiro.-----

2 — Os encargos resultantes da aplicação deste Regulamento são comparticipados por verbas a inscrever anualmente nos documentos previsionais do município. -----

3 — A Câmara Municipal da Guarda reserva -se o direito de poder solicitar à universidade/escola e a outras entidades que atribuam bolsas de estudo todas as informações que julgue necessárias a uma avaliação objetiva. -----

Artigo 25.º

Relatório de Acompanhamento

O Presidente da Câmara Municipal da Guarda nomeará um responsável pela elaboração de um relatório anual, a divulgar até 31 de julho do ano seguinte à data da atribuição das bolsas, de onde constará a lista dos alunos a quem foi atribuída a mesma, o valor atribuído, com referência aos resultados alcançados pelo benefício da mesma. -----

Artigo 26.º

Tratamento de Dados

Os alunos beneficiários das bolsas autorizam o tratamento pela Câmara Municipal da Guarda dos dados fornecidos no formulário da candidatura às mesmas. -----

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Artigo 27.º

Dúvidas e omissões

Todas as dúvidas ou omissões que eventualmente possam ocorrer na interpretação e aplicação do presente Regulamento, serão resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas através de deliberação fundamentada da Câmara Municipal da Guarda. -----

Artigo 28.º

Direito subsidiário

Na insuficiência expressa do presente regulamento aplica -se subsidiariamente o Código do Procedimento Administrativo. -----

Artigo 29.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.-----

ANEXO I

Pontos atribuídos à capacitação do Rendimento per capita — RM

Rendimento mensal per capita Pontos atribuídos

| | |
|----------------------------------|---|
| Até 30 % da RMMG | 6 |
| >30 % até 50 % da RMMG | 4 |
| >50 % até 70 % da RMMG. | 2 |
| >70 % até 100 % da RMMG. | 1 |

ANEXO II

Pontos atribuídos à Classificação Curricular

Classificação curricular Pontos atribuídos

| | |
|---------------------|---|
| 16 valores. | 1 |
| 17 valores. | 1 |
| 18 valores. | 2 |
| 19 valores. | 2 |
| 20 valores. | 3 |

ANEXO III

Atribuição de Pontuação ao Valor Patrimonial

Valor patrimonial Pontos a deduzir -----

| | |
|-------------------------|---|
| Até 100 000 € | 0 |
|-------------------------|---|

| | |
|------------------------------------|--------|
| De 100 000 € a 150 000 € | - 0,25 |
| De 151 000 € a 200 000 € | - 0,50 |
| De 201 000 € a 250 000 € | - 0,75 |

ANEXO IV

Ter o agregado familiar um ou mais elementos desempregados

| | |
|---------------------------|--------|
| 1 .6 a 12 meses | + 0,50 |
| 2 ou mais | + 1,00 |

Atribuição de Pontuação ao Número de Elementos a Frequentar o Ensino Superior-----

Número de elementos Pontos a atribuir

| | |
|---------------------|--------|
| 1 | + 0,50 |
| 2 ou mais | + 1,00 |

www.dre.pt-----

ANEXO V

Morte, doença prolongada ou invalidez que determine incapacidade para o trabalho (comprovado através de atestado médico), por parte de um elemento do agregado familiar, de quem o candidato dependa economicamente

Número de elementos Pontos a atribuir

| | |
|-------------|--------|
| 1 | + 0,75 |
|-------------|--------|

ANEXO VI

Atribuição de Pontuação em Função da Localização do Estabelecimento de Ensino a Frequentar

Localização do estabelecimento Pontos a atribuir

| | |
|---------------------------------|--------|
| Guarda | + 1,0 |
| Território da CIM -BSE. | + 0,50 |

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma consideração?” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “A única consideração é aquela que já tínhamos apresentado anteriormente, mas que não foi acolhida e, eu compreendi os argumentos que foram utilizados, uma vez que isto se trata de bolsas estudo para os alunos do ensino superior. Os cursos CTeSP não são cursos de ensino superior, no entanto, a minha argumentação, a argumentação do Partido Socialista, acho que também estava coerente sob o ponto de vista de dizer que nós iríamos apoiar muito mais alunos que são do nosso concelho, que estudam no nosso concelho e que estariam cá. Nada mais a acrescentar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma consideração?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nada. Aprovamos.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 8 - Proposta de Procedimento Regulamentar Para a Elaboração e Aprovação do Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição do Município da Guarda - Abertura de Procedimento de Consulta Pública.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 87/2024

(2021-2025)

Considerando que:-----

1. A Câmara Municipal da Guarda, ao abrigo do previsto no artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, na sua reunião ordinária do dia 8 de junho de 2024 (VRM 50/2024), decidiu desencadear o procedimento de elaboração e aprovação do

Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição do Município da Guarda, tendo então sido deliberado, entre os demais aspetos previstos legalmente, o seguinte:-----

- Que a constituição de interessados e a apresentação de contributos deveria processar-se no prazo de 10 dias contados a partir da referida deliberação. -----

- A delegação da direção do procedimento em Comissão Interna da câmara. -----

2. Que não ocorreu qualquer constituição de interessados.-----

3. A comissão interna nomeada trabalhou e redigiu uma versão de regulamento, que deverá ser agora objeto de consulta pública. -----

Atento o exposto e reunidas que estão as condições para proferir decisão, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a seguinte proposta:-----

A aprovação do projeto regulamentar em anexo e posterior submissão do mesmo a consulta pública, o que fará ao abrigo e nos termos consignados nos artigos 99º e 101º do CPA, e no uso da competência que lhe é conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente.”--

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 9 - Comemorações do Dia do Exército Português - Voto Louvor. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 931/2024

(2021-2025)

Considerando que: -----

Foi com dignidade, responsabilidade e muita emoção que a Cidade recebeu as Comemorações do Dia do Exército Português, evento Nacional, onde juntos evocámos a Guarda, e todos compartilhámos o orgulho que sentimos pelo Exército e por Portugal. -----

Novos e reformulados horizontes abriram-se e importa continuar em cada momento, em cada lugar e cada modo a caminhada pelo progresso, pelo desenvolvimento, pela paz e pela liberdade. -----

A Guarda Forte, Farta, Fria, Fiel e Formosa, Cidade com história e com memória, acolheu à sua boa maneira Beirã as Comemorações do Dia do Exército Português.-

“GUARDAMOS-vos, a todos, no coração”!-----

Mensagem do Exército Português, felicitação que nasceu do agradecimento e da sensibilidade de um Homem de indisfarçável emoção, atento, sabedor, uma referência, que pelo seu cunho inconfundível marcou a população de um Concelho.

Pela voz desse mesmo Homem, de Sua Excelência o Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército, e nas suas palavras repletas de significado ficou bem vincado o registo indelével de tão distinto humanista. -----

Assim, num momento especial, em que comemorámos o Exército Português, honrámos o pergaminho das gentes da Beira, a virtude dos Guardenses, que com o seu trabalho resiliência, humanismo, afetividade e dignidade abraçaram tão importantes Celebrações. -----

Quanto orgulho, poder dizer bem alto, somos da GUARDA, somos PORTUGUESES! -----

Neste sentido, e por ser da mais elementar justiça, partilho com cada um/a dos/as trabalhadores/as da Câmara Municipal da Guarda, que desempenharam funções neste grandioso evento, a honrosa Condecoração, Medalha de D. Afonso Henriques

– Mérito do Exército, 1.^a Classe, que me foi atribuída por despacho de Sua Excelência o Senhor Chefe do Estado Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão, e imposta, em Cerimónia pública, no passado dia 27 de outubro, por Sua Excelência o Senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo.-----

Uma distinção que, indubitavelmente, pertence a todos/as, um justo e devido reconhecimento.-----

Contrariando o frio do clima, com o calor da amizade, tornámos possível todos os eventos inseridos nestas celebrações, que decorreram durante seis dias, e acima de tudo, juntos, escrevemos uma importante página da História.-----

De facto, a realização e o êxito, destas Comemorações devem-se, sem qualquer dúvida, à entrega abnegada de uma equipa - Exército, Autarquia, Entidades, Empresas, Comunidade Educativa, População - um Concelho unido, que com momentos altos e fases mais conturbadas, nunca deixou de acreditar nas potencialidades desta terra que se revê nas pessoas, porque são as pessoas que hoje, como no passado, continuarão a fazê-la uma Guarda maior, uma Guarda melhor. --

Em particular, neste momento de partilha a uma herança de todos/as, que não poderia deixar de orgulhar os Guardenses, por todo um legado e pelo enorme simbolismo que se revestiram as celebrações, é com imensa satisfação que agradeço toda a colaboração, trabalho, dedicação, empenho e profissionalismo dos trabalhadores desta Autarquia, com que ao lado do Exército, fizeram questão de abraçar este desafio Nacional - e de que forma! -----

Além deste merecido agradecimento, considera-se que deverá igualmente ser concedido um reconhecimento por parte da Câmara Municipal da Guarda a todos/as os/as trabalhadores/as que dignificaram o nome da Nossa Cidade e do Nosso País ao longo dos seis dias em que decorreram estas Comemorações de grande significado e

impacto público, destacando-se o respetivo papel fundamental que assumiram, ao lado do Exército. -----

Nesta conformidade, -----

Tenho a honra de propor ao digno Órgão Executivo que delibere sobre:-----

• A atribuição de um voto de louvor público e coletivo aos/às trabalhadores/as desta Autarquia indicados/as no anexo à presente Proposta que desempenharam funções durante as Comemorações do Dia do Exército Português, com dedicação, entrega, empenho e profissionalismo. -----

Caso a presente proposta seja aprovada, determina-se a publicação em Diário da República do voto de louvor atribuído, mediante Despacho elaborado para os devidos efeitos.” -----

**Funcionários da CMG que trabalharam nas Comemorações do Dia Nacional
do Exército**

- 1561- Chefe de Gabinete António Júlio Aguiar-----
- 1280 - Adjunto António Mendes -----
- 841- Cláudia Mendes-----
- 5437 - Carlos Paulo Dias -----
- 948 - Susana Adaixo-----
- 825 - Maria José Pinto-----
- 504 - Maria João Grilo -----
- 5525 - Célia Monteiro -----
- 1645 - Débora Costa-----
- 1664 - Elisabete Gonçalves-----
- 1242 - Sérgio Currais-----
- 6323 - Ana Silva -----

- 5971 - João Pires-----
- 949 - Pedro Baía-----
- 985 - Paula Escalda-----
- 74 - Joaquim Ambrósio-----
- 244 - António Lopes-----
- 463 - Vítor Antunes-----
- 468 - Fernando Oliveira-----
- 502 - João Amaral-----
- 534 - Paulo Pereira-----
- 544 - Paulo Valado-----
- 514 - Jorge Pires-----
- 558 - Artur Lopes-----
- 1124 - Paulo Carvalhinho-----
- 1605 - Pedro Gonçalves-----
- 1660 - Inácio Teixeira-----
- 1662 - Pedro André Saraiva-----
- 1663 - Isaura Ferreira-----
- 6472 - Diego Lombi (CEI)-----
- 6468 - António das Neves Cardoso (CEI)-----
- 1319 - Ricardo Leitão-----
- 877 - Celeste Lopes-----
- 1302 - Laura Alves-----
- 506 - Rui Nascimento-----
- 723 - Luís Venâncio-----
- 5962 - Sérgio Pissarra-----

- 1055 - Paulo Gaspar -----
- 498 - Carlos Carrilho -----
- 393 - Rui Fernando -----
- 5862 - Rui Vendeiro -----
- 5766 - Marlene Rodrigues -----
- 1653 - Pedro Andrade -----
- 5100 - Carla Cruz -----
- 1053 - Dora Saraiva -----
- 942 - Dânia Dinis -----
- 1134 - Luís Filipe dos Santos -----
- 810 - Paula Mourão -----
- 735 - Maria Odete Bandarra -----
- 6145 - Graciete Rasteiro -----
- 1560 - Carla Sofia Moiteiro -----
- 6175 - Ana Cristina Menoita -----
- 6060 - Elisabete Santos -----
- 6032 - Stela Amaro -----
- 1054 - Natividade Pires -----
- 445- Elvira Bárbara -----
- 6374 - Ana Paixão -----
- 1057 - João Costa -----
- 1582 - João Coutinho -----
- 1132 - João Tomás -----
- 374 - Joaquim Calheiros -----
- 491- Joaquim Mesquita -----

- 1090 - Jorge Guerra-----
- 390 - Leopoldo Ferreira-----
- 1091- Luís Calheiros -----
- 364 - Luís Ferreira -----
- 1670 - Luís Miguel Rodrigues -----
- 1584 - Luís Neto -----
- 5299 - Tiago Hilário-----
- 5634 - António Teixeira-----
- 487- Alberto Gomes -----
- 754 - Miguel Fontes -----
- 1196 - Gabriel Matias -----
- 1197 - Isidro Alves-----
- 1581- Paulo Sequeira-----
- 1588 - Fábio Conceição-----
- 5206 - David Albuquerque -----
- 1204 - Anabela Sanches-----
- 632 - Helga Viveiros -----
- 565 - Isabel Reis-----
- 775 - Renato Coelho-----
- 1088 - Hélder Cação-----
- 1094 - Laura Fernandim -----
- 622 - Alexandre Valentim -----
- 404 - Maria José Costa -----
- 1298 - Thierry Santos -----
- 919 - Ana Leonor da Silva-----

- 1273 - Fátima Barbosa -----
- 1020 - Salete Pinto-----
- 1240 - Tiago Lopes -----
- 1274 - José Manuel Branco-----
- 5923 - Tiago Ramos -----
- Vitalii Radiuk (POC)-----
- 959 - Anabela André -----
- 786 - Carla Morgado -----
- 1143 - Raquel Pinto-----
- 1244 - Carlos Antunes-----
- 1248 - Daniel Rodrigues -----
- 1626 - Tiago Pereira -----
- 1235 - Aires Neves-----
- 1245 - Pedro Aguiar -----
- 1238 - Eduardo Martins-----
- 1246 - Ricardo Pereira -----
- 6198 - João Costa -----
- 5584 - Rui Gil -----
- 815 - Ana Maria Barbosa -----
- 551 - Juliana Almeida -----
- 6419 - Lurdes Pereira-----
- 1669 - Maria Alcina Carvalho -----
- 6028 - Anabela Neves -----
- 899 - Ricardo Amaral -----
- 1195 - Ana Maria Torres-----

- 5360 - Anabela Soares -----
- 752 - Irene Sousa-----
- 1076 - Maria Aurora-----
- 791- Vitalina Bento-----
- 1604 - Rute Costa -----
- 1674 - Conceição Pereira -----
- 973 - Maria da Graça -----
- 6339 - Larysa Dziuba-----
- 164 - Armando Morgado -----
- 363 - Rui Jorge Marques -----
- 444 - António Morgado -----
- 539 - Adelino Antunes -----
- 967 - Carlos Fernandes-----
- 761 - António Gomes-----
- 1027 - Carlos Almeida -----
- 1029 - Firmino Quaresma-----
- 1593 - Rui Valbom-----
- 1627 - Pedro Rodrigues -----
- 1656 - Fernando Simão -----
- 1654 - Flávio Neves -----
- 6367 - Rui Fernandes-----
- 1320 - José Nunes-----
- 573 - António Diogo-----
- 1577 - João Soares -----
- 403 - António Fernandes-----

•1120 - António Gonçalves-----

• 5305 - Jorge Pissarra -----

• 1116 - Moisés Gomes -----

• 1637 - Vítor Ferreira-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma consideração?” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Já na última reunião, falámos sobre isso, sobre as Comemorações do Dia do Exército. Só acrescentar que o Partido Socialista vê com bons olhos este voto de louvor, evidentemente que foram umas comemorações que engrandeceram a cidade. Haveria uma discussão, se eventualmente as propostas tivessem aqui vindo por antecipação e se tivesse havido uma discussão, poderia ter sido mais efetiva. Nós poderíamos ter tirado mais destas comemorações e projetar a cidade mais a nível nacional, acho que faltou aí um bocadinho essa divulgação e essa projeção. É aquilo que é. Muito obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma consideração, senhores Vereadores? -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Não.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já agora, só referir que para este ponto foi pedido, de uma forma exaustiva, a todas as chefias, naturalmente, a identificação de todas as pessoas. É importante dizer isto, efetivamente, para que conste perante todos nós. Então presumo, aprovado por unanimidade. Muito obrigado.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 10 - Comemorações do Dia da Cidade 2024 - Atribuição de Condecorações do Município da Guarda. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 929/2024

No âmbito das Comemorações do Dia da Cidade, momento solene, que assinala a atribuição, pelo Rei D. Sancho I, da “Carta Foral”, no dia 27 de Novembro de 1199, documento que marcou o nascimento da nova Cidade da Guarda, exatamente há 825 anos, tenho a honra de propor ao abrigo do Regulamento Municipal de Condecorações do Município, publicado em Diário da República, 2.ª série, N.º 202 de 15 de outubro de 2015, que esta Câmara Municipal delibere que, no próximo dia 27 de novembro, sejam distinguidas e galardoadas as seguintes Personalidades, Instituições e Trabalhadores da Autarquia:-----

➤ **Medalha de Mérito do Município – Grau Prata:**-----

• **Carlos Brito**-----

Carlos Brito fez da sua vida uma Missão, uma referência, pelo seu cunho inconfundível, com que de forma abnegada tem dedicado as suas forças e enorme vontade a ajudar quem necessita, o seu contributo para com o próximo, tem e deve ser louvado, pela sua Cidade.-----

Este Guardense, que desde muito jovem fez do seu exemplo, da forma como se “perdeu”, como se “encontrou” e conseguiu sair vitorioso, o lema para ajudar quem o procura, sem olhar a quem, é, sem qualquer dúvida, um companheiro na batalha de tantas pessoas com problemas ligados ao abuso e dependência de álcool e, consequentemente, das suas famílias.-----

Desde 1983 que é o rosto, a força motriz do Centro de Alcoólicos Recuperados do Distrito da Guarda (CARG), um projeto pioneiro a nível nacional, inquestionavelmente, um exemplo.-----

Em 41 anos de luta contra um vício que destrói, que isola, que mata, que corrompe famílias e mentes, onde nem sempre há motivos para festejar, Carlos Brito, apesar de sentir cada um dos insucessos, como se fosse o seu, nunca desistiu.-----

A amizade e o afeto que cria com todos aqueles que lhe batem à porta, são o alento, a coragem e o incentivo que, muitos deles, necessitam para recomeçar, para procurar uma saída, para se desafiarem a seguir em frente, a olhar para o mundo que os rodeia. Incansável na sensibilização, acérrimo lutador e firme parceiro de um caminho duro que requer uma vigorosa estrutura emocional, tem sido ao longo da sua vida um guia, uma “luz” que orienta e acompanha. -----

Mesmo com todas as dificuldades financeiras com que se deparou, principalmente, nos primeiros anos do Centro de Alcoólicos Recuperados, com todas as vicissitudes no ajustamento de mentalidades, com os diversos problemas relacionados com a necessidade de encontrar uma sede com condições para acolher com dignidade quem necessita de ajuda, fez de todas estas adversidades forças, sem nunca baixar os braços – Conseguiu! -----

A Guarda é detentora de um Centro liderado por um Homem resiliente, solidário, forte, determinado que luta ao lado de quem lhe pede ajuda, e não olha a linhagens, a idades, a profissões ou estatutos sociais, só tem um objetivo - combater o terrível vício que é o Álcool. -----

Por todo um proeminente e reservado trabalho de entrega e dedicação na defesa de uma causa tão nobre e um ideal de vida, pela coragem aos que tanto necessitam, e por todos aqueles que carecem de um porto de abrigo, da proximidade, de uma voz orientadora, de uma mão amiga e de um relacionamento fraterno, de justiça e humanização, e como estímulo à prossecução de tão notável serviço, pela sua conduta e solidariedade para com o próximo, competente e afável, granjeou, desde sempre, a simpatia, a amizade e respeito dos guardenses, pela sua nobre missão, tenho a honra de propor, ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º do capítulo IV do

Regulamento Municipal de Condecorações em vigor, que a Câmara Municipal delibere a atribuição da Medalha Municipal de Mérito - Grau Prata a Carlos Brito. -

• **António Manuel Gomes** -----

António Manuel Gomes, nascido há 70 anos, médico psiquiatra, cidadão envolvido em muitas causas, do associativismo à escrita e à intervenção cultural, sempre com afetividade, é um nome incontornável no historial da defesa das Gentes da Guarda.

Há 37 anos, foi um dos pioneiros e cofundador do Centro de Saúde Mental da Guarda, numa altura em que, como escreveu em 2023 no prefácio do livro “Entre o Passado e o Presente: Perspetivas na Psiquiatria Comunitária em Portugal”, do qual foi um dos coordenadores, "A Psiquiatria tinha de saltar muros. Tinha que haver um lugar mais próximo dos doentes, das famílias e das comunidades... a Psiquiatria foi pioneira neste desígnio... e partiu-se para a aventura." -----

Foi o timoneiro que ajudou "...a virar um cabo decisivo na história da Psiquiatria" no nosso Distrito e nunca se desviou do rumo da humanização e proximidade dos cuidados à população. Sempre defendeu e dignificou o trabalho das equipas de enfermagem de Psiquiatria que, na comunidade, "...mantiveram este caminho aberto sem que os selvados invadissem as veredas..." -----

Fez todo o seu percurso profissional de forma empenhada, mas discreta, e a única camisola que vestia era a da sua Equipa, da qual foi um líder carismático. -----

Muito respeitado pelos seus pares e por todos os profissionais com quem trabalhou, que lhe reconhecem a integridade intelectual e retidão de carácter, fez obra, deixou legado como poucos e aposentou-se como Diretor do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental da ULS da Guarda, em abril de 2021. Os colegas mais novos dizem dele que não só deixou discípulos, como deixou amigos para a vida..., porque o que melhor sabe fazer é cultivar o património dos afetos. -----

Como notável médico psiquiatra e cidadão, muito lhe devemos, muito lhe deve a Guarda e a região, pelo que, merece ser distinguido.-----

Foram muitos anos de dedicação e de autêntico exercício de serviço público à sua cidade e aos guardenses. -----

É agora tempo da sua Cidade ter para com ele um gesto de gratidão.-----

Considerando a sua conduta, a solidariedade para com o próximo, o espírito de sacrifício em prol da causa pública, a personificação do ideal de serviço à comunidade, voluntarioso, competente e afável, granjeou, desde sempre, a simpatia, a amizade e respeito dos Guardenses.-----

Por todas as razões apontadas e ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º do capítulo IV do Regulamento Municipal de Condecorações em vigor, tenho a honra de propor, que a Câmara Municipal delibere a atribuição da **Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata a António Gomes.**-----

➤ **Medalha Municipal de Mérito - Grau ouro:** -----

• **Associação Agricultores de Produção Integrada dos Frutos de Montanha –**

AAPIM-----

Constituída em 1994 com o objetivo de prestar consultoria técnica aos produtores em modos de produção sustentáveis (Produção Integrada e Agricultura Biológica), visando a compatibilidade da preservação ambiental e competitividade das explorações agrícolas da região. -----

Dar resposta aos desafios colocados aos produtores/empresas visando a competitividade sustentável e segurança alimentar das explorações agrícolas, é a sua principal missão.-----

Com sede na cidade da Guarda é área social dos distritos da Guarda e Castelo Branco, é responsável pela evolução técnica e ambiental dos produtores, agora mais

competitivos e criadores de riqueza nos territórios e reconhecimento público do seu mérito, pelo Governo de Portugal, com a atribuição do Estatuto de Utilidade Pública.

• **Associação Empresarial da Região da Guarda -NERGA -----**

Constituído em 1984 por iniciativa de um grupo de empresários do Distrito da Guarda, que com o apoio da AIP – Associação Industrial Portuguesa, entenderam como fundamental para o desenvolvimento socioeconómico do Distrito, a dinamização do associativismo empresarial de base regional. -----

O NERGA visa impulsionar a economia da região. Entre outras ações veicula informação das oportunidades de investimento e das obrigações legais, disponibiliza formação para capacitação das competências das pessoas, apoia os jovens empreendedores, promove ações de internacionalização e de inovação, partilha conhecimento para implementação de ferramentas de produtividade. Pretende com esta atuação atrair novos empreendedores e fomentar o crescimento dos atualmente existentes.-----

• **Associação de Criadores e Produtores Florestais do Concelho da Guarda - ACRIGUARDA -----**

A Associação foi constituída no dia 6 de julho de 1988, com estatutos publicado em DR-III- nº25 de 11/10/1988, com o objetivo de apoiar e defender os direitos dos agricultores do Concelho da Guarda, desenvolver a agricultura da região e as condições de vida e de trabalho dos agricultores, visando a qualidade dos sistemas de produção tendo em atenção a proteção do ambiente, é uma associação sem fins lucrativos de interesse público, com sede em Estrada dos Galegos.-----

No Concelho da Guarda a área agrícola é constituída, essencialmente, por um sistema misto - agricultura, pecuária e floresta - onde a ACRIGUARDA se destaca, entre pares, não só a nível local, mas, também, nacionalmente, na valorização

territorial, na preservação do ecossistema e da biodiversidade, na defesa do valor genético das espécies bovina, ovina e caprina desta região. -----

Prima pela salvaguarda de um tão importante produto endógeno que são os animais da raça bovina autóctone Jarmelista, fator diferenciador e potenciador do desenvolvimento económico do mundo rural. -----

A ACRIGUARDA tem trabalhado de forma exemplar, crescendo exponencialmente, hoje, apoia cerca de 1000 empresas/agricultores individuais do setor da agropecuária. -----

• **Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior – CVRBI**-----

Iniciou a sua atividade em 14 de fevereiro de 1994, desde então, tem crescido, levando o nome da Região e do Vinho da Beira Interior pelo Mundo. -----

A CVR Beira Interior é mais do que uma entidade certificadora de vinhos. Faz a sua atuação como agente de desenvolvimento regional, promovendo a valorização de um produto emblemático da região, o vinho, fomentando o turismo, gerando emprego, e contribuindo para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da Beira Interior. O grande objetivo passa por atrair novos visitantes, integrando a oferta turística existente com o vinho, de modo a diminuir a sazonalidade que afeta a região, proporcionando um conjunto de experiências diversificadas, que demonstrem o potencial desta zona do país. -----

Aumentar o conhecimento do público sobre o vinho da Beira Interior eleva o reconhecimento e a apreciação pelo produto, além de criar um mercado consumidor mais informado e valorizador do produto local. -----

A CVRBI é inquestionavelmente a voz dos produtores vitivinícolas da Região da Beira Interior. Com a sua sede num dos espaços mais emblemáticos da Guarda e com um edifício exemplo, dada a sua enorme abrangência e visibilidade, reflexo de todo

um trabalho das Direções, colaboradores e associados, uma referência Nacional e até mesmo Mundial, tem sido uma das maiores e mais promissoras Embaixadoras da excelência e supremacia dos vinhos desta Região. -----

Assim, e considerando que uma Cidade, uma Região, um País necessita das suas Associações, da sua identidade, da sua cultura e de uma forte e promissora plataforma de diálogo entre todos, é nosso dever e da mais elementar justiça agradecer e engrandecer todos aqueles que têm trabalhado e contribuído para o desenvolvimento socioeconómico da Guarda. -----

Por um percurso fantástico, feito de e pelas pessoas que, com trabalho, esforço, responsabilidade ajudaram e ajudam a construir este Concelho, a torná-lo diferente melhor, concretizando, sem descanso, novas realidades, é com a perspetiva daquilo que andámos que temos de ter a força de perceber que é com as nossas forças e debilidades que temos de crescer e desenvolver. -----

A contínua evolução das Estruturas, desde as mais recentes às mais antigas, a todas as suas Direções, associados e colaboradores, constitui motivo de orgulho e de esperança no desenvolvimento da nossa Região contribuído decisivamente para nos afirmarmos como um polo atrativo das forças económicas de Portugal. -----

Este é o reconhecimento que anseio para quem trabalha pela Guarda, aumentar a nossa mútua estima, sendo certo que não há Guardenses, nem Guarda sem estima, sem energia naquilo que somos capazes de fazer. -----

A união, a cooperação são caminhos que devemos percorrer, com passos firmes e assentes na criação do saber a bem do Concelho. -----

Por isso a Cidade e as suas Freguesias cresceram e crescem. A Guarda, as suas Associações por saberem guardar a essência, pela sua invulnerabilidade têm crescido. -----

Hão de crescer mais, porque aqui as gentes não desistem, não desanimam. -----
Trabalhamos e continuaremos a trabalhar de forma planeada, coordenada e
estratégica, todos com um mesmo rumo: A Guarda-----
Neste mesmo sentido, pela importância do trabalho desenvolvido, pelo apoio ao
tecido Empresarial, ao setor agrícola, pela defesa dos nossos produtos agrícolas, uma
marca forte, reconhecida pela sua riquíssima e genuína particularidade, pela defesa
dos nossos produtos de excelência, com um traço que nos distingue e diferencia, e
como estímulo à prossecução de tão notável serviço, ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º
do capítulo IV do Regulamento dos Galardões Municipais em vigor, que a Câmara
Municipal delibere a atribuição da **Medalha Municipal de Mérito, Grau ouro**, às
Entidades acima reconhecidas.-----

➤ **Medalha de Honra do Município - Grau Prata:** -----

• **Jornal A GUARDA** -----

Semanário Católico Regionalista, fundado em 15 de maio de 1904, é um dos poucos
jornais centenários que ainda se publicam em Portugal. -----
Há mais de um século que o jornal A GUARDA é um defensor acérrimo da região e
da Diocese da Guarda, sem nunca esquecer os valores da liberdade e da equidade.
Ao longo de décadas de publicação, as páginas deste semanário são o testemunho de
acontecimentos locais, regionais, nacionais e também mundiais. -----
Da Monarquia à República, da Primeira Grande Guerra à Segunda Guerra Mundial,
das Aparições de Fátima ao Concílio Vaticano II, dos feitos de D. Manuel Vieira de
Matos a D. Manuel Felício, dos lugares mais recônditos à cidade sede da diocese e
do distrito, tudo merece destaque na história dos 120 anos do Jornal A GUARDA.
Há muito que o jornal A GUARDA é património da cidade, da diocese, da região e,
porque não, da cultura portuguesa. -----

Ao celebrar 120 de publicação, o jornal A GUARDA continua apostado na informação de verdade e de proximidade. -----

O jornal A GUARDA tem como seu fundador o Bispo D. Manuel Vieira de Matos. Durante o primeiro ano, apareceu como boletim quinzenal com secções de Pastoral, Homilética, Religiosa, Científica, Literária e Noticiosa. Só depois começou a ser publicado como Semanário Católico Regionalista, menção que ainda hoje mantém.

De acordo com o historiador Josué Pinharanda Gomes, o jornal A GUARDA “é o decano dos semanários católicos portugueses”.-----

A vida do jornal A GUARDA nem sempre foi fácil, pois, em virtude de perseguições políticas, teve de se editar quase na clandestinidade, com recurso a outros títulos (A Velha Guarda – 1913, A Guarda Avançada – 1913, Jornal da Guarda – 1913 a 1919).

Do ponto de vista da história local e nacional, o Semanário A GUARDA foi um arauto, durante os seus primeiros 30 anos de publicação. -----

Atualmente, o jornal A GUARDA continua a sua missão de informar e formar, através de um jornalismo de proximidade. Em formato papel é distribuído na região e expedido para todo o País, bem como para as comunidades portuguesas espalhadas na diáspora. -----

A pensar nas gerações mais novas está presente nas redes sociais e em formato digital – www.jornalaguarda.com. -----

A GUARDA é um dos poucos jornais centenários em Portugal e faz parte da cultura da Guarda, da Região, da Diocese e do País e da diáspora portuguesa.-----

Olhar o panorama social atual com determinação, criatividade e repensar os atuais modelos de agir e pensar, abstraindo-se das ideias preestabelecidas, que nos poderão transmitir uma visão redutora da atualidade é a resposta necessária para uma clara informação e o essencial conhecimento, quanto mais nos questionarmos e quanto

mais criativos e inovadores formos maior será a capacidade em converter, desbravar novos caminhos, criando e utilizando, assim, recursos para que o trabalho jornalístico seja diferenciador e devidamente reconhecido. -----

A criatividade, o ir mais além, é a essência do sucesso, a âncora mais poderosa e promissora para a criação de ambiciosos projetos e novas formas de marcar no tempo a característica que é tão intrínseca ao Jornal A Guarda – garantir a liberdade de expressão e um bem que é de todos, a Democracia.-----

Por ser da mais elementar justiça, agradecendo e enaltecendo, o Jornal A Guarda, propõe-se, tendo em conta o n.º 1 do artigo 15.º do Capítulo III do Regulamento Municipal de Condecorações, que lhe seja atribuída, a **Medalha de Honra do Município – Grau Prata**-----

➤ **Medalha de Honra do Município Grau Ouro:** -----

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 15.º do Capítulo III - “Pelos seus serviços de muito excecional relevância, contributos para com a comunidade ou atos praticados, se traduzem em feitos extraordinários e ou contribuam significativamente para o desenvolvimento e o engrandecimento da Cidade e do Concelho”, proponho que se atribua a **Medalha de Honra do Município - Grau Ouro:**-----

• **Instituição Guarda Nacional Republicana** -----

Esta Medalha, para além de representar o engrandecimento da Instituição GNR, representa muito mais do que um símbolo, sustenta em si própria uma incomensurável riqueza - o valor e a enorme importância do Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana na Guarda e de todos os Militares que, ao longo de 110 anos de história o constituíram e constituem. Reflete, também, o júbilo de um povo por receber na sua Terra “Mãe”, o tão ambicionado e desejado Comando da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro. -----

A UEPS - Unidade da GNR, em boa hora sediada na Guarda, uma tão justa e ansiada pretensão, encontra-se localizada num espaço que, estou certo, orgulha, não só, o Território, mas todo um País, um exemplo de que fazemos bem e sabemos fazer.---
Um anseio, que só se tornou possível com a participação de todos.-----
Sem a colaboração, o empenho, e a visão positiva de futuro do Comando da Administração dos Recursos Internos da GNR (CARI), este sonho, que, durante anos, pareceu uma utopia, tornou-se finalmente uma realidade.-----
Esta Capital de Distrito - a Guarda - recebeu, assim, a primeira Unidade Nacional, cujo comando foi instalado fora de Lisboa. -----
É, pois, com este mesmo sentimento que continuaremos a fazer prevalecer os mais nobres valores do humanismo e da cooperação. -----
Esta Homenagem é o agradecimento sentido e enaltecido de um povo e numa só voz.

• **Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública da Guarda**-----

Em tempo de celebrar a história, as Comemorações do Dia da Cidade não atingiriam o seu principal objetivo, sem que o Comando Distrital da PSP da Guarda, fosse merecedor de tão justa distinção, não só pelo seu **140.º Aniversário, mas pela dedicação, coragem, resiliência e determinação de todos os elementos que o constituíram e constituem**.-----
Oficiais, Chefes, Agentes, Civis, todos fizeram e fazem do Comando da Guarda uma referência. -----
Apesar das desadequadas condições físicas das atuais instalações onde desempenham a sua nobre missão, teimam em “**Ser**” e não apenas “**Estar**”.-----
É, pois, com este mesmo sentimento que, estou certo, partilhar com as gentes da Guarda, que continuaremos a fazer prevalecer os mais nobres valores do humanismo e da cooperação. -----

Um louvor a uma trajetória, ao espírito de missão, com que cada um dos Homens e Mulheres da Polícia de Segurança Pública da Guarda, engrandecem esta tão nobre Instituição. -----

• Polícia Judiciária - Departamento de Investigação Criminal da Guarda-----

Esta Unidade, que tem como área geográfica de intervenção as Comarcas da Guarda (Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa), Viseu (Penedono e Sernancelhe) e Castelo Branco (Belmonte, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor), encontra-se, estrategicamente, sediada num espaço central, adequado e nobre da Cidade, que, estou certo, orgulha, não só, este Território, mas todo um País, um exemplo de que fazemos bem e sabemos fazer. -----

Assim, esta Capital de Distrito e sede da CIMBSE, que iniludivelmente prima por uma localização geoestratégica, que lhe confere um lugar de relevante destaque na linha interior da fronteira com a Europa, mormente no que respeita ao eixo rodó e ferroviário, é com enorme sentido de responsabilidade que afirma o seu compromisso em trabalhar, afincadamente, ao lado do Departamento de Investigação Criminal da Guarda, por forma a que, no mais curto espaço de tempo, possamos dar a este Serviço, uma maior abrangência e relevância Regional e Nacional, atraindo para este magnífico edifício, inaugurado em dezembro de 2023, pela então Ministra da Justiça, novas valências. -----

É preciso tentar, é preciso ousar, é preciso sonhar, é preciso ACREDITAR! ---

Daí a justeza deste reconhecimento à Polícia Judiciária - Departamento de Investigação Criminal da Guarda-----

• Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e a esta homenagem associamos o Comando Sub-Regional Beiras e Serra da Estrela. -----

A imprescindível colaboração e participação dos Homens e Mulheres que, orgulhosamente, constituem este serviço, todos com elevado desempenho profissional, apesar das inúmeras adversidades, que, no seu dia a dia, lutam com confiança e bravura, merecem para além do nosso apoio, o nosso louvor e uma forte parceria, para que, assim, lhes seja possível continuar a desenvolver a sua tão honrosa missão, em prol da segurança, prevenção e socorro da região e do País, conscientes que, em todos os momentos, os Guardenses, engrandecem e respeitam a dedicação e o trabalho de cada um deles. -----

Mais do que uma evocação simbólica, esta efeméride será o reconhecimento de um trabalho conjunto entre a Autarquia e as suas Instituições, por isso é com enorme satisfação que neste “Dia maior”, iremos homenagear, com uma das mais importantes distinções do Município, Medalha de Honra Municipal-Grau ouro, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e a esta homenagem associamos o Comando Sub-Regional Beiras e Serra da Estrela.-----

➤ Medalha de Honra do Município Grau Ouro-----

A Sua Excelência o General Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão -

E porque estas condecorações apelam a uma memória futura, quanto aos valores e aos princípios, quanto ao pensamento, à ação e quanto à obra, é, pois, da mais elementar justiça a Guarda agradecer e louvar **Sua Excelência o General Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão. -----**

Homenagear o General Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão, atual Chefe do Estado Maior do Exército Português, que apesar do alto cargo que ocupa, de tão nobre missão, das inúmeras e tão importantes distinções, mantém-se igual a si

próprio, Homem de rara sensibilidade e inteligência, de singular honestidade, humanismo, capacidade no superior desempenho da sua função, é, acima de tudo, um clamor de esperança, à própria Guarda e às nossas potencialidades. -----

A realização, nesta Cidade, das Comemorações do Dia do Exército 2024, foi sem qualquer dúvida o testemunho, o reconhecimento do nosso enorme esforço, da nossa abnegada vontade determinada de lutar pelo progresso e pelo desenvolvimento da nossa Terra.-----

Sentimos, no dia-a-dia, a dureza de sermos interior do País, mas cada vez mais sentimos, também, a necessidade de manifestar a força e a vontade de nos afirmarmos como população com igualdade de direitos. -----

Ao General Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão, a Guarda tem para com ele o dever de gratidão. -----

O nosso louvor, por ter feito ecoar por todo País a força deste Concelho e de todos quantos o continuam a fazer, em cada momento, em cada acontecimento.-----

E porque continuaremos a ser território de gente resiliente, indomável, na nossa vontade determinada de afirmar com perseverança uma Guarda orgulhosamente cidade antiga, a construir a sua modernidade, com raízes numa sabedoria de 825 anos, é uma honra para nós Guardenses, partilhar de forma autêntica e genuína o verdadeiro sentimento de agradecimento. -----

O ter feito, o ter cumprido, o ter acreditado, são caminhos que Sua Excelência O Senhor General traçou e percorreu com a decisão de realizar as Comemorações do Dia do Exército nesta nossa Cidade, neste nosso concelho. -----

Esta Homenagem é um hino de louvor à resiliência, à esperança, à liderança determinada e estratégica, de quem com humanismo, respeito, coragem, paixão pela

farda que orgulhosamente enverga, orgulho pelos Homens e Mulheres que lidera,
Honra pelo Exército e pelo seu/nosso País.-----

Glória à esperança, à Guarda e às suas mais nobres potencialidades.-----

E, por ser da mais elementar justiça o nome de Eduardo Manuel Braga da Cruz
Mendes, Mui Ilustre Chefe do Estado Maior do Exército, ficará, para todo o sempre
ligado à cidade e aos Guardenses.-----

É com esta convicção de sentido de dever, que se propõe, tendo em conta o n.º 1 do
artigo 15.º do Capítulo III do referido Regulamento, lhe seja atribuída, na data que
assinala a valorização da História da Guarda e a afirmação da nossa cidadania,
louvando e enaltecendo os verdadeiros sentimentos de gratidão e reconhecimento, a

Medalha de Honra do Município – Grau Ouro-----

➤ **Medalha de Excelência e Dedicção do Município da Guarda**-----

• Ao abrigo do n.º 2 do artigo 19.º do Capítulo V do referido Regulamento Municipal
– “Homenagear os funcionários do Município ou das Freguesias que, cumprindo a
totalidade do período da sua carreira e tenham revelado, no exercício do seu cargo,
assiduidade, exemplar comportamento e reconhecida dedicação” - **Medalha de**

Excelência e Dedicção do Município da Guarda a:-----

1. Alípio Almeida Antunes-----

2. Ana Maria Marques-----

3. António Joaquim Galinho Pires-----

4. António Lourenço Ribeiro-----

5. António Vale Freire-----

6. Carlos Manuel da Silva Martins-----

7. César Batista Rodrigues-----

8. Fernando de Almeida Tavares-----

9. Fernando Reis Ramos -----
10. Hermínia Maria Relvas Capelo Lopes-----
11. Joaquim Alves Martins -----
12. Joaquim Manuel Morais Correia -----
13. Jorge Manuel Cruz Matos -----
14. Lídia Maria Ventura Almeida Costa -----
15. Maria Cândida Gonçalves Reis-----
16. Maria Clara Gonçalves Fernandes -----
17. Maria da Graça Massano Serra Almeida -----
18. Maria de Lurdes Pina Costa Pinto-----
19. Maria Helena Pereira Morgado Monteiro -----
20. Maria Lucília Limão Meda Antunes -----
21. Maria Lurdes Vicente Afonso Marques -----
22. Maria Manuela Frias Batista Oliveira -----
23. Mário Gomes Marques -----
24. Natália Martins Costa-----
25. Rosa da Anunciação dos Reis Pires-----
26. Sara Esteves Costa Gonçalves Bidarra Ramos” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, sobre o ponto dez, o Partido Socialista não vai, de alguma forma, quebrar aqui a tradição daquelas propostas para a atribuição de condecorações, de darmos todos em consonância. Seria deselegante, depois de apresentar, eu estar aqui a dizer em cada um dos que vão ser condecorados, eu ou o Partido Socialista estarmos a dizer: este não, este sim,

o outro deixa de ser. Mas, termino só dizendo que o Partido Socialista faria diferente. Muito obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão? -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Não. Aprovamos.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 11 - Adenda ao Contrato de Comodato Celebrado Entre o Município da Guarda e a Cooperativa Agro-Pecuária do Concelho da Guarda - Agroguarda CRL. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 944/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que:-----

- Por Contrato de Comodato celebrado a 09 de maio de 2022, o Município da Guarda cedeu o prédio urbano, implantado no lote n.º 66 da PLIE, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 1429 da freguesia da Guarda (Casal de Cinza), inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1537 da aludida freguesia, à Cooperativa Agro-Pecuária do Concelho da Guarda com o objetivo de promover a valorização dos produtos endógenos da região;-----

- A Segunda Cláusula do referido Contrato refere que: “O presente contrato de comodato é valido pelo período de 1(um) ano, renovável automaticamente e que o prazo máximo de cedência, incluindo as renovações, não poderá exceder 4 (quatro) anos, salvo se outro acordo houver entre as partes”;-----

- Entretanto a Cooperativa acima mencionada, através de email enviado a esta edilidade vem solicitar a alteração do prazo de cedência do imóvel com o objetivo

de poder candidatar a fundos comunitários projetos que irão beneficiar em muito a capacidade de resposta da Agroguarda, bem como, o próprio imóvel.-----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

1. Aprovar a minuta da Adenda ao Contrato de Comodato celebrado em 09 de maio de 2022, que se anexa, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na atual redação;-----

2. Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda competência para outorgar a referida Adenda.”-----

Adenda ao Contrato de Comodato celebrado a 09 de maio de 2022

Entre as Partes Signatárias: -----

PRIMEIRO OUTORGANTE:-----

Município da Guarda, com o número de identificação de pessoa coletiva 501 131 140, com sede na Praça do Município, 6301-854 Guarda, legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Sérgio Fernando da Silva Costa, no uso dos poderes concedidos pela alínea a) do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, doravante designado por Primeiro Outorgante; -----

e-----

SEGUNDO OUTORGANTE: -----

Cooperativa Agro-Pecuária do Concelho da Guarda – Agroguarda CRL, com sede na Guarda, com o NIPC 500 989 320, legalmente representado por -----, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e por -----, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração, ambos com poderes para o ato. -----

É celebrada e reciprocamente aceite a presente **Adenda ao Contrato de Comodato** celebrado em conformidade com o deliberado na Reunião da Câmara Municipal da Guarda de 11 de abril de 2022, com alteração às seguintes cláusulas: -----

2.ª Cláusula

1. O contrato de comodato tem como fim determinado o uso do imóvel exclusivamente para o desenvolvimento das atividades da competência do Segundo Outorgante, de acordo com o vertido nos seus estatutos, ou quaisquer atividades relacionadas com os produtos endógenos. -----
2. O presente contrato de comodato é válido pelo período de **5 (cinco)** anos, renovável automaticamente. -----
3. O prazo máximo de cedência, incluindo as renovações, não poderá exceder **20 (vinte)** anos, salvo se outro acordo houver entre as partes. -----
4. Cessando a vigência do presente contrato, o SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a restituir o OBJETO ora cedido, bem como todo o equipamento, em bom estado de conservação e funcionamento. -----

6.ª Cláusula

1. O Segundo Outorgante obriga-se a realizar as benfeitorias necessárias, bem como as obras de recuperação e restauro, para que o espaço possa adequar-se ao fim consignado no presente documento. -----
2. Fica estabelecido entre as partes ser vedado ao Segundo Outorgante proceder a quaisquer benfeitorias no imóvel, sem a prévia e expressa anuência do Primeiro Outorgante, bem como todas as obras referidas no número anterior, devem ser objeto de licenciamento por esta edilidade e restantes entidades competentes. -----

3. O incumprimento do previsto nos números anteriores determina a reversão de todas as benfeitorias nele realizadas para o Município da Guarda, sem direito a qualquer compensação ou indemnização. -----

4. O Segundo Outorgante, desde já aceita que no termo do prazo referido na 2.^a cláusula todas as benfeitorias efetuadas no imóvel cedido revertem a favor do Primeiro Outorgante, sem que assista ao Segundo Outorgante o direito a qualquer indemnização ou contrapartida. -----

5. De acordo com a Lei n.º 123/2019 de 18 de outubro, (3.^a alteração do DL n.º 220/2008 de 12 de novembro), artigo 6.º, n.º 4, durante todo o ciclo de vida do edifício ou recinto que não se integrem na utilização -tipo I, a responsabilidade pela manutenção das condições de segurança contra risco de incêndio e a implementação das medidas de autoproteção aplicáveis é do Segundo Outorgante, que detém a exploração do edifício ou do recinto. -----

6. Deste modo, integrando-se o presente edifício na alínea b), n.º 4, o Segundo Outorgante fica obrigado à elaboração das Medidas de Autoproteção (MAP), de acordo com o RT-SCIE (Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndios em Edifícios), presentemente Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho, e restante legislação aplicável, bem como à submissão à Autoridade nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), para emissão de parecer, fazer o respetivo pagamento das taxas, os membros da equipa de segurança, que inclui o responsável de segurança, a eventual aquisição e colocação de equipamentos de segurança contra incêndios e qualquer intervenção, se necessário, no âmbito das MAP, custos de formação e de simulacros, custos de inspeções ordinárias e extraordinárias, bem como a implementação dessas mesmas MAP, sem prejuízo de outras constantes na legislação aplicável e aqui não referidas.-----

A presente Adenda ao Contrato de Comodato é celebrado em dois exemplares, ambos valendo como originais, os quais vão ser assinados pelos outorgantes, sendo um exemplar entregue a cada um deles.-----

Assim o Outorgaram,-----

Guarda, de de 2024

Primeiro Outorgante

Presidente da Câmara Municipal da Guarda

Segundo Outorgante

A Cooperativa Agropecuária do Concelho da Guarda

Agroguarda, C.R.L.

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aqui, tem a ver apenas com o prolongamento da data do contrato por causa dos fundos comunitários, porque estão, eu não quero utilizar o termo proibidos, mas estão muito diminuídos na possibilidade de se candidatarem a fundos comunitários, tendo em conta esse período de tempo. Eles é que nos fizeram esse pedido. Alguma consideração, senhor Vereador?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Portanto, o imóvel, foi aquele imóvel...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Que está na plataforma logística.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Que foi adquirido anteriormente, certo? E, portanto, estamos aqui a ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A aumentar o período de vigência do contrato comodato. A propriedade não está em causa.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 12 - Proposta de Receção Provisória das Obras de Urbanização do Loteamento de Ondina Ana Paulo Tomé Saraiva, com o Alvará n.º 01/2009, Sito no Sítio do Seixal, E.N.221, Outeiro de São Miguel – Arrifana. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta Do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 86/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

1. A promotora do loteamento urbano sito no Sítio do Seixal, EN 221, Outeiro de São Miguel - Arrifana, representado por Ondina Ana Paulo Tomé Saraiva, vem solicitar a Receção Provisória das Obras de Urbanização integradas no mesmo, com o alvará de loteamento n.º 01/2009. -----

2. Em 13/03/2024 a Comissão de Vistorias, procedeu à realização da respetiva vistoria, com vista à verificação das obras de urbanização e respetivas infraestruturas, integradas no referido loteamento urbano, tendo os peritos constatado, que as mesmas se encontram realizadas com os requisitos estabelecidos para tal género de serviços, sem anomalias visíveis e aparentes, sendo proposto a sua receção provisória e consequente libertação de 90 % do valor da caução inicial, nos termos do n.º 5 do artigo 54.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, mantendo-se 10% do valor total da caução inicial, até à sua receção definitiva. -----

Face ao exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para

apreciação e votação, a proposta de se proceder à receção provisória das obras de urbanização e à libertação de 90 % da respetiva caução inicial prestada, no alvará de loteamento n.º 01/2009, correspondente a 6.300,00 €, ficando 700,00 €, correspondentes a 10% do valor da mesma caução, a manter, até à receção definitiva, como garantia da boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos e poderes em que determina o artigo 87 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE).”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 13 - Proposta de Qualificação de Candidatos no Âmbito da Aquisição de Serviços de Conceção, Implementação e Fornecimento do Conjunto de Soluções que Integram o Ecossistema Digital do Bairro Comercial Digital da Guarda - Zona Alta - Concurso Limitado por Prévia Qualificação Simplificado N.º 198/2024. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 930/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento do disposto no artigo 186º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o júri do procedimento elaborou o relatório final da fase de qualificação.-----

O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de qualificação e notificação de todos os candidatos conforme estabelece o n.º 1 do artigo 187º do CCP. -----

Juntamente com a notificação, o órgão competente envia aos candidatos qualificados o convite à apresentação de propostas, com prazo de 15 dias após envio do mesmo. Assim, e perante o exarado no relatório final da fase de qualificação, para a presente aquisição de serviços foi qualificada a seguinte empresa: “CH Business Consulting S.A”. -----

***Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:-----
Aprovar o relatório final da fase de qualificação do presente procedimento, nomeadamente para efeitos de qualificação à seguinte empresa: “CH Business Consulting S.A” Referente à “Aquisição de Serviços de Conceção, Implementação e Fornecimento do Conjunto de Soluções que integram o Ecosistema Digital do “Bairro Comercial Digital da Guarda – Zona Alta” e envio do convite para apresentação de proposta.”-----***

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 14 - Intervenção em Infraestruturas e Equipamentos Danificados Pelas Intempéries de 2022/2023 nas Freguesias da Zona Norte do Concelho - Decisão de Adjudicação do Concurso Público N.º DOPEI/RD-2024-41. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 932/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Em trinta de outubro de 2024, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos.

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

*Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----
o Aprovar, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do Concurso Público “Intervenção em Infraestruturas e Equipamentos danificados pelas Intempéries de 2022/2023 nas Freguesias da Zona Norte do Concelho” à Empresa, Irmãos Almeida Cabral, Lda. pelo valor de 547.490,00€ (quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de 270 dias. -----
o Aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 15 - Intervenção em Infraestruturas Danificadas pelos Incêndios de 2022 nas Freguesias de Arrifana, Gonçalbocas e Jarmelo - Decisão de Adjudicação do Concurso Público N.º DOPEI/RD-2024-37. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 942/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Aos trinta de outubro de 2024, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos. -

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----

o Aprovar, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do Concurso Público “Intervenção em Infraestruturas Danificadas pelos Incêndios de 2022 nas Freguesias de Arrifana, Gonçalbocas e Jarmelo” à Empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda. pelo valor de 719.700,00€ (setecentos e dezanove mil e setecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de 270 dias. -----

o Aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

**Ponto 16 - Requalificação da Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro - 2.ª Fase -
Decisão de Adjudicação do Concurso Público N.º DOPEI/RU-2024-36.-----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 943/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Aos quatro dias do mês de novembro de 2024, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos. -----

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos

Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para

efeitos de adjudicação da Concurso Público n.º DAM/RU-2024-36 -

“Requalificação da Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro pelo valor de 746.014,60€

(setecentos e quarenta e seis mil, catorze euros e sessenta cêntimos), acrescido de

IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de 180 dias. -----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos

Públicos a Minuta do Contrato.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, só uma questão. Aqui, esta segunda fase é o prolongamento daquilo que já foi feito?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Isso mesmo.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Daí até.....” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “À entrada das Lameirinhas.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Não é até à rotunda dos bombeiros? -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, é até à rotunda das Lameirinhas.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Mas daí para baixo...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Há de ser uma terceira fase.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Era só para saber a extensão disso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Nós fizemos questão de colocar as fases até para os fundos comunitários, quem está a fazer a análise depois saber. Alguma consideração?-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nada.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

**Ponto 17 - Construção de 51 Fogos - Bairro da Fraternidade - Guarda -
Deliberação de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 934/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que,-----

1 – O anúncio do concurso público denominado por “Construção de 51 Fogos – Bairro da Fraternidade - Guarda”, foi publicado no Diário da República no dia 28 de agosto de 2024;-----

2 – Foram abertas as propostas, tendo o júri analisado e verificado que as mesmas não apresentavam todos os documentos exigidos no programa de procedimento pelo que o júri excluiu as propostas apresentadas a concurso;-----

3 – Foi elaborado relatório preliminar e enviado a todos os concorrentes, tendo sido estipulado um prazo de 5 dias para se pronunciarem ao abrigo de audiência prévia;

4 – Findo o prazo concedido e dado não existirem reclamações, o júri do procedimento elaborou o relatório final de análise de propostas, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.-----

Considerando ainda que,-----

5 – Cabe ao Órgão competente para a decisão de contratar a decisão de não adjudicação;-----

6 - Nos termos do n.º 1 do artigo 80º do Código dos Contratos Públicos, a decisão de não adjudicação prevista no artigo 79º determina a revogação da decisão de contratar; -----

7 – A Câmara Municipal é o Órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36º do CCP, e desde logo o órgão competente para revogar essa mesma decisão. -----

Reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

– Não adjudicar o concurso público denominado por “Construção de 51 Fogos – Bairro da Fraternidade - Guarda”, em cumprimento do estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos; -----

- Revogar a decisão de contratar conforme determinado pelo n.º 1 do artigo 80º do Código dos Contratos Públicos.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Este ponto aqui (...)” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aliás, ainda é possível que na próxima reunião de Câmara venha aqui mais algum documento, ainda do concurso anterior, portanto, para ficarmos com as coisas todas direitinhas. Alguma consideração, senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Não”. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 18 - Requalificação de Ruas no Bairro das Lameirinhas e Rio Diz - Abertura de Procedimento. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

(Mandato 2021-2025)

Considerando que, -----

1 – As ruas do Bairro das Lameirinhas e do Rio Diz constituem-se de grande importância dentro da malha viária de acesso e mobilidade na cidade; -----

2 - O natural envelhecimento dos betumes, o tráfego frequente, associado às deficientes condições de drenagem pluvial, às frequentes aberturas de valas para a execução de infraestruturas e à reparação de condutas, originaram que o pavimento se fosse degradando ao longo dos anos; -----

3 – A existência de rigorosos invernos foi também responsável pela degradação acelerada dos pavimentos, criando deficientes condições de circulação e pondo em risco a segurança rodoviária e pedonal; -----

3 - É urgente uma intervenção no âmbito da requalificação destes arruamentos através da execução de pavimentos, passeios, drenagem pluvial e sinalização horizontal, de forma salvaguardar a segurança rodoviária e a acessibilidade pedonal.

Reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal que visa o seguinte: -----

1 - Aprovar o projeto de “Requalificação de Ruas no Bairro das Lameirinhas e Rio Diz”; -----

2 – Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 40º do Código dos Contratos Públicos; -----

3 – Decidir autorizar a despesa, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos; -----

4 – Decidir, nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do art.º 16º e alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o n.º 1 do art.º 36º e art.º 38º do referido diploma legal, adotar o procedimento de Concurso

Público para a formação do contrato de empreitada de “Requalificação de Ruas no Bairro das Lameirinhas e Rio Diz”, estimando-se que o valor da despesa seja de 541.857,50€ (quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 180 dias; -----

5 – Designar de acordo com o art.º 67º do CCP o Júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do n.º 1 do art.º 109º do Código dos Contratos Públicos e previstas no art.º 69º do referido diploma legal. -----

Júri:-----

- Presidente, Maria João Gomes;-----

- Vogal efetivo, Manuel Pinto;-----

- Vogal efetivo, Andreia Plácido;-----

- Vogal suplente, Carla Reis;-----

- Vogal suplente, Mónica Brás. -----

6 – Designar, nos termos do artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos, como gestor do contrato o Técnico Superior Manuel Pinto, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- António Monteiro, Vereador: “Senhor Presidente, portanto, nada tem a ver uma coisa com a outra, mas é a requalificação dos dois Bairros, certo?” -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Das ruas mais degradadas nessas duas zonas da cidade.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, eu aqui só queria chamar a atenção para uma situação. Eu até me sinto um bocado constrangido ao dizer isto, mas eu vivo numa rua.....”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Qual é a rua? Diga o nome.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Nos Castelos Velhos, na parte de cima. Penso que o senhor Presidente andou lá quando foi da Agenda 2040, parece-me óbvio que aquela rua..., tem aqui uma chefe de divisão que também mora lá e que sabe muito bem. Agora está consolidado, a estrutura, todos os lotes, há só um lote que não está...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Dois ou três, sim.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Não.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ao fundo do lado esquerdo.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Não, é só um.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não é só um, são dois.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “São dois lotes?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, já agora só para dar nota sobre os Castelos Velhos. Há lá um loteamento que ainda não está recebido, ainda há litígio com o promotor imobiliário, com um deles e, naturalmente nas remendagens que já estão adjudicadas na cidade e, naturalmente algumas áreas que nós temos que fazer o saneamento, porque já decorrem do próprio desgaste ao longo dos anos. Agora, há lá um dos loteamentos que ainda não está recebido e, portanto, esse e mais alguns que ainda andam por aí, que não tem sido fácil a gestão desse processo que pode ir dar ao litígio, efetivamente.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 19 - Requalificação da Av. São Miguel - 1.ª Fase - Ratificação da Decisão de Contratar e Subsequentes Atos de Abertura de Procedimento Concursal. --

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 933/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que, -----

1 – Se pretende valorizar e beneficiar, funcional e paisagisticamente, a Avenida de São Miguel enquanto via privilegiada de distribuição de trânsito e de circulação interna na cidade da Guarda, promovendo em simultâneo a sua requalificação, segurança, atratividade e o aumento da segurança rodoviária e dos peões;-----

2 – A intervenção compreende a requalificação de grande parte da Av. de S. Miguel, que se inicia na rotunda do Anjo e termina próximo da linha da Beira Alta, bem como a Rua da Corredoura e Rua Formosa e o início da Av. João de Ruão; -----

3 – Além da intervenção na plataforma rodoviária, pretende-se ainda intervir e reabilitar as diversas infraestruturas existentes nas referidas ruas.-----

Considerando ainda que,-----

4 - No concurso lançado anteriormente, o júri, após análise das propostas, considerou que nenhuma proposta apresentada cumpria os requisitos técnicos e legais exigidos nas peças do procedimento, pelo que, não existia nenhuma proposta que cumprisse as condições para a respetiva adjudicação; -----

5 - Após a elaboração do relatório preliminar, foi efetuada a audiência prévia aos concorrentes, tendo sido dado 5 dias para se pronunciarem;-----

6 - Apesar de não ter terminado o prazo da audiência prévia e dado que não se alteraram os pressupostos da não adjudicação, uma vez que nenhuma das propostas cumpria os requisitos técnicos e legais inerentes à contratação, torna-se

manifestamente necessário e urgente proceder à abertura de um novo procedimento concursal.-----

Reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a ratificação da decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e quatro, ao abrigo do artigo 42º do CPA, designadamente, a autorização da despesa, da decisão de contratar, a aprovação das peças do procedimento e a designação do júri do concurso público de “Requalificação da Av. São Miguel – 1ª Fase”, nos termos do disposto nos artigos 36º, 38º, 40º e 67ª a 69ª e 109º do CCP, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164º do CPA.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Só esclarecer, vai desde a rotunda do anjo até à ponte?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Até à ponte pedonal, sim. Incluindo o Largo Primeiro de Maio e um troço da rua da Corredoura.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “À ponte pedonal, peço desculpa...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Peço desculpa, à ponte do caminho de ferro. Não é para trás, é para a frente.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma consideração?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nada.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 20 - Reabilitação da Fração H do Bloco 13C da Rua D. Maria Luísa Godinho - Liberação Parcial de Caução. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 941/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, foi efetuada a vistoria à empreitada para efeitos de liberação parcial da caução, tendo sido elaborado o respetivo auto de vistoria, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta. No seguimento da referida vistoria foi verificado que: -----

a) Os trabalhos se encontram executados em conformidade com as obrigações contratuais e legais do empreiteiro; -----

b) Inexistência de defeitos da obra, da responsabilidade do empreiteiro. -----

Reportando ao atrás descrito e atendendo aos factos apresentados no auto de vistoria em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, a liberação da caução em 30%, considerando ser o primeiro ano, após a receção provisória da empreitada, ocorrida a vinte de junho de dois mil e vinte e três.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Pode dar algum esclarecimento sobre isto, senhor Presidente?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “No ponto vinte, isto é “lana-caprina”, portanto, as liberações parciais de caução, os técnicos que fazem a vistoria, decorrem da Lei e, naturalmente, tem que ser o executivo a dar essa autorização.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 21 - Construção de 51 Fogos - Bairro da Fraternidade - Guarda - Decisão de Adjudicação do Concurso Público N.º DOPEI/ED-2024-42-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 945/2024

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Aos oito dias do mês de novembro de 2024, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos. -----

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----

o Aprovar, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do Concurso Público N.º DOPEI/ ED-2024-42- “Construção de 51 Fogos - Bairro da Fraternidade - Guarda” à empresa Embeiral, Infraestruturas e Serviços, Lda. pelo valor de 8 559 792,77€ (oito milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e dois euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de 545 dias. -----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É o novo, que é a adjudicação da construção dos cinquenta e um fogos no Bairro da Fraternidade. Alguma consideração?” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de exequoriedade imediata. Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram catorze horas e sete minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Vanda Cristina Simões Leal Bule de Sá Rodrigues, Técnica Superior, que a subscrevi.-----